

PROTEÇÃO DOS JORNALISTAS

segurança e justiça na América Latina e no Caribe



KNIGHT CENTER

FICHA TÉCNICA

ISBN 979-8-218-04850-1

Diretor: Rosental Alves

Supervisora: Mallery Tenore

Editor: Javier Garza

Coordenação e Design: Teresa Mioli

Revisão: Júlio Lubianco, Carolina de Assis

Ilustrações: Pablo Pérez/Altais

Ilustração da capa: Pablo Pérez/Altais

Desenho da capa: Anna Kaminetz

Este e-book reúne artigos publicados pela LatAm Journalism Review (LJR), a revista digital do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, como parte de sua série sobre segurança de jornalistas na América Latina e no Caribe. Este projeto da LJR foi financiado pelo Fundo Global de Defesa da Mídia da UNESCO e realizado entre dezembro de 2021 e julho de 2022.

Os termos usados e a apresentação do material nesta publicação não significam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área, ou sobre suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores. Elas não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.



ÍNDICE

<i>Prólogo</i>	3
<i>Introdução</i>	5
<i>Parte 1: Cobertura de protestos</i>	7
Jornalistas precisam de mais preparação e garantias para cobrir com segurança protestos de rua na América Latina, dizem especialistas.....	8
Jornalistas relatam casos de violência sofrida em protestos em 2021 na América Latina.....	15
Preparação e acompanhamento do trauma são essenciais para jornalistas que cobrem protestos na América Latina	21
<i>Parte 2: Cobertura de conflitos violentos</i>	28
Cobrir conflitos violentos: para jornalistas da América Latina, o desafio está em suas próprias comunidades.....	29
Jornalistas latino-americanos que cobrem conflitos violentos em seus próprios países enfrentam incertezas e dinâmicas em transformação	34
Como se manter seguro na cobertura de conflitos violentos na América Latina	42
<i>Parte 3: Desenvolvimento de mecanismos para proteger os jornalistas</i>	46
Mais países latino-americanos consideram mecanismos de proteção para jornalistas; nem todos os esforços são bem-sucedidos.....	47
Onda de ataques contra jornalistas desencadeia pedidos de mecanismo de proteção na Bolívia .	51
Um plano de proteção para jornalistas na Guatemala que não sai do papel.....	59
Tramitação de lei para proteger jornalistas salvadorenhos continua parada no Congresso enquanto ataques aumentam	65
<i>Parte 4: Julgamento de casos de violência contra jornalistas</i>	71
Julgamento de crimes contra jornalistas na América Latina: a chave para acabar com a impunidade.....	72
Procuradoria especial para proteção de jornalistas de Honduras não obteve condenações e não tem competência para investigar assassinatos.....	77
Justiça para jornalistas na Guatemala: procuradoria arquiva mais denúncias do que leva a julgamento.....	87
No México, a Promotoria Especial de Atenção aos Crimes Cometidos contra a Liberdade de Expressão tem uma longa história, mas poucos resultados	93
<i>APÊNDICE: Recursos para se manter seguro</i>	101

Prólogo

Por Rosental Alves*

Comecei a organizar o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas em 1º de junho de 2002. No dia seguinte, traficantes de drogas sequestraram, torturaram e mataram Tim Lopes, meu antigo colega de redação e querido amigo. Tim era então um grande repórter investigativo da TV Globo no Rio de Janeiro, Brasil, minha cidade natal. Depois de viver o luto por sua morte, participando ativamente dos protestos e do clamor por justiça para o caso de Tim no Rio, cuidei para que o primeiro projeto do Centro Knight incluísse treinamento sobre segurança e proteção de jornalistas.

Em agosto de 2002, o Centro Knight organizou um seminário intitulado "Jornalismo Investigativo: Técnicas, Perigos e Ética", que incluiu a participação de especialistas internacionais na segurança dos trabalhadores da imprensa. Esse evento, realizado no Rio, foi a semente para a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), e também marcou o início de um movimento para a proteção dos jornalistas no Brasil, liderado pela Abraji.

Assim, o tema deste e-book, "Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe", está no DNA do Centro Knight desde a sua criação. A publicação coincide com o 20º aniversário da morte de Tim Lopes, e também com o 20º aniversário do Centro Knight.

Durante as últimas duas décadas, trabalhamos em diferentes frentes para enfrentar a violência endêmica contra jornalistas que tem sido alimentada pela impunidade (raramente os crimes são devidamente investigados e levados à Justiça), e a falta de mecanismos para proteger os jornalistas e treiná-los para enfrentar ambientes hostis.

Oferecemos sessões de treinamento relacionadas a questões de segurança que beneficiaram milhares de jornalistas, organizamos conferências sobre o tema e chegamos até a milhares de juízes na América Latina através de nossos cursos online. Inspirados e patrocinados pela UNESCO, nossos cursos online em massa treinaram juízes e outros operadores judiciais sobre questões relacionadas à estrutura jurídica internacional da liberdade de imprensa e à proteção de jornalistas.

Não é surpresa que nós do Centro Knight respondemos com entusiasmo ao chamado para propostas publicado pelo Fundo de Defesa da Mídia Global da UNESCO, que foi criado sob o guarda-chuva do [Plano de Ação das Nações Unidas para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade](#). Nossa proposta culminou com este e-book, uma série de reportagens investigativas cuidadosamente produzidas sobre os perigos que os jornalistas enfrentam diariamente na América Latina e no Caribe e o que pode ser feito para protegê-los.

Ao longo dos anos, temos publicado centenas de artigos sobre segurança e proteção dos jornalistas – primeiro em um blog e mais recentemente em nossa revista digital [LatAm Journalism Review](#) (LJR). Assim, pensamos que poderíamos propor outra parceria com a UNESCO, desta vez para produzir uma série de reportagens sobre ataques contra jornalistas e o que pode ser feito para deter a onda endêmica de violência.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Somos gratos ao GMDF da UNESCO e a todos os doadores e parceiros que os apóiam para tornar possível uma série de projetos relevantes como este e-book, que compila uma série impressionante de 14 histórias de toda a América Latina e do Caribe, investigadas por repórteres da região e pela equipe do Centro Knight.

Os artigos - inicialmente publicados pela LJR e agora transformados em capítulos deste e-book - não descrevem apenas ataques e ameaças que afetam a liberdade de imprensa e o bem estar dos jornalistas. Eles também compartilham experiências de países que estão tentando adotar mecanismos de proteção para jornalistas, e os sucessos e falhas das unidades de investigação e promotorias criadas para tratar de casos de violência contra a imprensa. Talvez o mais importante, os artigos compartilham lições aprendidas por repórteres e editores que agora são capazes de dar dicas úteis aos colegas.

Somos também gratos à minha colega Teresa Mioli, que coordenou este projeto com extrema dedicação; a Javier Garza Ramos, jornalista mexicano e especialista internacionalmente reconhecido em questões de segurança na imprensa, que ajudou a editar a série; e a Mallary Tenore, diretora associada do Centro Knight, que supervisionou o projeto ao meu lado.

E gostaríamos de estender agradecimentos especiais aos membros da equipe do Centro Knight que ajudaram na revisão e no design do e-book. Agradecemos também a Pablo Pérez da Altas Comics, sediada em Medellín, Colômbia, que ilustrou a série e o e-book.

Esperamos que nosso trabalho ajude repórteres e editores com informações úteis sobre a segurança dos jornalistas nas Américas e sobre a questão da impunidade. Também esperamos que este e-book se torne uma referência para organizações e pessoas preocupadas com a segurança dos jornalistas nas Américas e além, em um momento em que a imprensa livre tem estado sob uma onda de ataques sem precedentes.

(*) [*Rosental Calmon Alves*](#) é professor da Escola de Jornalismo e Mídia da Faculdade Moody de Comunicação da Universidade do Texas em Austin, onde detém a Cátedra Knight em Jornalismo e a Cátedra UNESCO em Comunicação. Ele também é o fundador e diretor do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas.

Introdução

Por Javier Garza Ramos*

É impossível saber quantas vezes jornalistas da América Latina foram atacados nos últimos anos. Dependendo da fonte, podemos estimar que [quase 140 foram mortos na segunda década do século XXI](#), ou que [pelo menos 500 foram mortos ou desapareceram nas últimas duas décadas](#).

E mesmo assim ficaríamos muito aquém porque não consideraríamos ameaças, prisões arbitrárias, espancamentos, ataques armados a redações, sequestros, espionagem ou hackeamento, assédio judicial ou qualquer uma das diferentes maneiras que os poderes políticos, econômicos ou criminais têm para intimidar os jornalistas.

Ao longo do século XXI, a situação da imprensa na América Latina se deteriorou. Se nos últimos anos do século passado se pensava que a abertura democrática e a inovação tecnológica trariam um novo clima de liberdade de expressão, nos últimos anos a ascensão do crime organizado e dos regimes autoritários criou novos riscos.

Para lidar com eles, jornalistas e autoridades tentaram criar diferentes ferramentas para melhorar a segurança no exercício de reportagem.

Neste livro, propomo-nos a percorrer essas tentativas, realizadas em diferentes frentes: redações, grupos de jornalistas, associações de mídia, governos ou promotores. E são os próprios jornalistas que contam como foram essas experiências.

Este livro é produto de uma série de reportagens publicadas entre dezembro de 2021 e julho de 2022 na *LatAm Journalism Review* do Centro Knight Center para o Jornalismo nas Américas da Universidade do Texas em Austin. A série é dividida em quatro partes.

As duas primeiras tratam das principais coberturas que colocam em risco os jornalistas da região: protestos e violência por conflitos ou crime organizado. Os textos analisam a situação dos jornalistas em países como México, Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua, Chile, Brasil, Bolívia ou Peru e relatam as diferentes medidas que os jornalistas tomaram para seu próprio cuidado, sem considerar as autoridades.

A terceira e quarta partes tratam de iniciativas institucionais para reduzir a violência: mecanismos de proteção ou órgãos judiciais especiais de investigação de crimes contra jornalistas.

Mas escolhemos ângulos diferentes para cada assunto. Na seção sobre mecanismos, em vez de avaliarmos como funcionaram os que já existem, por exemplo, no México ou na Colômbia, revisamos as iniciativas para criá-los na Guatemala, Bolívia e Honduras e os obstáculos que enfrentaram ao longo do caminho. Para os órgãos de investigação, analisamos o caso do México por ser a instituição mais antiga do gênero e as mais recentes, na Guatemala e em Honduras.

Este livro não é um tour exaustivo por todos os protocolos de segurança das redações da América Latina ou de todas as instituições criadas, mas sim um estudo de casos particulares para tentar

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

obter lições sobre o que funcionou e o que falhou nas tentativas de melhorar a proteção dos jornalistas.

Talvez nas próprias experiências dos jornalistas encontremos algumas respostas.

(*) [Javier Garza](#) é um jornalista baseado no norte do México. Ele co-apresenta o *Expansión Daily*, um dos podcasts de notícias mais populares do México, e dirige a plataforma de notícias local *EnRe2Laguna* e o programa de notícias de rádio *Reporte100*. Nos últimos 15 anos, ele tem trabalhado em questões de proteção jornalística e liberdade de imprensa. Como diretor editorial de *El Siglo de Torreón*, ele dirigiu uma redação que foi alvo de ataques de cartéis de drogas operando em sua cidade. Ele é colaborador do *El País* e do *The Washington Post*. Garza também foi um *Knight Fellow* no *International Center for Journalists*, com foco na segurança digital. Ele faz parte dos conselhos do *Fórum Mundial de Editores*, da *Artigo19* e do *Festival da Liberdade na Internet*, e deu palestras e workshops sobre liberdade de imprensa e desenvolvimento da mídia em vários países. Ele é formado pela *Universidad Iberoamericana* na Cidade do México e pela *University of Texas* em Austin.



Parte 1: Cobertura de protestos



Jornalistas precisam de mais preparação e garantias para cobrir com segurança protestos de rua na América Latina, dizem especialistas

Por Teresa Mioli*

13 de dezembro de 2021

Ángel Gahona transmitia, via Facebook live, um confronto entre a tropa de choque e manifestantes em Bluefields, na Nicarágua, quando foi baleado e morto.

Apenas quatro dias antes, em 18 de abril de 2018, protestos estouraram em todo o país centro-americano contra as reformas previdenciárias propostas pelo regime do presidente Daniel Ortega.

O caso de Gahona pode ter sido único porque sua morte foi transmitida ao vivo. No entanto, ele foi apenas um entre muitos jornalistas vitimados enquanto cobria protestos de rua em toda a América Latina nos últimos anos.

O grande aumento das manifestações, que às vezes se tornam violentas, exige garantias do Estado, mas também preparação de jornalistas latino-americanos que se encontram no meio dos confrontos. Quer seja cobrindo uma manifestação contra a corrupção na política, aumento da passagem de ônibus ou extração ilegal de madeira, o preparo para esse tipo de pauta pode envolver não apenas pesquisa sobre as pessoas e as questões envolvidas, mas também sobre como se proteger de uma potencial violência.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“[A preparação] possibilita que alguém se prepare mentalmente e se imagine em cenários possíveis”, disse Alejandra González, consultora da Artigo 19 do México para atenção às vítimas de graves violações dos direitos humanos, à **LatAm Journalism Review (LJR)**. “Vejo impactos piores naqueles que não estão preparados, nos que não se imaginam em um determinado contexto, nos que não sabem o que esperar em oposição àqueles que têm uma noção, que posicionam seu trabalho em um cenário de conflito.”

Protestos crescentes na América Latina



i. Manifestantes na Plaza Baquedano em Santiago, Chile, em 2019 (Foto Hugo Morales, [CC BY-SA 4.0](#), via [Wikimedia Commons](#))

“Globalmente, há um uso cada vez maior do protesto como forma de participação política”, disse V. Ximena Velasco Guachalla, professora assistente do Departamento de Governo da Universidade de Essex, que se especializou em estudar protestos, à **LJR**. “Cidadãos em todo o mundo estão usando o protesto não apenas com mais frequência, mas também usando essa forma de engajamento político para fazer mais e variadas demandas aos governos”.

Os contextos político, econômico e social de cada país configuram as demandas de protesto, segundo a

professora.

“A onda de protestos [na América Latina e Caribe], que para vários países começou em 2019, é motivada por vários fatores, incluindo corrupção, aumento de impostos, escassez de alimentos, violações de direitos humanos e eleições, entre outras demandas”, disse Velasco Guachalla. “Embora as motivações que geram protestos tenham variado, um denominador comum em toda a região foi a rejeição da repressão governamental assim que as manifestações começaram.”

Velasco Guachalla acrescentou que, por mais que esses protestos tenham acontecido antes da pandemia, a COVID-19 “expôs as deficiências dos governos da região em termos de prestação de serviços públicos em tempos de crise”. Isso levou a novas manifestações.

Em uma região “conhecida pela mobilização social”, como destaca a professora, a recente onda de protestos faz parte de uma longa história. Mas em alguns países, eles são novos.

“Por um lado, os protestos na Bolívia, Argentina, Nicarágua e Peru fazem parte de um padrão de mobilização social com rica história nesses países”, disse ela. “Por outro lado, a Colômbia e o

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Chile não são caracterizados por mobilizações de massa, e os acontecimentos recentes nesses países oferecem oportunidades de aprendizagem para movimentos sociais antigos e emergentes.”

Ataques a jornalistas durante protestos

Ao menos 12 jornalistas morreram durante protestos na América Latina e no Caribe nos últimos 29 anos, segundo dados do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). Na maioria dos casos, os agressores suspeitos são membros das forças de segurança ou atores governamentais.

A morte mais recente de um jornalista durante protestos na região envolveu a chilena Francisca Sandoval** que foi atingida por um tiro no rosto quando cobria manifestações do Dia do Trabalho em Santiago, em 1º de maio de 2022. Ela morreu 12 dias depois, tornando-se a primeira jornalista a ser assassinada no país enquanto realizava seu trabalho desde a ditadura de Pinochet.

Encontrar informações confiáveis sobre a situação das investigações judiciais sobre os assassinatos de jornalistas durante os protestos é uma tarefa difícil. No entanto, dos 12 casos, a pesquisa da **LJR** mostrou que apenas dois resultaram em condenações que foram mantidas. Além disso, no caso do assassinato de Ángel Gahona, no sudeste da Nicarágua, o julgamento foi criticado por muitos, e os adolescentes condenados receberam anistia depois.

[Clique para ver](#) um mapa interativo mostrando os casos dos 12 jornalistas que morreram durante protestos na América Latina e no Caribe desde 1992, de acordo com dados do CPJ.

Além do número de mortos, estão, provavelmente, centenas de jornalistas atacados, feridos, ameaçados e hostilizados durante a cobertura de protestos na região.

Em um relatório de 2020, a UNESCO encontrou 125 casos de ataques ou prisões de jornalistas durante protestos em 65 países de 2015 a 2020. O relatório registrou um pico global nesses números em 2019.

“A noção de liberdade de expressão está sob cerco em diferentes nações ao redor do mundo, principalmente por governos que não estão reconhecendo o direito das pessoas de protestar pacificamente e o direito dos jornalistas de estarem presentes para cobrir esses protestos”, disse Frank Smyth, autor do relatório e especialista em segurança jornalística global, à **LJR**.

Ataques a jornalistas que cobriam protestos incluíram assédio, espancamento, intimidação, prisões, sequestros, detenções, ferimentos por munição letal e não letal, danos a equipamentos e muito mais, segundo a UNESCO.

Além disso, a maioria dos ataques em todo o mundo veio da polícia e das forças de segurança, acrescentou. Não há dados confiáveis em escala regional, mas jornalistas podem enfrentar ataques tanto de manifestantes quanto de forças de segurança.

Nos casos em que a violência vem do Estado, Smyth disse que os ataques a jornalistas na América Latina ocorrem em regimes de diferentes ideologias políticas.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“É o uso excessivo da força como forma de controlar a dissidência, tentando suprimir a dissidência e, em seguida, tentando suprimir os mensageiros que estão cobrindo esses protestos”, disse ele.

As responsabilidades do Estado

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), fizeram declarações sobre a responsabilidade do Estado de proteger os jornalistas que cobrem protestos como parte da garantia da liberdade de expressão. Também expressaram a obrigação dos Estados de investigar e punir as violações que ocorram durante a cobertura dos protestos.

“Deve-se ter especialmente em mente que é função dos jornalistas, equipes de filmagem, fotojornalistas e trabalhadores da imprensa que cobrem protestos coletar e divulgar informações sobre o que acontece nas manifestações e atos, incluindo as ações das forças de segurança; a liberdade de expressão protege o direito de registrar e divulgar qualquer incidente”, diz um relatório de 2019 do Relator Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH.

“Jornalistas não devem ser detidos por seu trabalho, nem assediados ou atacados por policiais”, continua. “Ao contrário, o Estado tem o dever de protegê-los quando forem vítimas de atos de violência de terceiros. Seus equipamentos e materiais não podem ser retidos, confiscados ou destruídos.”

O Relator Especial também diz que as autoridades devem condenar os ataques contra trabalhadores da imprensa e encorajar a investigação e o processo por parte das autoridades.

“Embora o Estado deva, em geral, evitar usar a força em manifestações públicas, ele deve formular políticas específicas para prevenir, investigar e punir a violência contra jornalistas e trabalhadores da imprensa” e outros por causa de seu papel “na prevenção, monitoramento e fiscalização da ação do Estado”, afirma.

A Corte IDH chegou a estabelecer jurisprudência para os Estados da região. Em uma decisão de 2012, determinou que a Colômbia havia violado, entre outros, o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – relacionado à liberdade de expressão – depois que membros do Exército do país atacaram e ameaçaram um jornalista que cobria uma manifestação contra o governo.

A decisão da Corte no caso Vélez Restrepo vs. Colômbia é um marco porque apresenta as garantias que o trabalho jornalístico deve ter durante a cobertura dos protestos, bem como o dever dos Estados de protegê-los.

“A sentença estabelece várias abordagens que são relevantes. A primeira é que a atenção do Estado aos protestos é um assunto de interesse público e, portanto, deve haver garantias para que a imprensa possa cobrir esses eventos de protesto”, disse a **LJR** Pedro Vaca, Relator Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH. “A segunda é que, no âmbito dessas garantias, estão o dever de prevenção da violência contra os jornalistas que estão reportando, a proteção dos

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

jornalistas que possam ser afetados e a investigação e punição no caso de ataques contra a imprensa durante a cobertura.”

Segundo Vaca, como no caso de Richard Vélez não houve apenas agressão durante a cobertura dos protestos em retaliação pelo registro dos atos repressivos do Exército contra os manifestantes, mas também outra série de violências (incluindo ameaças), na busca por Justiça para Vélez, a Corte também pôde estabelecer protocolos nesta área.

“A partir da segunda parte do caso Richard Vélez, os Estados estão obrigados a que, se os jornalistas denunciam ataques contra eles, o fato de denunciar não implique violência ou riscos adicionais. E isso sem dúvida marca um precedente muito importante para as garantias da liberdade de expressão na região”, acrescentou Vaca.

Da mesma forma, como parte das medidas de reparação e garantia de que não se repetirá, a Corte determinou que a Colômbia deveria iniciar a capacitação de membros das Forças Armadas sobre o direito à liberdade de expressão, a fim de torná-los mais conscientes do trabalho dos meios de comunicação e jornalistas, e do seu dever de proteger esse direito.

Embora essa decisão da Corte diga respeito ao Estado colombiano, a verdade é que suas sentenças em geral se convertem em normas interamericanas que outros Estados da região também são obrigados a cumprir.

“As sentenças da Corte Interamericana também têm a qualidade de se tornarem um referencial e um padrão interamericano. E quando falamos de violência contra jornalistas no âmbito da cobertura de protestos, vemos que é um desafio que vários Estados da região precisam enfrentar. É especialmente desejável que implantem mecanismos de prevenção. Forças de segurança devem ser treinadas sobre o escopo, as características e a importância do trabalho jornalístico durante coberturas para que possam conhecer melhor o escopo operacional”, disse o relator. “E, sobretudo, diria que as forças de segurança, longe de serem agressoras da imprensa, são chamadas a ser fiadoras da cobertura jornalística”.

Smyth também enfatiza a importância do treinamento das forças de segurança.

“A coisa mais importante que o Estado pode fazer é [dar às forças de segurança] treinamento adequado, orientação e parâmetros para que não possam usar força excessiva contra a imprensa, e para que respeitem o fato de que a imprensa tem o direito de estar presente para cobrir as manifestações”. Disse Smyth. “É em parte treinamento, mas também é deixar claro que o direito de protestar está garantido, assim como o direito de cobrir esses protestos.”

“E precisamos da liderança dos governos de todo o continente para intensificar e afirmar essas normas e direitos de liberdade de expressão”, acrescentou Smyth, que também é autor do Guia de Segurança do Jornalista do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ).

Preparação necessária

Apesar dessas obrigações por parte do Estado, e sem isentá-lo de responsabilidades, os especialistas em segurança destacam que é necessário que os meios de comunicação e os jornalistas tomem medidas de proteção antes de irem para as ruas.

Segundo especialistas consultados pela **LJR**, é importante que os jornalistas recebam proteção física e treinamento de reação para enfrentar esses momentos, mas também apoio psicológico.

De acordo com Jeff Belzil, diretor de segurança da International Women's Media Foundation (IWMF), que trabalhou com jornalistas e veículos de comunicação na América Latina e no Caribe, parece que a experiência que leva jornalistas a mudarem atitudes e comportamentos. E por isso que os jornalistas só chegam aos protestos mais preparados depois de haver um “trauma”.

“Nós, humanos, reagimos com as situações. É como uma criança que vai tocar no fogão e vai tocar até queimar. E então, quando queima, ela descobre que tocar no fogão com as mãos não é a melhor ideia do mundo”, disse Belzil à **LJR**. “É o mesmo com o jornalismo, quando uma pessoa não sofreu [uma agressão] em um evento, durante um protesto, ou não viveu nada de concreto, ela não vai se preparar. Aqueles que sofreram ou tiveram traumas, que sofreram em um evento, durante um protesto, da próxima vez eles pensam 'eu nunca vou me encontrar nesta situação sem estar preparado'.”

Jornalistas que se preparam para cobrir protestos e manifestações podem ser treinados com antecedência sobre como fugir, sobre ambiente hostil e primeiros socorros. Eles também devem aprender sobre quais tipos de equipamentos de proteção são úteis e quais podem ser potencialmente prejudiciais. Também existem medidas no meio digital, como proteger seus dispositivos e criar uma rede de comunicação em caso de emergência.

A segurança física e a proteção não são a única preocupação dos jornalistas que vão às ruas. Um aspecto frequentemente esquecido de preparação e cuidado após o fato envolve o que está acontecendo nas cabeças dos jornalistas.

Luisa Ortiz Pérez, diretora executiva e cofundadora da Vita-Activa.org, criou uma linha de apoio que oferece primeiros socorros psicológicos a jornalistas e ativistas latino-americanos, especialmente mulheres ou membros da comunidade LGBTQI+. Ela disse à **LJR** que, em média, sua equipe recebe ligações diárias de jornalistas que cobrem protestos ou distúrbios sociais e civis.

“Os primeiros socorros psicológicos são a pedra angular para gerar uma mudança de cultura e sistemas de apoio mais eficazes para jornalistas e profissionais da mídia”, disse ela.

“Desestigmatizar conversas sobre saúde mental, normalizar processos em que pedimos ajuda, integrar práticas de bem-estar, empatia, antirracistas e conscientes de gênero em nossas redações fornece aos jornalistas as habilidades de resiliência necessárias para trabalhar no ambiente em constante mudança de hoje.”

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

As responsabilidades da imprensa e dos editores também são destacadas pelos especialistas. Para Belzil, por exemplo, existem várias medidas que um meio de comunicação pode tomar, como dar aos jornalistas tempo e recursos para treinamento, entrega de equipamentos de proteção individual e elaboração de plano de evacuação e segurança, entre outras providências.

Em particular, Belzil destaca a necessidade de os jornalistas saberem que não há problema em pedir ajuda e que não devem correr riscos desnecessários.

“Gostaria que os editores conversassem sobre segurança com os jornalistas. Gostaria que conversassem sobre os limites, que se as coisas ficarem feias, você não deveria ter nenhum problema em sair do lugar”, disse Belzil. “Eu gostaria de ver mais isso: a imprensa falando sobre os riscos associados à pauta e tendo uma conversa para dizer 'ei, eu não quero que você se coloque em perigo ou se machuque' ou 'nada vai acontecer se você sair ou pedir ajuda.’”

Para Belzil, esse tipo de conversa é especialmente importante para mulheres jornalistas que, por conta da “questão do machismo” que as afeta em diferentes cenários, se colocam em maior risco.

Nos próximos artigos deste e-book, a **LJR** vai abordar o problema da violência contra jornalistas que cobrem protestos e manifestações na região com mais detalhe e com a observação de estudos de caso específicos. Em seguida, daremos dicas e recomendações de especialistas em treinamento para usar quando os jornalistas vão a campo.

Silvia Higuera e Júlio Lubianco contribuíram para este artigo.

() Teresa Mioli é coordenadora do programa do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. Ela foi anteriormente editora da revista digital LatAm Journalism Review, do Centro Knight. Ela tem bacharelado em jornalismo e artes liberais e um mestrado em Estudos Latino-Americanos, todos pela Universidade do Texas em Austin.*

*** O caso de Francisca Sandoval foi adicionado após a publicação inicial deste artigo.*

Jornalistas relatam casos de violência sofrida em protestos em 2021 na América Latina

Por **Júlio Lubianco***

22 de dezembro de 2021

Cobrir protestos nas ruas das cidades da América Latina é se converteu em uma atividade de alto risco para jornalistas. Com o acirramento das tensões sociais e políticas nos países da região e uma crescente retórica anti-imprensa por líderes políticos, repórteres cobrindo manifestações se converteram em alvos de manifestantes radicais e de parte das forças de segurança.

“Na maioria dos países da América Latina, as agressões a jornalistas coincidem com a emergência de movimentos populistas, sejam de direita ou de esquerda. A polícia não gosta de jornalistas, seja qual for a faixa do espectro político ocupada pelos governantes em qualquer lugar do mundo, mas os populistas tendem a desprezar o estado de direito e isso costuma aumentar a impunidade para agressões a repórteres,” disse à **LatAm Journalism Review (LJR)** Marcelo Träsel, presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e professor na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A **LJR** conversou com cinco jornalistas da região que sofreram algum tipo de violência física na cobertura de protestos recentes em Chile, Bolívia, Peru, Brasil e Colômbia e mostra a vulnerabilidade de profissionais de imprensa diante de manifestantes de diferentes correntes políticas e também das forças de segurança.

Cabeça ensanguentada, câmera quebrada

O sangue escorria da cabeça do jornalista chileno Francisco Burgos, da Mas Valdivia TV, que acabara de ser atingido por várias pedradas atiradas por manifestantes encapuzados. Mesmo ferido, ele iniciou uma transmissão ao vivo no Facebook, mas rapidamente se deu conta que não conseguiria continuar a cobertura.

“Nossa equipe de imprensa foi atacada com pedras ... Você pode ver como minha cabeça está sangrando, uma pedrada forte me atingiu. ... Minha cabeça está sangrando, vou ter que parar essa transmissão até aqui. Não posso continuar, a verdade é que não me sinto bem. Temos que terminar. Eu me sinto muito mal com a dor de cabeça. Eu estou sangrando muito,” disse Burgos na transmissão.

Era noite de 18 de outubro de 2021 e protestos em diversos pontos do país marcavam o aniversário da onda de protestos sociais que sacudira o Chile dois anos antes. Em Valdivia, a 849 quilômetros ao sul de Santiago, os *carabineros*, que integram as Forças Armadas, tinham ordem para desbloquear a ponte sobre o rio que dá nome à cidade.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe



ii. Francisco Burgos (Mas Valdivida TV, Chile): socorrido com corte na cabeça. (Foto: cortesia)

Burgos havia tomado algumas precauções para caso o protesto terminasse em violência. Usava óculos protetores e máscaras antigás pois esperava que em algum momento a polícia disparasse bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Após a pedrada, foi levado de ambulância para o hospital e tomou oito pontos na cabeça.

“Lamento muito que naquela noite tenhamos perdido nossa câmera para gravar em decorrência de

um projétil lançado por um sujeito desconhecido. Ficou inutilizável. Estamos procurando suporte para conseguir outra câmera para continuar trabalhando,” disse Burgos à **LJR**.

‘Achávamos que seria uma marcha pacífica’

Só a chuva e o frio preocupavam a jornalista boliviana Ariana Antezana, repórter do canal Red Uno, ao saber que cobriria a Marcha da Pazeñidad nas ruas de La Paz em 17 de novembro de 2021. Sua única medida de proteção, portanto, foi vestir um poncho de nylon.



iii. Ariana Antezana (Red Uno, Bolívia): antes do ataque, a chuva era a grande preocupação. (Captura de tela de transmissão da Red Uno)

“Nesse caso da Assembleia da Pazeñidad, não tomamos nenhuma medida específica de segurança, porque achávamos que seria uma marcha pacífica. Era o que estava previsto, mas esse grupo foi diretamente com intenção de atacar, apesar de os outros [manifestantes], para evitar o confronto, terem feito o desvio da rua,” disse Antezana à **LJR**.

A marcha havia sido convocada por opositores do governo federal,

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

liderados pelo prefeito de La Paz. No entanto, simpatizantes do governo também foram às ruas e quando os dois grupos se encontraram, houve confronto. Antezana correu para registrar o conflito, quando manifestantes e voltaram contra ela e outros jornalistas que faziam a cobertura. Eles foram atacados com empurrões e pauladas.

“Corremos para mostrar essas agressões que esse grupo estava fazendo, e de repente eles vieram contra nós. Primeiro contra mim e contra meu cinegrafista. Uma pessoa acertou a câmera com pedaços de pau. ... Aí senti que me deram uma paulada nas costas, me empurraram e me jogaram ao chão, disse a repórter. “Aconteceu tudo isso e logo percebemos que todo mundo nesse alvoroço gritava contra a gente, aproximava-se de uma forma muito violenta, dizendo ‘imprensa vendida’, ‘imprensa golpista’. Quando a situação se acalmou e a polícia chegou, descemos um pouco e percebi que estava com uma pancada na bochecha. Por sinal, agora ainda está roxa.”

O caso de Antezana foi um dos 39 ataques contra jornalistas entre janeiro e novembro de 2021, de acordo com a Associação Nacional de Imprensa da Bolívia (ANP).

‘Sempre se está com cautela, com medo’



iv. Vidal Merma (Chile): sucessivos casos de violência o deixaram mais cauteloso. (Foto: cortesia)

Em 20 anos de cobertura de conflitos sociais no departamento de Cusco, no Peru, o jornalista e comunicador popular Vidal Merma acumula aprendizados importantes quando o assunto é manter-se seguro. O jornalista atua de forma independente e colabora com veículos como a revista Pulso Regional, de Cusco, e o meio nativo digital Ojo Público, entre outros.

alguns implementos de segurança, como capacete, entre outros. ..., mas procuro sempre ser um pouco mais cauteloso, manter distância para não sofrer os impactos das balas que às vezes são disparadas”, disse Merma à LJR. “Sempre procuro ter alguns amigos aliados que estejam ao meu lado, próximos ou distantes, tentando filmar a agressão que sofremos”.

“Com o passar dos anos você aprende a se cuidar, prevenir e também ter

Se essas medidas evitaram que fosse vítima de violência na cobertura de manifestações em alguns casos, a verdade é que o jornalista diz acumular detenções, intimidações e agressões durante a cobertura de protestos. Mais recentemente, na greve de mineiros da província de

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Espinar em 22 de julho de 2020, Merma foi alvo de tiros disparados pela polícia, que felizmente não o atingiram, enquanto transmitia ao vivo pelo Facebook.

“Já não conseguimos estar em segurança perto desses confrontos e conflitos, porque existe o medo de que, a qualquer momento, alguém possa nos prender, possa atirar contra nós. Então, isso muda bastante [a minha forma de trabalhar]. Estamos sempre com precaução, com medo. Isso acima de tudo,” disse Merma.

LJR entrou em contato com a polícia nacional do Peru, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Segurança cidadã

No dia 20 de julho de 2021, o jornalista colombiano José Alberto Tejada inicia a cobertura ao vivo de mais uma manifestação nas ruas de Cali. Desde 28 de abril, as cidades do país têm sido tomadas por protestos contra o governo e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) já havia denunciado excessos no uso da força policial.



v. José Alberto Tejada (Canal 2 Cali, Colômbia): transmissão ao vivo ao lado de segurança. ([Captura de tela de transmissão do Canal 2 Cali no Facebook](#))

A Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP, na sigla em espanhol) registrou 133 agressões físicas a jornalistas nos primeiros dois meses de manifestações.

"Nunca documentamos um número igual de casos e especialmente o nível de violência contra a imprensa", disse Jonathan Bock, diretor executivo da FLIP, à **LJR**.

Tejada veste colete à prova de balas e usa um capacete.

Ao seu lado, sempre bem próximo, aparece um homem paramentado com colete, capacete, óculos de proteção e máscara antigás. Ele parece atento ao que se passa ao redor e não se desgruda do jornalista, como se vê no vídeo da transmissão ao vivo.

“Eu não quero entrar em detalhes sobre isso. Simplesmente temos um esquema de segurança cidadã tanto no nível do prédio, quanto no nível de nossa equipe e no meu nível,” disse à **LJR**.

A transmissão ao vivo daquele dia mostra outras pessoas tentando proteger o jornalista quando a força policial começa a avançar e disparar bombas de gás lacrimogêneo. São 51 minutos de

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

transmissão, em que Tejada e seu colega Jhonatan Buitrago -- também com equipamentos de segurança -- reportam das ruas de Cali.

Tejada dirige o Canal 2 Cali, um meio comunitário que esteve na linha de frente da cobertura das manifestações populares, sempre do ponto de vista dos manifestantes. E isso, segundo ele, lhe converteu em alvo das forças de segurança durante os protestos. A CIDH emitiu medidas cautelares a favor dele e de Buitrago.

“Um jornalista que se respeita tem que se defender e ter a obrigação de defender e fazer respeitar estes dois direitos: o direito à liberdade de expressão e o direito à liberdade a que as pessoas têm de ser informadas,” disse Tejada.

LJR procurou a Polícia Nacional da Colômbia, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Quando a polícia evita algo pior



vi. Pedro Durán (CNN Brasil): protegido por policiais contra manifestantes agressivos. (Captura de tela de vídeo do Poder360)

No dia 23 de maio de 2021, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, fez um passeio de moto de 60 quilômetros no Rio de Janeiro, em que foi acompanhado por milhares de apoiadores. O repórter da CNN Brasil Pedro Durán havia sido escalado para a cobertura. Ao final do ato, ele e outros colegas identificaram o ex-ministro da Saúde, que havia acabado de se tornar alvo da CPI que investiga supostas irregularidades do governo durante a pandemia de COVID-19.

Ato contínuo, os jornalistas se aproximaram do ex-ministro em busca de uma declaração sobre a investigação da CPI, mas ele preferiu não se manifestar. Foi quando Durán, o único repórter de TV e mais facilmente identificável, começou a ser hostilizado com gritos de “fora CNN” e “CNN lixo”. Sem reagir ou interagir com os manifestantes, Durán imediatamente se dirige ao carro de reportagem. No caminho, é empurrado e agredido com um soco nas costas.

Dois policiais militares que estavam no local se aproximam para proteger o jornalista enquanto os agressores continuam os gritos e xingamentos. Durán entra no carro de polícia e é levado para um local seguro. Tudo foi gravado.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“É a primeira vez que isso acontece [ter proteção da polícia]. Eu já presenciei a PM no Rio e em São Paulo ignorando os ataques à imprensa,” disse Durán à **LJR**. “Acho que eles cumpriram o trabalho deles, que era proteger as pessoas que estavam trabalhando, com eles foram destacados para fazer.”



vii. Ivan Blaz (Polícia Militar do Rio de Janeiro): polícia deve proteger jornalistas e garantir liberdade de imprensa. (Foto: cortesia)

De acordo com o tenente-coronel Ivan Blaz, coordenador de comunicação social da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a orientação aos policiais militares que atuam no esquema de segurança de manifestações políticas e sociais é clara: proteger jornalistas de eventuais atos de violência e garantir a liberdade de imprensa.

“Com a retirada da vítima, a gente cumpre com um dos nossos maiores objetivos [preservar a vítima]. ... Ter

policiais ali sensíveis a isso já é um grande avanço,” disse Blaz à **LJR**. “Se não fosse a escolta policial a gente não sabe ao certo o que teria acontecido com ele.”

As imagens feitas pelo cinegrafista da CNN e pelo próprio repórter foram utilizadas para identificar os agressores – dois deles foram indiciados na investigação da Polícia Civil e responderão a processo criminal na Justiça.

[Silvia Higuera](#) e [Teresa Mioli](#) colaboraram com esta reportagem.

(*) *[Júlio Lubianco](#) é um jornalista brasileiro baseado no Rio de Janeiro. Ele estudou jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF). Começou a carreira em 2003, no caderno Cidade do Jornal do Brasil. Foi repórter, chefe de reportagem e gerente de jornalismo na Rádio CBN. Fez mestrado em mídia e comunicação na London School of Economics (LSE), com bolsa do programa Jornalistas de Visão. É professor do curso de jornalismo da PUC-Rio e apresenta o podcast do BRIO, que discute jornalismo, carreira, mercado e tecnologia.*

Preparação e acompanhamento do trauma são essenciais para jornalistas que cobrem protestos na América Latina

Por Silvia Higuera*

12 de janeiro de 2022

Quando a equipe do meio investigativo Cuestión Pública na Colômbia decidiu enviar um correspondente à cidade de Cali para cobrir as manifestações que começaram em 28 de abril de 2021 em todo o país, eles sabiam que deveriam enviá-lo preparado "como se fosse uma guerra".

“Em geral, há muito poucas garantias para quem decide sair com uma câmera, usar um crachá de imprensa”, disse Diana Salinas, diretora e cofundadora do meio de comunicação, à **LatAm Journalism Review (LJR)** na época. “Se alguém quer fazer isso constantemente, tem que saber que tem que ir com algumas medidas de proteção importantes, mas também tem que ter um seguro médico que vai atender com urgência, uma transferência para a clínica, essas são coisas que vão acontecer, que você tem que manter no radar como se fosse uma guerra.”



viii. Treinamento em ambiente hostil (Cortesia IWMF)

Cobrir protestos que às vezes se tornaram violentos nos últimos anos na América Latina é um desafio para jornalistas que podem não receber treinamento ou preparação especial. Embora seja trabalho do Estado garantir a segurança dos jornalistas, e especialistas digam que o papel da liderança da mídia é fundamental para proteger seus funcionários, os jornalistas também devem tomar medidas para garantir que saiam ilesos das ruas, mental e fisicamente.

LJR conversou com defensores da liberdade de imprensa sobre o papel do Estado na garantia da segurança, bem como com especialistas em segurança e proteção de jornalistas sobre recomendações para antes e depois da cobertura dos protestos.

O Estado: o primeiro garante do jornalismo e da proteção dos repórteres

A segurança dos jornalistas, principalmente quando se trata da atuação das forças de segurança, é, antes de tudo, responsabilidade do Estado – que deve criar condições adequadas para que jornalistas possam cobrir eventos sem qualquer tipo de intimidação, seja por parte das forças de segurança ou outros atores. Diferentes organizações falaram sobre este assunto, mas sem dúvida,

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

a jurisprudência mais importante para a região foi estabelecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso Vélez Restrepo vs. Colômbia.

O caso tem a ver com espancamento, ameaças e intimidações sofridas pelo cinegrafista ‘Richard’ Vélez Restrepo quando cobria uma manifestação que se tornou violenta devido à intervenção de membros do Exército do país. Mais tarde, ele foi ameaçado não apenas por registrar esses eventos, mas também por buscar justiça.

“Este é um caso muito particular em que a Corte Interamericana teve a oportunidade de analisar certas garantias de cobertura jornalística quando se trata de eventos de alto interesse público, como um protesto ou uma queixa social, mas também a forma como o Estado atende a essas queixas”, disse Pedro Vaca, Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao **LJR**.

A decisão afirma que deve haver garantias para que a imprensa possa realizar seu trabalho de cobertura desses eventos de interesse público, e essas garantias incluem a prevenção da violência contra jornalistas durante a cobertura, bem como a investigação e punição em caso de ocorrência de eventos violentos, explicou Vaca.

“Em vários episódios de protesto durante este ano temos registrado ataques contra jornalistas e esses ataques são atribuídos a membros das forças de segurança e o mesmo também a manifestantes”, disse Vaca. “[Isso indica que] as propostas desta sentença são de implementação urgente por parte dos Estados, pois o fato de haver uma parcela significativa de agressões provenientes das forças de segurança ou atribuídas às forças de segurança representa um importante desafio, pois cumprem também o dever de garante do direito à liberdade de expressão”.

Preparação, preparação e mais preparação

Sem isentar o Estado de suas responsabilidades, jornalistas e meios de comunicação também podem adotar medidas que lhes permitam, em certa medida, prevenir ou serem menos afetados por atos de violência durante a cobertura de protestos. Alguns especialistas chegam a considerar que estar mais bem preparado em questões de segurança física ajuda a ter maior tranquilidade psicologicamente.

“A preparação permitirá que eles reajam melhor a riscos, ataques ou incidentes”, disse Paula María Saucedo, Oficial de Proteção e Defesa do Artigo 19, ao **LJR**. “Quanto mais preparação e quanto mais você fala sobre quais medidas serão tomadas em caso de emergência, parece-me que emocional e psicologicamente as pessoas reagem melhor.”

É algo com que concorda Alejandra González, consultora em atenção às vítimas de graves violações de direitos humanos.

“Vejo impactos piores naqueles que não estão preparados, naqueles que não se imaginam em um determinado contexto, naqueles que não sabem o que esperar em oposição àqueles que têm noção, que posicionam seu trabalho em um cenário de conflito”, disse ela ao **LJR**.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Apesar da situação de violência vivida pelos jornalistas durante as manifestações, especialistas dizem que ainda falta conscientização sobre esses perigos.

Para González, por exemplo, é “impressionante” como a mídia consegue lidar com tanta informação, conhece tantos contextos, mas não faz análise de risco em relação ao próprio trabalho.

"Você não pode ser ingênuo no tipo de trabalho que será feito", explicou González. “Não podemos ser inocentes no tipo de trabalho que fazemos e quão desconfortável é. Acredito que há autorresponsabilidade sem perder de vista o fato de que a obrigação e o respeito ao nosso trabalho é uma questão que os governos basicamente têm que respeitar.”

Embora Jeff Belzil, diretor de segurança da International Foundation for Women in the Media (IWMF), que trabalhou com jornalistas e meios de comunicação na América Latina e no Caribe, acredite que, infelizmente, apenas o "trauma" vivenciado durante a reportagem leva os jornalistas a mudar sua mentalidade, ele também acredita que os treinamentos em ambientes hostis têm um impacto importante. E por isso é tão necessário que tanto a mídia quanto os jornalistas trabalhem para realizá-los.

Especialmente antes da pandemia, esses treinamentos liderados por Belzil, que incluem ambientes como o que você veria em protestos que se tornam violentos, apresentam gás lacrimogêneo, spray de pimenta, atores e muito mais, criam uma atmosfera muito real.

"Eu os coloco em uma situação em que eles [me dizem] 'ei, eu não estava preparado para isso, então não pude reagir, não pude fazer meu trabalho'. E a partir daí eles se preparam um pouco melhor para a vida real porque viram que não estavam prontos", disse Belzil ao **LJR**.

Tanto Belzil quanto Judith Matloff, especialista em segurança e proteção, acreditam que o primeiro passo para a preparação é conhecer o contexto do país e os protestos que os jornalistas vão cobrir.

“Cada país e as regiões e municípios dentro dele diferem”, disse Matloff ao **LJR**. “O que acontece no DF [Distrito Federal da Cidade do México] não necessariamente se aplica a uma favela do Rio ou Matamoros [México] ou Medellín [Colômbia]. Portanto, os jornalistas precisam saber como as forças de segurança e os maus elementos respondem nesse local específico.”

Da mesma forma que um jornalista se prepara para cobrir uma matéria, deve conhecer as táticas utilizadas por cada uma dessas partes.

“Essas táticas estão em constante evolução, então os jornalistas precisam se manter atualizados e avaliar as respostas semanalmente ou diariamente”, acrescentou Matloff.

No caso da Colômbia, por exemplo, Belzil destaca que o Esmad (Esquadrão Móvel Anti-Distúrbios) – dependência da Polícia Nacional – é uma das forças de segurança mais capacitadas da região.



ix. ESMAD, o Esquadrão Móvel Anti-Distúrbios da Polícia Nacional da Colômbia (Polícia Nacional da Colômbia, [CC BY-SA 2.0](#), via [Wikimedia Commons](#))

“É como o Israel da América Latina em termos de táticas, de violência que usam. Então [os jornalistas] têm que chegar muito, muito preparados porque esse Esmad é muito, muito, muito treinado, tem equipamentos novos, tem novas armas antimotim, tem granadas novas, tem muitas coisas que não estão disponíveis em outros países”, disse ele.

Matloff observa que colegas, organizações como o CPJ ou grupos de direitos humanos devem ser

solicitados a ver padrões e como eles podem se preparar.

Na América Latina, os jornalistas podem encontrar armas usadas tanto por forças de segurança quanto por manifestantes, incluindo gás lacrimogêneo, spray de pimenta, balas de borracha, cassetetes, cavalos, coquetéis molotov, pedras, tijolos e até munição real.

A jornalista brasileira Clarinha Glock é autora do [guia de segurança em protestos](#) da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), criado no ano seguinte aos protestos no país em 2013. Também colaborou no [Mapa de Risco para Jornalistas](#) da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Em ambos os guias, e em diversos cursos de segurança para jornalistas que lecionou ao longo de sua carreira, ela ressalta que as orientações são “sugestivas” ou “válidas em apenas algumas situações específicas”.

“Quando você vai numa guerra, você sabe que precisa ter cuidado, estar preparado, saber quais documentos usar. De certa forma, o que está acontecendo é que você precisa de preparação de segurança para o dia a dia também,” disse Glock. “Se antes mostrar um crachá e se identificar como imprensa eram um salvo-conduto para a cobertura, começou-se a ver que a imprensa estava sendo alvo de agressão por parte das forças de segurança por conta das denúncias [de abusos] e, também por parte dos manifestantes.”

A prevenção também inclui outras decisões como que tipo de roupa usar, quem estará monitorando o percurso do jornalista, qual é o plano de refúgio ou fuga, entre outros. *[Veja o box no final deste artigo para obter informações mais detalhadas]*

Não se esqueça da preparação e do acompanhamento psicológico

Um evento traumático pode trazer problemas para o repórter, que vão desde dores de cabeça, sudorese, esquecimento, palpitações até transtorno de estresse pós-traumático com sintomas associados à depressão que incluem falta de apetite, alterações no sono, distúrbios no funcionamento, entre outros, conforme González disse.

Isso faz com que seu trabalho seja afetado, acrescentou o especialista. Os jornalistas podem produzir trabalhos de menor qualidade ou de baixa qualidade, ou procrastinar na entrega do trabalho. Sua vida familiar – relacionamento com filhos, parceiro e outros parentes – e até mesmo na vida sexual, principalmente se a agressão tiver conotação sexual, pode ser afetada.

“E depois há o outro caso em que vemos os impactos mais graves refletidos, que é quando há uma ruptura em seu plano de vida”, explicou González. “Quanto mais traumático for um acontecimento, mais desconcertante, menos acesso à denúncia ou à justiça, etc., maior a ruptura no projeto de vida e é aí que o dano será ainda mais crônico.”

Assim, a preparação também deve incluir um componente psicológico, como afirma Elana Newman, doutora em psicologia especializada em jornalismo e trauma e diretora de pesquisa do DART Center.

“Temos que começar a pensar em um plano antes, durante e depois, assim como você faria para a cobertura da imprensa”, disse ela ao **LJR**.

Isso envolve pensar em onde cada pessoa é psicologicamente vulnerável, o que ela pode fazer para manter a calma durante o evento e quais medidas tomar depois para cuidar de si mesma.

Em geral, disse a psicóloga, os jornalistas são bastante resilientes. No entanto, existem riscos e perigos reais no local de trabalho dos quais os profissionais devem estar cientes.

Para permanecer resiliente, ela recomenda garantir que os jornalistas tenham suporte social, redes e lembrem-se de sua missão, por que estão fazendo o trabalho.

Aqui, especialistas dizem que os meios também têm grande responsabilidade. Por um lado, devem garantir que seus repórteres conheçam os limites, mas, acima de tudo, que tenham apoio se decidirem abandonar uma cobertura para sua própria segurança. Diante de um incidente, eles devem acompanhar o jornalista.

“Gostaria que editores falassem sobre segurança com os jornalistas. Eu gostaria que eles falassem sobre os limites, se as coisas ficarem feias, não tem problema em sair do local”, disse Belzil. “Eu gostaria de ver mais isso: os meios falando sobre os riscos associados à reportagem e tendo uma conversa para dizer 'ei, eu não quero que você se coloque em perigo ou se machuque' ou 'nada vai acontecer se você sair ou pedir ajuda’.”

Para Belzil, esse tipo de conversa é especialmente importante para as mulheres jornalistas que, pela “questão do machismo” que as afeta em diferentes cenários, correm um risco maior.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Para Saucedo, do Artigo 19, e González, a conscientização de gestores e editores é importante para garantir o acompanhamento de jornalistas que enfrentam eventos traumáticos. Uma das coisas que ajuda é socializar, mas também dar-lhes o seu espaço. Nem todas as pessoas querem falar imediatamente.

González também enfatiza que um jornalista deve se manter seguro para cumprir seu papel, que é, em última análise, informar.

“Não sei o que pensam os jornalistas mais experientes, mas do ponto de vista psicossocial, o ideal [em uma situação perigosa] é se retirar, antes de você não se prejudicar [...] e saber o quanto a gente fala no México '*qué tanto callo?*', ou seja, quanta experiência você tem neste tipo de momentos e situações. Mas se não houver experiência, o melhor é se retirar”, disse González. "Porque eu insisto, o papel ou o trabalho dos repórteres, jornalistas e outros é prestar contas, nos informar, e no momento que eles correm risco, aí a gente deixa de saber. E isso é regra, né?"

RECOMENDAÇÕES DE ESPECIALISTAS

LJR apresenta uma lista básica de recomendações para jornalistas que cobrem protestos com base em entrevistas com Jeff Belzil, Judith Matlof e Clarinha Glock.

- Conheça o contexto do local e os motivos pelos quais as manifestações estão ocorrendo. Neste ponto, você deve conhecer as forças de segurança do país e da cidade. Que tipos de armas eles usaram no passado?
- Com base no contexto, quais equipamentos de segurança são necessários e o que pode ser obtido ao chegar: respiradores com filtro (as máscaras KN95 ou N95 também funcionam), óculos de proteção contra projéteis ou gás lacrimogêneo, capacete (tipo ciclismo), caixa de primeiros socorros
- Planejamento específico:
 - Como você vai chegar à manifestação?
 - Como você vai sair da manifestação?
 - O protesto é de dia ou de noite? Há uma maior probabilidade de ataques ao final do dia e à noite.
 - Tenha um plano de comunicação. Se você estiver em perigo, quem você chamará? Quem deve saber que você está na área, a partir de que horas, até que horas? Existe um plano de saída? Qual é o número de telefone para assistência jurídica em seu meio de comunicação? Se você tiver, memorize-o e escreva-o em seu braço com marcador à prova d'água.
 - Se os militares ou a polícia estiverem olhando para você ou gritando com você, planeje como você reagirá. Por exemplo, gritar "imprensa" e gritar que você está se movendo.
 - Que tipo de roupa você vai usar? Evite roupas de cores vivas, mas também não use roupas totalmente pretas ou militares. Você também deve evitar roupas com materiais sintéticos, poliéster, nylon ou lycra, pois se houver um incêndio ou um coquetel molotov for lançado, esse material sintético gruda na pele. O algodão é sempre recomendado.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

- Você vai usar um sapato esportivo ou normal? Você vai usar um cinto?
- Se você tem um crachá de imprensa, onde você vai usá-lo? Evite usá-lo no pescoço. No entanto, certifique-se de tê-lo em mãos.
- Conheça seus próprios limites. Se você não tem proteção pessoal, é melhor se distanciar
- Recomenda-se a companhia de um colega. Há menos chance de alguém ser preso, detido ou atacado quando está com alguém.
- Encontre locais de refúgio com antecedência caso não possa sair da área.
- Tente estar leve para facilitar o movimento. Por exemplo, evite carregar muitas câmeras, mas leve várias lentes. Alguns especialistas recomendam um telefone com câmera no lugar de uma câmera grande.
- Esteja atento ao que as forças de segurança estão fazendo.
- Mude de posição constantemente. É mais fácil atacar "alvos estáticos".
- Leve em conta o seu próprio perfil. Gênero, aparência e comportamento. Aparência: às vezes roupas ou mochilas podem dar a impressão de que um jornalista faz parte da manifestação. Se você tem cabelo comprido, evite rabos de cavalo.
- Não se coloque no meio de confrontos

Para meios de comunicação (com jornalistas ou freelancers)

- Ofereça tempo e oportunidade para treinamentos sobre cobertura de protestos
- Forneça seguro de saúde
- Estabeleça um protocolo de segurança e um plano de comunicação. Se algo der errado, quem você chama? Se algo acontecer, defina um lugar para ir. Estabeleça quanto tempo você ficará no protesto.

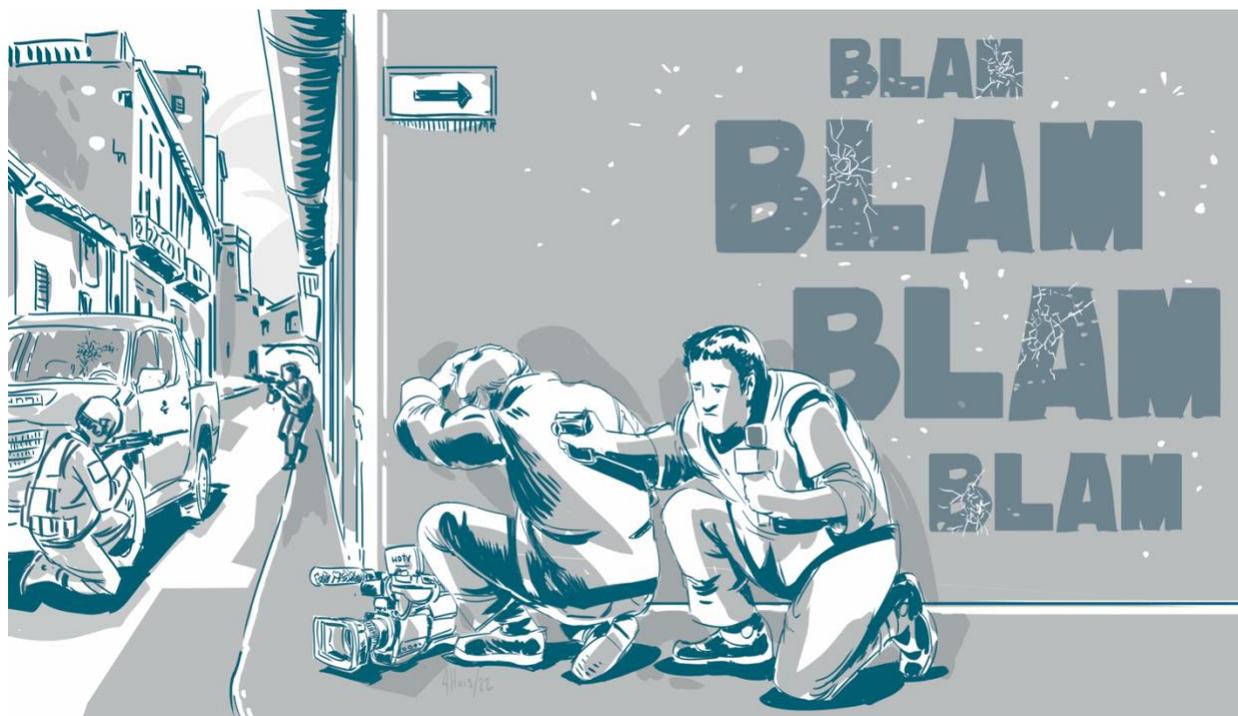
Encontre recursos adicionais para a cobertura de protestos no final deste e-book.

[Teresa Mioli](#) e [Júlio Lubianco](#) colaboraram nesta reportagem.

() [Silvia A. Higuera Flórez](#) é uma jornalista colombiana e escreve para o Centro Knight desde 2012. Estudou Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Pontifícia Bolivariana de Bucaramanga, na Colômbia e completou seu mestrado em jornalismo na Universidade do Texas em Austin. Silvia trabalhou na Relatoria para a Liberdade de Expressão da CIDH pela bolsa Orlando Sierra, em 2014. Trabalhou para o jornal Vanguardia Liberal e escreveu para outras revistas colombianas cobrindo temas locais, econômicas e judiciárias. Alguns de seus trabalhos apareceram no The Miami Herald e no El Nuevo Herald de Miami.*



Parte 2: Cobertura de conflitos violentos



Cobrir conflitos violentos: para jornalistas da América Latina, o desafio está em suas próprias comunidades

Por Javier Garza Ramos*

11 de fevereiro de 2022

Quase quatro anos se passaram desde que os jornalistas equatorianos Javier Ortega e Paúl Rivas, juntamente com seu motorista Efraín Segarra, foram sequestrados em Mataje, uma cidade na fronteira do Equador com a Colômbia.

Eles trabalhavam para o jornal El Comercio de Quito e haviam viajado para a província de Esmeraldas para cobrir uma escalada de violência na área, desencadeada por grupos dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que não concordaram em se desmobilizar após os acordos de paz e atravessaram para o Equador, onde procuraram controlar territórios para o tráfico de drogas.

O aumento da violência incluiu ataques terroristas que foram respondidos por ações dos governos da Colômbia e do Equador. A Frente Oliver Sinisterra, um grupo dissidente das FARC, sequestrou os jornalistas em 6 de março de 2018, para pressionar o governo a interromper a perseguição. Algumas semanas depois, em 11 de abril, eles foram mortos.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Os três jornalistas não estavam preparados para cobrir conflitos violentos envolvendo grupos armados, segundo seus próprios colegas.

Na América Latina, esses grupos armados podem até ser combinados. Existem gangues que são traficantes de drogas, e também existem grupos guerrilheiros que se envolvem em atividades criminosas para se financiar. Geralmente são grupos armados em conflito com as autoridades ou entre si. A combinação de variáveis representa um desafio para qualquer jornalista.

“A violência no México tornou os repórteres correspondentes de guerra em nossa própria terra”, disse em uma ocasião a jornalista mexicana Marcela Turati, sobre a cobertura da violência desencadeada pelos cartéis de drogas e pelas forças de segurança que os perseguem no México.

Seja no México ou no Equador, como na Colômbia, Honduras ou Nicarágua, a cobertura da violência trouxe novos desafios para os jornalistas, porque o conceito tradicional de conflito armado está sendo desafiado na região. A diversidade dos grupos armados também significa ampliar a definição do termo. Não são apenas forças de segurança regulares, como exércitos ou polícia, e grupos paramilitares, como guerrilhas, mas também podem envolver traficantes de drogas, membros de gangues ou forças de segurança privada.

O Guia de Segurança do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), talvez o mais completo documento de recomendações de segurança para repórteres e editores, aponta que "historicamente, os cursos de treinamento em segurança não se especializaram em lidar com contingências não militares, como mitigar a risco de agressão sexual na cobertura ou reduzir os perigos da cobertura do crime organizado”.

Em muitas ocasiões, para jornalistas acostumados a reportar atividades criminosas, o trabalho pode se transformar em cobertura de conflitos violentos a qualquer momento.

Diariamente, em suas próprias cidades, os jornalistas correm o risco de enfrentar grupos armados ou se encontrar em meio a confrontos com autoridades ou entre si. Para um jornalista de Nuevo Laredo, Tamaulipas, esquivar-se das balas de dois cartéis que lutam entre si não é muito diferente do que se fosse um correspondente de guerra na Síria.

Ou o caso dos jornalistas equatorianos que viajaram para uma região de seu próprio país para cobrir uma onda de violência e sofreram o destino que antes aguardava os correspondentes de guerra.

Jonathan Bock, diretor da Fundação para a Liberdade de Imprensa na Colômbia, descreve uma situação que ocorre não só em seu país, mas em outros países da América Latina: o desprezo pelas autoridades.

“Há uma falta de presença do Estado e depois uma narrativa das autoridades dizendo que a culpa é dos jornalistas por estarem em áreas onde não deveriam estar. Não há interesse genuíno em entender os riscos”, disse ele à **LatAm Journalism Review (LJR)**.

Diversos tipos de violência

Cobrir um conflito violento significa riscos que, na América Latina de hoje, podem se apresentar de diversas formas.

Uma delas é que o jornalista se envolve em um confronto entre grupos hostis e é vítima de fogo cruzado. Este é o modelo tradicional de risco de um jornalista cobrindo conflitos armados. De acordo com uma análise da Repórteres Sem Fronteiras, dez das 139 mortes de jornalistas entre 2011 e 2020 na América Latina ocorreram durante a cobertura em que "o jornalista tomou um tiro sem que necessariamente fosse direcionado a ele".

Foi o caso do jornalista brasileiro Gelson Domingos da Silva, morto a tiros enquanto filmava cenas de uma batida policial em uma favela do Rio de Janeiro em novembro de 2012. Domingos foi atingido por balas durante um confronto entre policiais e suspeitos.

Embora a porcentagem de casos em que jornalistas morreram atingidos em confrontos pareça baixa, apenas 7% do total, é notável que esse número seja alcançado quando a região não enfrenta conflitos armados tradicionais.

Os conflitos violentos evoluíram de tal forma que os jornalistas, por vezes, deixaram de ser observadores respeitados das partes em conflito e tornaram-se alvo de uma dessas partes.

Às vezes, eles se tornam alvos porque uma das partes do conflito não quer que ninguém os observe, como aconteceu no estado mexicano de Guerrero em janeiro de 2019, quando um policial apontou um fuzil de assalto a dez jornalistas que cobriam uma operação. Semanas depois, policiais de Nezahualcóyotl, município vizinho à Cidade do México, atacaram três fotógrafos que cobriam a descoberta de um corpo em vias públicas.

Em outras ocasiões, podem se tornar moeda de troca para um dos grupos armados.

Eles podem fazer isso para exigir um tipo de cobertura da mídia, como foi o caso do jornal El Siglo de Torreón, no México, onde 5 funcionários foram sequestrados por várias horas por um cartel de drogas para pressionar o jornal a censurar sua cobertura de atos violentos como assassinatos e ataques armados na cidade. Os jornalistas foram liberados com uma advertência aos editores do jornal, que denunciaram o sequestro e pediram proteção. Um grupo da Polícia Federal montou vigilância do lado de fora do prédio e os agentes foram agredidos por três dias consecutivos pelo grupo criminoso, colocando o jornal no meio de um confronto.

Os jornalistas também podem ser usados como meio de pressão para obter concessões de um governo, como foi o caso dos três equatorianos sequestrados pelas FARC, que tentavam libertar três membros que haviam sido detidos pelo governo equatoriano.

Em outras ocasiões, trata-se de usar jornalistas, como foi o caso de Wilfer Moreno na Colômbia, que em fevereiro de 2020 recebeu uma ligação de um homem identificado por um pseudônimo, que ordenou que ele suspendesse a transmissão de seu noticiário na televisão CNC Noticias de Arauca durante as 72 horas que duraria o ataque armado de guerrilhas anunciado pelo Exército

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

de Libertação Nacional. Moreno recusou e em resposta o sujeito anônimo avisou que ele tinha uma hora para deixar a cidade porque seria declarado "alvo militar".

Tornar-se um "alvo" faz parte de uma nova linguagem adotada por grupos armados que vão de guerrilheiros a cartéis de drogas, que veem os jornalistas como mais uma parte do conflito e aquele que, indefeso, é mais vulnerável.

Em 2019, por exemplo, o repórter judicial Marcos Miranda foi sequestrado por homens armados no estado de Veracruz, no México, após receber ameaças por seu trabalho no portal Noticias a Tiempo. Miranda permaneceu sequestrado um dia em uma tentativa de intimidação.

Há também casos de cobertura forçada, como o relatado por Bock sobre um fotógrafo na região de Arauca que foi forçado por um grupo das FARC a tirar fotos de um policial que havia sido sequestrado para desmentir rumores de que o policial havia morrido.

Esses são alguns exemplos que mostram a complexidade da definição de “cobertura de conflitos violentos” na América Latina hoje. Os dias de correspondentes cobrindo guerras civis na América Central ou confrontos com guerrilhas na Colômbia deram lugar a confrontos entre narcotraficantes ou narcotraficantes com militares no México; a incursões de gangues armadas em bairros de cidades hondurenhas ou brasileiras; a ameaças da polícia ou ataques de seguranças privados.

Medidas de segurança

Na medida em que surgiram grupos que recorrem às armas para resolver conflitos ou promover seus interesses, os jornalistas da América Latina acharam necessário adotar medidas de segurança para lidar com situações imprevistas que possam resultar em violência armada. Para um repórter de Guadalajara, Rio de Janeiro ou San Pedro Sula, é impossível saber quando um passeio por um bairro ou a cobertura de uma presença policial terminará em tiroteio. Da mesma forma que os repórteres equatorianos que foram à fronteira com a Colômbia para cobrir uma onda de violência não sabiam que eles próprios se tornariam alvos.

Isso levou muitos jornalistas a desenvolverem protocolos de segurança que devem seguir ao cobrir situações que vão desde uma cena de crime até uma operação policial, e desde uma simples visita para entrevistar membros de gangues em um bairro até uma incursão militar em uma área urbana ou rural.

No entanto, existem distinções entre os tipos de jornalistas que fazem esse tipo de cobertura. No caso da Colômbia, onde há décadas há conflitos entre forças de segurança, grupos armados e gangues criminosas, há uma diferença entre os jornalistas de um veículo nacional que cobrem o conflito em uma região e os jornalistas que vivem e trabalham nessa mesma região.

“Há consciência dos riscos quando se trata de jornalistas de veículos nacionais que viajam para uma região. Eles adotam transporte seguro e outros tipos de medidas”, diz Jonathan Bock, da FLIP. "Por outro lado", acrescenta, "a situação dos jornalistas locais é dramática, estão em condições extremamente precárias".

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Mas mesmo no caso de jornalistas de veículos com recursos para cobrir e tomar medidas de segurança, os riscos se materializam.

Um dos exemplos mais recentes de conflitos perigosos para os jornalistas cobrirem é na fronteira da Colômbia com a Venezuela, onde grupos das FARC estão lutando com as forças armadas venezuelanas. Em 2021, dois jornalistas foram detidos pelas autoridades venezuelanas enquanto faziam uma cobertura para o canal NTN24.

Repórteres e editores tiveram de aprender a desenvolver consciência de qualquer situação para estar alerta aos perigos que podem estar à espreita e ter o cuidado de planejar seus movimentos e rotinas sabendo que, a qualquer momento, podem se encontrar em um fogo cruzado. Esses protocolos foram adotados individualmente, mas também foram promovidos por jornalistas em redações, especialmente para fazer com que gerentes de empresas de mídia investissem em treinamento de segurança.

O Guia de Segurança do CPJ indica que, para compensar a falta de treinamento de segurança para cenários não militares, na última década foram desenvolvidos modelos de treinamento que abrangem cenários civis e outros aspectos como a segurança digital.

“Cursos sobre ambientes hostis e primeiros socorros são pré-requisitos para denunciar com segurança qualquer situação que envolva confronto armado”, diz o guia, que também menciona a importância dos exercícios de como reagir em um cenário de sequestro.

Nos próximos capítulos deste e-book sobre a segurança de jornalistas na América Latina e no Caribe, aprofundamos a cobertura dos conflitos violentos na região e suas diferentes formas.

Embora em vários países existam ou estejam previstos mecanismos de proteção para ajudar os jornalistas que possam estar em perigo de ser atacados por um grupo armado, analisaremos essas ferramentas em capítulos posteriores, pois esses mecanismos abrangem situações mais arriscadas, além do conflito armado. Em vez disso, vamos nos concentrar em apresentar vários casos de ataques a jornalistas nesse contexto e apresentar recomendações de medidas de segurança que podem ser adotadas, tanto individual quanto coletivamente nas redações.

(*) *[Javier Garza](#) é um jornalista baseado no norte do México. Ele co-apresenta o *Expansión Daily*, um dos podcasts de notícias mais populares do México, e dirige a plataforma de notícias local *EnRe2Laguna* e o programa de notícias de rádio *Reporte100*. Nos últimos 15 anos, ele tem trabalhado em questões de proteção jornalística e liberdade de imprensa.*

Jornalistas latino-americanos que cobrem conflitos violentos em seus próprios países enfrentam incertezas e dinâmicas em transformação

Por Paola Nalvarte*

24 de fevereiro de 2022

Nenhuma reportagem é igual quando se trata de cobertura de conflitos violentos ou áreas violentas. Cada situação parece ter um componente imprevisível.

Esse é o testemunho de vários dos jornalistas e especialistas do México, Brasil, El Salvador, Venezuela, Equador e Colômbia que a **LatAm Journalism Review (LJR)** entrevistou e que vivenciaram esse fator imprevisível na violência cotidiana em algumas áreas de seus países.

Histórias sobre gangues e organizações criminosas, áreas de fronteira com a ambiguidade de seus limites e jurisdições, cidades urbanas marginais ou uma simples praça central de uma cidade tomada por cartéis de drogas são alguns dos temas e cenários latino-americanos onde os jornalistas da região podem encontrar suas melhores reportagens ou uma situação de vida ou morte. Embora não seja uma guerra em seu conceito tradicional, as condições e os preparativos não são tão diferentes para os jornalistas.

Cobrimos situações de violência em áreas de risco



x. À esquerda, o cronista salvadorenho Juan Martínez d'Aubuisson em El Salvador, junto com ex-membros do MS13 e do Bairro 18. (Foto: cortesia)

O antropólogo, cronista e colunista salvadorenho Juan Martínez d'Aubuisson, cujos textos são publicados por El Faro, Insight Crime, Revista Factum e Gatopardo, entre outros, documenta a violência social no norte da América Central.

Há anos, Martínez frequenta o bairro de Rivera Hernández, em San Pedro de Sula, em Honduras, onde coexistem várias gangues como Barrio 18 e Mara Salvatrucha, uma

das maiores estruturas criminosas de Honduras.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“A violência é tão intensa [lá] que as gangues, às vezes as novas gangues, são exterminadas com relativa facilidade. Então eu estava tentando documentar e descrever como é o nascimento de uma gangue naquele bairro”, disse Martínez.

Em uma de suas viagens a Rivera Hernández, no final de 2018, e depois de passar várias semanas com uma das novas gangues, formada por jovens, Martínez testemunhou um confronto entre o novo grupo e membros da Mara Salvatrucha.

Os encontros entre gangues em geral são muito fortes, disse Martínez, mas o que foi diferente naquela época foi que a gangue de jovens ficou sem munição e começou a tacar coquetéis molotov do telhado. Ou seja, garrafas com gasolina e um pano aceso como fusível. Naquele momento de tanta incerteza, “estava absolutamente convencido de que ia morrer”, confessou Martínez.

Felizmente, ele viveu para contar, e não foi a última vez que visitou aquele bairro, nem aquela região conflagrada de Honduras.

Martínez reconhece que essa não é a forma mais tradicional de cobrir a violência, por isso não recomenda a ninguém a forma como trabalha. “Uma vez que a violência começa, não há protocolos de proteção fixos.”

Na opinião dele, para esse tipo de cobertura, é bom ter algum tipo de preparo físico. Uma opção de proteção muito boa é conhecer algum tipo de técnica de defesa pessoal ou artes marciais, “como o grande professor [e jornalista peruano, Gustavo] Gorriti”. Também é útil, durante os confrontos armados, usar roupas escuras, manter-se sempre em movimento e ser bem identificado pelo grupo que está acompanhando. Outro aspecto essencial é manter a comunicação com um contato de confiança, ou monitor, que sabe onde você está e qual é a sua situação.

Cobrindo eventos comuns em áreas violentas

Em algumas cidades mexicanas, como Nuevo Laredo, em Tamaulipas, perto da fronteira norte com os Estados Unidos, mesmo os eventos mais comuns, como os eventos de cidadania da prefeitura em praça pública, não deixam de ser cenários de violência potencial.

Alberto Carrasco, chefe de informação do jornal Nuevo Laredo El Mañana, cobre vários temas como repórter há seis anos, como segurança, política e meio ambiente. Vive diariamente essa violência latente de Nuevo Laredo, como jornalista e como cidadão.

“Qualquer repórter que esteja aqui há cerca de dez anos fez pelo menos um ou dois cursos de capacitação que incluem [técnicas para] algum treinamento” sobre como se proteger, disse Carrasco à **LJR**, como os oferecidos às vezes pelo Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ).

Em 25 de janeiro de 2018, Carrasco teve que colocar em prática todo o seu conhecimento de autoproteção ao cobrir um ato oficial do então prefeito de Nuevo Laredo, Enrique Rivas Cuéllar,

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

que contou com a presença de mais de 150 convidados, incluindo muitas crianças, que terminaram no chão, segundo a Telemundo.



xi. Jornalista Alberto Carrasco do jornal "El Mañana" de Nuevo Laredo, México (Foto: cortesia)

Quando o prefeito inaugurava um mural da cidade, um fogo cruzado irrompeu entre facções criminosas a poucos metros de distância, fazendo com que todos os presentes se agachassem e buscassem abrigo em qualquer lugar: atrás de estátuas, bancos de praça, jardins etc., disse Carrasco. A segurança do prefeito e os agentes do Exército acionaram suas defesas.

Os jornalistas estão mais acostumados a esses tipos de eventos, disse Carrasco, e a primeira coisa a fazer nesses casos é se proteger.

Em cidades como Nuevo Laredo, ou nas áreas rurais de Tamaulipas, qualquer cobertura implica um risco moderado se não forem tomadas as devidas precauções.

Também é bom ir de carro com os vidros abaixados para ouvir os tiroteios, que são frequentes, e assim saber qual caminho tomar, disse Carrasco.

Geralmente os jornalistas não abordam temas que possam colocar em risco sua integridade física.

Para a organização Artigo 19 México, que defende a liberdade de expressão, a cobertura que consideram arriscada está relacionada a questões de corrupção e política, direitos humanos, segurança e justiça, protestos, eleições e questões sobre a defesa da terra e do território, disse à **LJR** Itzia Miravete, coordenadora de prevenção da organização.

“É importante que o governo [de Andrés Manuel López Obrador] faça uma campanha permanente de reconhecimento do trabalho dos jornalistas para melhorar a percepção dos cidadãos em relação à imprensa”, disse Miravete. “Por outro lado, isso deve ser acompanhado pela coibição dos discursos estigmatizantes que são gerados a partir dos três níveis de governo contra a imprensa.”

Em zonas de ‘milícias’ não se entra (em favelas, sim)

Mauro Pimentel é um fotojornalista brasileiro e correspondente da Agence France Presse (AFP) no Rio de Janeiro. A maior parte de sua cobertura documenta a vida dos moradores das favelas cariocas, que muitos preferem chamar de comunidades ou bairros. Pimentel disse à **LJR** que sempre evita ser o primeiro repórter no território quando se trata de cobrir eventos violentos, como confrontos entre gangues ou com a polícia.

“No Rio, há muita comunicação entre fotógrafos, por exemplo, e até entre repórteres. Então, sempre que você tem que cobrir as ‘breaking news’, nunca está sozinho”, disse ele.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Quando se trata de reportar nas favelas que Pimentel visita com frequência, ele se atreve a correr mais riscos porque já tem contatos conhecidos, fontes. Mas sempre depende de qual situação você tem que cobrir, e é melhor entrar na área com outros repórteres.



xii. Fotojornalista brasileiro, Mauro Pimentel, correspondente da AFP no Rio de Janeiro. (Foto: Douglas Shineidr)

“Sempre tento entrar em contato com alguém local. Mas se já estou lá, a primeira coisa que faço é conversar com alguém na rua, para tentar entender o cenário. Acho que é a forma que encontro de ser simpático, acessível, de explicar o que estou fazendo no local e ter a ajuda das pessoas da área para ter acesso. Além de ajudá-los a entender por que esse cara veio com essa câmera grande.”

Pimentel sempre procura manter uma comunicação constante, compartilhando sua localização por telefone, com seu editor e com o motorista que o acompanha e espera por ele em um ponto seguro. O bom de cobrir eventos dentro da cidade é que você sempre tem um sinal de telefone para se comunicar.

Há poucos dias, ele teve que cobrir um tiroteio na favela da Vila Cruzeiro, onde morreram oito pessoas. A polícia invadiu o bairro, alegando que estava procurando por traficantes de drogas da favela vizinha.

No início de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal votou para que o governo do Rio criasse um plano para reduzir a letalidade da violência policial nas favelas da cidade.

Reportar apenas enquanto há luz do dia é outra das premissas de Pimentel. Certa manhã, quando ele cobria uma procissão de Corpus Christi na favela da Rocinha, antes de começarem a caminhar e enquanto as pessoas se preparavam para o rito, houve um tiroteio entre gangues. Refugiou-se na casa de um dos moradores, que o recebeu. Todos esperaram o tiroteio passar e continuaram com a procissão. “Quando você entra nas favelas, todo mundo já sabe que você está lá. Eles espalham a palavra.”

Pimentel, no entanto, nunca faz coberturas nas áreas ou favelas controladas por milícias, que são formadas por gangues de ex-policiais nas quais, às vezes, há até policiais da ativa entre seus.

“Nesses locais [controlados por milícias], não há negociação. A mídia não é permitida, ponto final”, explicou Pimentel.

LJR entrou em contato com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, mas não obteve resposta antes do fechamento desta matéria.

Quando as autoridades não são o melhor contato

Como prática comum, os jornalistas que se preparam para viajar pela primeira vez a uma zona rural ou fronteira para fazer uma reportagem costumam entrar em contato e se apresentar a líderes comunitários locais, pastores de igrejas locais, professores de escolas que têm influência junto ao povo, as autoridades e as forças da ordem.

No final de março de 2021, a equipe de jornalistas do meio colombiano NTN24 descobriu a exceção à regra na Venezuela, quando foram detidos após se identificarem com os postos de comando da área onde foram reportar.

Naquela época, o jornalista venezuelano Luis Gonzalo Pérez, correspondente internacional da NTN24, foi com seu colega Rafael Hernández fazer uma reportagem de uma semana no estado venezuelano oriental de Apure, que faz fronteira com o departamento colombiano de Arauca. A ideia, disse Pérez à **LJR**, era cobrir o deslocamento de milhares de venezuelanos para o lado colombiano devido à violência desencadeada pelos confrontos entre os militares venezuelanos e as facções guerrilheiras colombianas.

Eles foram de Caracas a Apure, em uma viagem de 12 horas, porque devido à pandemia de COVID-19, as viagens aéreas não foram autorizadas. Eles conseguiram atravessar para o lado colombiano para entrevistar famílias que haviam migrado fugindo da violência e depois retornaram novamente para o lado venezuelano para continuar suas reportagens. Quando foram pedir autorização ao comando da Guarda Nacional Bolivariana (GNB) na área para realizar sua reportagem, foram presos, disse Pérez.



xiii. O jornalista venezuelano Luis Gonzalo Pérez, correspondente da NTN24 da Colômbia (Foto: cortesia)

Nós nos identificamos e “mostramos nossas credenciais de imprensa aos comandos”, disse Pérez, mas eles ainda acabaram em uma sala de detenção do comando do GNB por quase 48 horas, onde, segundo Pérez, dormiram no chão, ficaram incomunicáveis e foram alimentados apenas uma vez, com uma arepa [um tipo de pão] e um café. Levaram seus pertences, celulares, dinheiro, equipamentos e todo o material jornalístico que produziram até então.

Antes de tirarem seus celulares, disse Pérez, ele conseguiu se comunicar com sua editora em Caracas e dizer a ela que a situação era muito suspeita porque eles estavam tirando fotos deles e pedindo muitas informações. Pérez e Hernández foram acompanhados por um motorista e duas pessoas da organização Fundaredes.

“Eles colocaram guardas armados do lado de fora da sala de detenção e a partir daí começou a tortura mental (...) Eles ignoraram todos os nossos pedidos de comunicação”, disse Pérez. “Foi a noite toda (...) e ouvimos cerca de 70 detonações de morteiros fora do comando, sacudindo o local”, acrescentou.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Naqueles dias, Diosdado Cabello, deputado venezuelano e número dois do chavismo na Venezuela, chamou todos os jornalistas que cobrem o conflito fronteiriço em Apure de “inimigos”. Durante seu programa na TV aberta, ele disse que os jornalistas que vão para aquela zona de conflito não vão cobrir as notícias, mas sim “semear ódio”.

No Twitter, o presidente colombiano Iván Duque condenou a prisão de jornalistas por “forças da ditadura venezuelana” e pediu a intervenção de organizações internacionais. Os jornalistas foram liberados na tarde seguinte, segundo Pérez, deixando o comando do GNB apenas com as roupas que vestiam.

“Foi um ato de intimidação, amedrontamento e roubo. Foi um crime”, disse Pérez.

Em um comunicado das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas sobre os confrontos de 31 de março de 2021 na zona fronteiriça do estado venezuelano de Apure com o departamento colombiano de Arauca, é mencionada a presença da imprensa no local.

“Deve-se notar que enquanto os moradores de La Victoria [em Apure] voltam de Arauquita [cidade colombiana] para suas casas, observa-se como os operadores da canalhice midiática empregam suas manipulações sujas para atizar a violência em Alto Apure”, disse o comunicado.

A **LJR** tentou entrar em contato com a Guarda Nacional Bolivariana, mas não obteve resposta antes do fechamento deste artigo.

Entre fronteiras, sem lei

Em 26 de março de 2018, o jornalista Javier Ortega, o fotojornalista Paúl Rivas e o motorista de imprensa Efraín Segarra, do jornal equatoriano El Comercio, foram sequestrados entre a fronteira do Equador e da Colômbia pelo grupo dissidente da guerrilha colombiana das FARC, Frente Oliver Sinisterra.

O líder desse grupo dissidente, Walter Patricio Arizala Vernaza, vilgo “Guacho”, teria ordenado o sequestro e posterior assassinato da equipe jornalística, após as fracassadas negociações que manteve com os governos da Colômbia e do Equador para libertar os jornalistas.

Os jornalistas foram fazer uma reportagem na área de Mataje, na província de Esmeralda, que faz fronteira com a Colômbia, no norte do Equador, para investigar o ataque armado que matou três fuzileiros navais equatorianos em 20 de março de 2018.

Desde o final de 2017, e no âmbito dos acordos de paz entre o governo colombiano e as guerrilhas das FARC, a zona fronteiriça entre o Equador e a Colômbia foi afetada por ataques armados, segundo o relatório da Equipe Especial de Monitoramento (EES) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), encarregada da investigação do sequestro e assassinato de jornalistas equatorianos.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“Javier era um dos meus repórteres mais experientes”, disse à **LJR** Geovanny Tipanluisa, então editor de segurança e justiça do jornal El Comercio do Equador.



xiv. Javier Ortega (segundo da esquerda) e Geovanny Tipanluisa (sentado à direita) na redação de El Comercio no Equador (Foto: cortesia)

Segundo Tipanluisa, Ortega vinha fazendo reportagens na área fronteiriça da província de Esmeraldas desde 2013, incluindo a cobertura da última convenção armada das FARC nas montanhas da Colômbia, em 2016.

Quando na quinta-feira, 22 de março de 2018, eles tiveram a reunião editorial para determinar quais reportagens fazer, foi decidido que Ortega iria para Mataje. "Javier deu um pulo e disse: 'Ok, estou indo para a fronteira!'", disse Tipanluisa. Antes de se despedir naquele dia, comentou o editor, Ortega lhe disse que aquela seria a melhor reportagem de sua vida.

“Levantamos histórias humanas das cidades, e como elas estavam vivenciando aquela situação de violência. Sempre nos preparamos”, disse Tipanluisa. “Uma das medidas de segurança foi, primeiro, fazer contato com as lideranças das cidades, com a igreja, com os professores, com os militares ou com a polícia, para que eles nos protejam. Então é isso que sempre, sempre aplicamos quando os meninos saíam; e estar em comunicação permanente, por ligação ou por WhatsApp”.

Por isso, em 26 de março de 2018, quando nem Ortega nem Rivas atenderam as ligações ou as mensagens, Tipanluisa e sua equipe editorial começaram a se preocupar. Tipanluisa também

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

tinha ido naqueles dias cobrir o norte do país, perto da fronteira, na província de Sucumbíos. Ao entrar em contato com o diretor do jornal, ele lhe disse que parecia se tratar de um sequestro.

Em 13 de abril de 2018, o presidente equatoriano Lenín Moreno confirmou a morte da equipe jornalística do El Comercio. O que "Guacho" havia pedido durante as negociações com os governos do Equador e da Colômbia para libertar os jornalistas era trocá-los por três prisioneiros e encerrar o acordo binacional antidrogas.

“O sentimento de insolência, eu poderia dizer, por parte dos Estados [do Equador e da Colômbia] diante da situação, era algo que nos desanimava e alimentava a ideia de que o resultado poderia ser o que finalmente foi,” disse à **LJR** Jonathan Bock, diretor da Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP) da Colômbia.

Bock destacou que no nível oficial ainda não há uma investigação satisfatória sobre o sequestro e assassinato dos jornalistas. “É um caso que não avançou em termos de justiça”, disse. O relatório da Fronteira Cativeira, de jornalistas colombianos e equatorianos sobre o que aconteceu na fronteira, é uma das investigações mais confiáveis sobre os eventos, disse Bock.

O fato “contudente” do sequestro e assassinato dos jornalistas do El Comercio “nos confronta com a realidade de que o Equador vive uma tremenda crise de segurança” devido ao crime organizado, disse César Ricaurte, diretor da Fundamedios, à **LJR**

O assassinato de jornalistas tem sido motivo constante para que a Fundamedios lute para que os mecanismos de segurança e proteção dos jornalistas sejam ativados no país, disse Ricaurte, e para que se estabeleçam os parâmetros de ação da força pública. Ricaurte lamentou que atualmente não haja resposta do Estado aos constantes ataques e ameaças de funcionários, forças públicas e crime organizado contra jornalistas no Equador.

A pandemia tornou mais difícil estabelecer um diálogo com autoridades e instituições governamentais, como o Ministério da Comunicação, disse Ricaurte, ao qual a Fundamedios vem propondo treinamento para servidores públicos em questões de liberdade de expressão, que ainda não se concretizou.

Jornalistas da América Latina que relatam conflitos violentos, sejam eles envolvendo crime organizado, traficantes ou membros das forças armadas, devem estar preparados para o imprevisível, como esses casos de México, Brasil, El Salvador e Venezuela, Equador e Colômbia. No próximo capítulo deste e-book, veremos dicas e conselhos de jornalistas e especialistas em segurança com experiência nessas situações.

(*) *[Paola Nalvarte](#) é uma jornalista peruana e fotógrafa documentarista que vive em Austin, Texas. O foco de interesse da sua cobertura jornalística é a região andina. No Peru, Paola trabalhou no escritório de Lima da agência de notícias italiana ANSA, na seção de economia do jornal Expreso e, por dez anos, fez pesquisa fotográfica e edição de fotografia editorial para um dos jornais em espanhol mais antigos do mundo, o jornal peruano El Comercio.*

Como se manter seguro na cobertura de conflitos violentos na América Latina

Por **Júlio Lubianco***

2 de março de 2022

A cobertura de conflitos violentos foge da imagem tradicional do *front* de uma guerra para jornalistas que atuam na América Latina. Em meio à violência urbana cada vez mais presente em vários países, os repórteres precisam estar preparados para agir rápido nas situações mais inesperadas. Ter um treinamento de segurança adequado tornou-se tão fundamental quanto carregar o velho bloco de notas e o gravador à mão.

Isso porque repórteres estão sujeitos a coberturas arriscadas de situação de conflito violento no seu dia a dia. Podem ser confrontos entre traficantes de drogas rivais ou entre essas quadrilhas e as forças de segurança ou mesmo situações de confronto militar contra grupos guerrilheiros.

Treinamento e colaboração



xv. Marcelo Moreira, da TV Globo: treinamento de cobertura de conflitos violentos precisa incluir executivos e editores. (Foto: cortesia)

O diretor de jornalismo da TV Globo em Belo Horizonte, Marcelo Moreira, está envolvido com treinamento de segurança de jornalistas brasileiros desde 2006, quando os primeiros cursos na área foram oferecidos para jornalistas de Rio e São Paulo. Esses treinamentos, segundo Moreira, incluem workshops de duas horas e atividades de dois dias com aulas práticas e teóricas.

Nas aulas práticas, os jornalistas passam até por simulações de tiro, um risco que faz parte da rotina de repórteres que cobrem violência e segurança pública no Rio.

“Onde eles treinam policiais, a gente treina jornalistas. Eles aprendem noções de balística e de equipamentos de proteção. Têm orientação de primeiros socorros, de como deve se proteger, de posicionamento. É um treinamento customizado para quem vai enfrentar nossa situação de conflito armado”, disse Moreira à **LJR**.

O jornalista, que presidiu a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) entre 2012 e 2013, cita algumas das dicas cruciais para quem está no meio do fogo cruzado.

“Não se deve ficar atrás de um poste porque ele é oco. Melhor é uma árvore, mas desde que tenha um tronco suficiente para que uma bala não atravesse. Se for se esconder atrás de um carro, procure ficar atrás do bloco do motor, porque se ficar só atrás da lataria, você vai ser ferido.”

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Fotojornalista que acompanhou a violência urbana no Rio durante muitos anos pelo jornal carioca O Dia, Severino Silva alerta para a importância de o profissional da imprensa observar tudo ao redor e se manter longe do centro das atenções na cobertura de conflitos violentos.

“Ao entrar em uma comunidade para cobrir um tiroteio, digo sempre para manter olhos e ouvidos bem ligados e não ficar falando. Eu também tirava o toque do celular, deixava só para vibrar. No caso da fotografia, não usava flash”, conta à **LJR**.

Avaliação de risco

Muito antes de lidar com a situação na prática, no entanto, é preciso realizar um rigoroso processo de preparação, desde o surgimento da ideia da pauta. Um item essencial a ser levado em conta é a avaliação de risco, que permite mapear diversos problemas que podem vir a ocorrer durante a cobertura, mesmo que a matéria não envolva, a princípio, um conflito.

Fundador e CEO da GJS, empresa americana de treinamento e apoio a jornalistas em ambientes hostis, Frank Smyth ensina seus alunos, em maioria jornalistas investigativos, a criarem uma “hierarquia do risco” na hora de definir entrevistas. Nesse sistema, uma fonte conhecida e confiável recebe nota 1, o grau mínimo de risco; no extremo oposto, caso o entrevistado seja suspeito de algum crime ou um policial corrupto, a nota pode variar de 7 a 10.

“O que isso significa é que, primeiro, você conversa com as pessoas que oferecem menos riscos. E só fala com quem oferece riscos maiores, se for necessário, no fim da investigação”, disse Smyth à **LJR**, que também escreveu o Guia de Segurança para Jornalistas do CPJ, que contém capítulos sobre preparação para conflitos armados, assim como sobre a cobertura de crime e corrupção.

Como repórter, ele chegou a ser sequestrado com outros colegas durante a cobertura da Guerra do Golfo, em 1991. “Deveríamos ter sido mais cuidadosos e ido embora mais cedo de onde estávamos, junto com outra colega, mas ficamos e pagamos o preço. Então, uma das coisas que ensinamos na aula é dar a si próprio uma margem de erro em qualquer situação.”

Engana-se, no entanto, quem pensa que a definição de protocolos de segurança para jornalistas deve envolver apenas o repórter atribuído para a pauta. A prevenção deve partir de quem ocupa cargos superiores em uma redação, defende Moreira. Para o diretor de jornalismo da Globo em Belo Horizonte, a alta cúpula precisa estar ciente da importância da segurança para seus profissionais, ao passo que chefes de reportagem e editores devem fazer parte dos treinamentos junto com os repórteres, para saber como lidar em diferentes situações.

“Nos treinamentos, focamos muito na necessidade de perder tempo na redação para planejar como vai ser feita a cobertura na rua. É mais do que simplesmente mandar uma pessoa só porque ela foi treinada. Qual é o plano de fuga do repórter no caso a matéria dê errado? Se for num lugar de risco, como ele é monitorado? Todo investimento em tecnologia e planejamento tem que contar com a participação da chefia. O repórter sozinho não faz isso”, explica Moreira.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

No México, país onde mais morrem jornalistas na América Latina, a ONG Artigo 19 alerta que os jornalistas mais vulneráveis são os que cobrem temas relacionados a política local, segurança, crime organizado e narcotráfico.

Segundo a coordenadora de prevenção da ONG no México, Itzia Miravete, a construção de redes de apoio fortalece as capacidades de defesa e proteção dos profissionais, e pode diminuir o risco. Ela sugere também manter um registro de incidentes, como ameaças diretas ou tiroteios, para que se meça o risco de maneira mais clara e se possa tomar ações preventivas no futuro.

“Uma vez identificadas as possíveis ameaças, bem como vulnerabilidades e capacidades, sugerimos trabalhar em um protocolo que consiga implementar medidas para transformar pontos fracos em fortes e inibir a probabilidade e o impacto de um ataque. Por fim, sugerimos que as medidas adotadas tenham uma perspectiva preventiva, mas também atuar durante a emergência e após a agressão para trabalhar os impactos psicoemocionais desse risco,” disse Miravete à **LJR**.

Como uma guerra

Conflitos violentos na América Latina geralmente envolvem situações e preparação semelhantes a coberturas em uma zona de guerra. É o que podemos aprender com alguém que fez reportagens tanto na América Latina quanto em zonas de guerra em outros países.



xvi. Yan Boechat: 'quanto menos grana se tem, mais em risco você se coloca'. (Foto: cortesia)

A necessidade de acumular o máximo de informação possível antes de sair da redação e carregar equipamentos de segurança permanece, como capacetes e coletes à prova de balas. Saber aonde ir, que estradas usar e como se comportar de maneira calma e tranquila quando abordado por forças de segurança ou mesmo criminosos é essencial, mas essa preparação não é o bastante.

Especialistas em cobertura em áreas de combate alertam para a importância de contratar um profissional que pertença ao local e sirva como um “braço direito” para o repórter em todas as suas atividades na região. Esse “braço direito” se

chama *fixer*, e exerce múltiplas funções: guia, consultor de segurança e até mesmo ajudante na elaboração de pautas.

“Em geral, você está botando sua vida na mão dele. E ele consegue fazer uma avaliação dos riscos que você vai enfrentar ali, porque conhece o terreno de verdade. Sem uma pessoa para me guiar ali, fico em vulnerabilidade absoluta. O *fixer* é fundamental, mais do que um colete à prova de balas”, disse à **LJR** o repórter brasileiro Yan Boechat, da emissora de televisão Band, que já cobriu conflitos na Venezuela, Afeganistão, Síria, Iraque, Etiópia e Ucrânia.

A contratação de um *fixer* experiente nessa função, porém, esbarra em limitações financeiras, uma realidade para vários freelancers e jornalistas de veículos pequenos que precisam se

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

aventurar nesse tipo de jornada. E não há dúvida entre os especialistas em segurança jornalística: freelancers ou repórteres de redações com menos recursos estão mais expostos aos riscos na cobertura de conflitos.

“Quanto menos grana tem, mais em risco você se coloca. Com pouco dinheiro, tenta-se extrair o máximo possível daquilo ali. Vai trabalhar horas e horas, não vai estar com o carro mais legal, não vai estar com o melhor *fixer*. E aí comete erros que não deveria cometer”, afirma Boechat.

Mesmo quando os jornalistas estão trabalhando em suas próprias cidades e podem conhecer o terreno sem a necessidade de um *fixer*, ainda existem disparidades. Repórteres de grandes organizações de notícias podem ser mais bem treinados em medidas de segurança ou ter equipamentos mais adequados do que freelancers ou repórteres em veículos menores, que não têm muitos recursos.

A decisão de não ir



xvii. Severino Silva: 'se você não se sentir seguro, não vá.'
(Foto: cortesia)

Mesmo tomando todas as precauções possíveis e adotando as mais variadas medidas de segurança para uma cobertura de risco, o jornalista precisa se sentir confortável para fazer uma escolha que parece frustrante, mas às vezes se impõe como a decisão mais adequada para preservar a vida: a conclusão de que não vale a pena cobrir a pauta desejada.

“Isso é algo corajoso de se fazer, e não covarde. Eu deveria ter feito isso no Iraque ou em outros lugares, parar e pensar: ‘isso é muito perigoso’. Tomar essa decisão é importante”, reforça Smyth. Severino Silva acrescenta que “nenhuma imagem

vale sua vida (...) se seu coração estiver ali e você não se sentir seguro, não vá.”

Encontre recursos adicionais para a cobertura de conflitos violentos no final deste e-book.

(*) [Júlio Lubianco](#) é um jornalista brasileiro baseado no Rio de Janeiro. Ele estudou jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF). Começou a carreira em 2003, no caderno *Cidade do Jornal do Brasil*. Foi repórter, chefe de reportagem e gerente de jornalismo na Rádio CBN. Fez mestrado em mídia e comunicação na London School of Economics (LSE), com bolsa do programa *Jornalistas de Visão*. É professor do curso de jornalismo da PUC-Rio e apresenta o podcast do BRIO, que discute jornalismo, carreira, mercado e tecnologia.



Parte 3: Desenvolvimento de mecanismos para proteger os jornalistas



Mais países latino-americanos consideram mecanismos de proteção para jornalistas; nem todos os esforços são bem-sucedidos

Por Javier Garza Ramos*

12 de abril de 2022

Com o aumento da violência contra jornalistas na América Latina, vários países criaram mecanismos de proteção destinados a implementar medidas de segurança para jornalistas que denunciam ataques ou ameaças contra eles. Essa tendência se intensificou a partir de 2012, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou seu Plano de Ação para a Segurança de Jornalistas baseado nos “três Ps”: prevenção, proteção e prosseguimento.

Depois de discutir os aspectos de prevenção na primeira parte deste e-book, passamos agora às experiências de implementação de mecanismos de proteção em vários países. (Embora esses mecanismos geralmente se apliquem a jornalistas e defensores de direitos humanos, as medidas são as mesmas, independentemente do alvo.)

Mais do que a prevenção (onde as medidas envolvem jornalistas) ou a realização da justiça (que depende da ação governamental), os mecanismos de proteção são ferramentas que requerem uma estreita colaboração entre jornalistas, meios de comunicação e autoridades. Portanto, há um grande potencial de fracasso se não houver uma parceria adequada entre as partes interessadas.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Vamos nos concentrar em três países onde estão em andamento esforços para estabelecer seus próprios mecanismos, em vez de avaliar como os programas existentes funcionam nos países que os adotaram anos atrás. Isso permite olhar para os obstáculos que impedem a formação de um mecanismo eficaz que proteja um jornalista em risco e investigue ameaças ou ataques com o objetivo de prevenir danos futuros.

Guatemala, Bolívia e El Salvador são os três países que examinaremos, analisando como as iniciativas para lançar mecanismos de proteção começaram, como progrediram e onde estão agora. A gênese das iniciativas é diversa em cada caso: na Guatemala foi proposta por uma comissão internacional; na Bolívia, jornalistas se mobilizaram para exigir a criação de um mecanismo após um determinado incidente de violência; e em El Salvador, a demanda cresceu à medida que os ataques a jornalistas aumentaram.

A Colômbia foi pioneira no estabelecimento de um mecanismo de proteção em 2000, com uma importante reforma em 2011 que criou uma Unidade Nacional de Proteção, encarregada de coordenar a resposta do governo para salvaguardar uma pessoa em risco. Em 2012, o México criou seu mecanismo, concebido como uma ferramenta de resposta rápida para aplicar imediatamente medidas cautelares a um jornalista ameaçado ou agredido. Nos anos seguintes, Honduras, Paraguai, Equador e Brasil continuaram com programas semelhantes.

Sendo os primeiros mecanismos desenhados especificamente para proteger os jornalistas, os programas colombiano e mexicano serviram de modelo para outros países. Eles são reativos em vez de preventivos e dependem de uma coordenação rápida entre agências governamentais (polícia, investigadores e promotores) para alcançar um resultado bem-sucedido em todos os casos apresentados. No entanto, também dependem de orçamentos governamentais que, no caso do México, foram cortados.

A organização Repórteres Sem Fronteiras acaba de concluir uma revisão dos mecanismos de proteção em Brasil, México, Colômbia e Honduras e, embora reconheça os benefícios que trouxeram ao chamar a atenção das autoridades para o problema da violência contra jornalistas, também revela importantes imperfeições.

“Apesar de contarem com um arcabouço legal e regulatório adaptado a eles (exceto no Brasil), os mecanismos de proteção sofrem de importantes falhas estruturais, que impedem sua correta aplicação. Todos eles dependem de instituições ineficazes (polícia, exército, justiça); as metodologias de análise de risco nem sempre levam em conta as especificidades do trabalho jornalístico; as medidas de proteção são inadequadas ou aplicadas tardiamente; os recursos humanos e financeiros são insuficientes, etc.”, afirma o relatório.

Na Guatemala, um mecanismo de proteção foi proposto pela primeira vez pela Comissão Internacional Contra a Impunidade (CICIG) formada pela ONU em 2006 para investigar e processar crimes graves cometidos pelas autoridades. Embora o mandato da CICIG fosse amplo, abordou alguns casos de ataques a jornalistas. O apelo para a criação de um mecanismo de proteção cresceu após o assassinato de dois jornalistas na cidade de Mazatenango em 2015. Em 2019, foi criada uma procuradoria especial para crimes contra a imprensa, mas os instrumentos de medidas de proteção ainda estão pendentes.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Em El Salvador, o aumento da violência contra os jornalistas estimulou um movimento para exigir ação governamental para evitar novos ataques. Uma lei foi proposta em 2017, mas sua aprovação está longe.

A Bolívia é o caso mais recente. O clamor por um mecanismo de proteção começou no final de 2021, quando sete jornalistas cobrindo um conflito de terras em Santa Cruz foram sequestrados e torturados. Embora as tensões estivessem latentes desde pelo menos 2019, quando protestos forçaram a destituição do presidente Evo Morales, o sequestro foi o caso mais extremo de violência vivido pelos jornalistas bolivianos na história recente. Extremo o suficiente para formar um movimento para exigir ação governamental.

Em todos os três casos, as iniciativas para construir programas ou mecanismos de proteção exigiram conversas entre jornalistas e funcionários governamentais. Mas a parceria requer confiança, e a falta de confiança tem sido o principal obstáculo, como veremos na série sobre as três experiências nacionais.

Um relatório de 2019 sobre diferentes experiências com programas nacionais para a proteção de jornalistas pelo International Media Support (IMS) adverte que "embora uma coalizão possa ser um bom instrumento para implementar um Plano de Ação nacional, há desafios significativos envolvidos tanto na sua construção como na sua sustentação, além de como torná-los impactantes".

As questões para discussão são amplas e complexas. Eles devem considerar fatores como a rapidez de resposta para medidas de proteção, a metodologia para avaliação de risco, a coordenação com a aplicação da lei e agências de investigação para processar o perpetrador, a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero, e muito mais.

O relatório da RSF citado acima, por exemplo, conclui que todos os mecanismos de proteção que revisou mostraram uma falta de coordenação entre diferentes agências governamentais e que nenhum deles leva em conta as particularidades das mulheres jornalistas.

Além disso, de acordo com a pesquisa da IMS, "o compromisso do setor de mídia em defender a segurança dos jornalistas, implementar melhores práticas de segurança e melhorar as condições de trabalho são componentes essenciais para desenvolver uma abordagem nacional da segurança". Isso significa que as medidas institucionais promulgadas por lei para criar agências governamentais encarregadas de proteger a imprensa devem ser acompanhadas por iniciativas de jornalistas e organizações jornalísticas para implementar as melhores práticas para sua segurança.

Fora da América Latina, várias iniciativas têm fornecido boas lições sobre como construir uma coalizão de instituições governamentais, organizações jornalísticas e grupos de jornalistas. Um dos mais recentes é o Plano de Ação para a Segurança dos Jornalistas de Filipinas, lançado em 2019. Reúne não apenas jornalistas e agências governamentais, mas também organizações de direitos humanos e acadêmicos. E as instituições governamentais incluídas não se limitam à aplicação da lei, mas incluem os Departamentos de Educação e Trabalho, bem como as agências que lidam com questões de mulheres. O foco vai além da segurança física ou digital para

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

questões de gênero e impunidade, assim como a promoção da alfabetização midiática e das boas práticas.

Esta é uma abordagem que não existe nos mecanismos pioneiros latino-americanos da Colômbia e do México, mas que pode ser útil na elaboração de futuros programas nacionais de segurança jornalística ou para quebrar o bloqueio naqueles que, como veremos, já estão em vigor.

(*) [Javier Garza](#) é um jornalista baseado no norte do México. Ele co-apresenta o *Expansión Daily*, um dos podcasts de notícias mais populares do México, e dirige a plataforma de notícias local *EnRe2Laguna* e o programa de notícias de rádio *Reporte100*. Nos últimos 15 anos, ele tem trabalhado em questões de proteção jornalística e liberdade de imprensa

Onda de ataques contra jornalistas desencadeia pedidos de mecanismo de proteção na Bolívia

Por Franz Chávez y Leny Alcoreza*

20 de abril de 2022

Seis jornalistas que cobriam incidentes relacionados à apreensão de terras agrícolas na província de Guarayos, Bolívia, foram sequestrados em 28 de outubro de 2021.



xviii. A primeira página do jornal *El Deber* da cidade de Santa Cruz de la Sierra mostra em imagem completa os jornalistas e um policial sequestrados por invasores de terras na província de Guarayos do departamento de Santa Cruz, em 28 de outubro de 2021.

Um grupo de homens encapuzados com armas longas subjugou os jornalistas, cinco homens e uma mulher com idades entre 30 e 50 anos, e os manteve detidos por sete horas no mais violento ataque a jornalistas na memória recente da Bolívia.

A notícia do sequestro chamou a atenção primeiro das redes sociais e depois dos meios de comunicação e organizações de jornalistas, que transmitiram mensagens de denúncia e protesto que chegaram ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos pedindo a criação na Bolívia um mecanismo de proteção de jornalistas.

Os jornalistas bolivianos não ficaram imunes a tentativas de censura ou intimidação e nos dois anos anteriores ao sequestro dos seis jornalistas houve uma escalada de ataques, principalmente após a crise política que derrubou o governo de Evo Morales em outubro de 2019.

Somente em 2021, a Associação Nacional de Imprensa da Bolívia (ANP), que possui uma unidade de monitoramento de agressões, documentou 38 agressões verbais e físicas contra jornalistas.

Mas o sequestro de seis pessoas foi um evento sem precedentes, revelando a deterioração das condições de segurança dos jornalistas bolivianos.

Assim, como em outros países da região, já estão ocorrendo discussões para estabelecer um mecanismo de proteção que limite a violência contra jornalistas. Por enquanto, os projetos são confidenciais, mas a violência contra os jornalistas que os motivaram está à mostra.

O sequestro



xix. O cinegrafista da rede de televisão ATB, Percy Suárez, mostra o impacto da bala em sua câmera de vídeo que ficou inutilizada. (Foto: Guider Arancibia/El Deber)

A convite da Associação Nacional de Produtores de Sementes Oleaginosas (Anapo), uma organização de empresários agroindustriais, um grupo de jornalistas deslocou-se à zona de Guarayos, no centro da Bolívia, para verificar a ocupação das terras promovida pelos setores ligados ao partido no poder.

A região já havia registrado incidentes violentos relacionados a esse conflito de terras. Por exemplo, um dia antes da visita dos jornalistas, um grupo portando armas de fogo invadiu a propriedade Las Londras e quatro trabalhadores agrícolas ficaram feridos

em decorrência da ação.

Por isso, a visita dos jornalistas foi acompanhada por um cerco de segurança composta por delegados e agentes de polícia, além de trabalhadores agrícolas da região. A 800 metros do terreno ocupado, a polícia conversava com representantes dos ocupantes explicando o motivo da visita, mas eles foram emboscados por homens encapuzados armados, segundo relato do cinegrafista da rede de televisão Roger Ticona.

Os visitantes estavam em ônibus de passageiros e os assaltantes obrigaram todos a descer.

“Eles nos tiraram dos microônibus. Eu estava no último veículo e quando vi o que estava acontecendo, corri para as montanhas junto com o motorista do caminhão em que estava sendo transportado”, descreveu Ticona à *LatAm Journalism Review (LJR)*. Ele conseguiu ser retirado da região em um avião fornecido pelos agricultores.

Seis companheiros não tiveram o mesmo destino e foram detidos pelo grupo armado: o fotógrafo Jorge Gutiérrez, do jornal *El Deber*; a repórter Silvia Gómez e o cinegrafista Sergio Martínez, da rede privada *Unitel*; o repórter Mauricio Egúez e o cinegrafista Nicolás García, da rede de televisão *Uno*; e o cinegrafista da rede *ATB*, Percy Suárez.

Após sua libertação, Silvia Gómez disse ao jornal *El Día*: “Ficamos reféns por sete horas. Eles tinham armas longas que usavam para atirar em nossas câmeras e nos veículos que nos transportavam.”

“Eles nos bateram com paus e recebemos chutes. Depois nos levaram para um galpão onde havia cerca de 80 homens encapuzados que continuaram a nos bater; ameaçaram nos queimar com gasolina. Eles nos perguntaram quem nos enviou e quanto nos pagaram”.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Percy Suárez, cinegrafista da rede privada de televisão ATB, contou à **LJR** como foi forçado a se deitar de bruços no chão de terra e um dos agressores destruiu a câmera de vídeo com um tiro preciso de uma espingarda.

Mas, apesar dos danos ao equipamento, Suárez conseguiu resgatar a memória digital onde foram gravadas as cenas do ataque. A imagem divulgada no dia seguinte por diferentes meios de comunicação permaneceu um testemunho irrefutável da violência.

A notícia do sequestro foi conhecida imediatamente graças ao fato de Roger Ticona ter conseguido escapar. Jornalistas e cidadãos juntaram-se a pedir a intervenção imediata do governo, e esse clamor foi provavelmente a razão pela qual os jornalistas foram libertados apenas sete horas depois.

A indignação

A indignação pelo sequestro entre jornalistas bolivianos desencadeou um protesto que chamou a atenção das Nações Unidas, depois que a Associação de Jornalistas de Santa Cruz, departamento onde ocorreu o sequestro, exigiu que o Alto Comissariado de Direitos Humanos abrisse investigação.

O sequestro também motivou o lançamento de uma iniciativa para criar um mecanismo de proteção aos jornalistas, dada a gravidade do ataque, que não se havia sido visto no passado recente.

Como a Bolívia havia passado por uma crise política dois anos antes, o país estava sob os holofotes de organizações internacionais e, em novembro de 2020, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) formou um Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes (GIEI) para investigar atos de violência em torno das eleições daquele ano.



xx. Um homem encapuzado aponta para a câmera da rede privada ATB durante o sequestro de jornalistas, em 28 de outubro de 2021, na província de Guarayos, no departamento de Santa Cruz. (Foto: Rede ATB)

Como essa violência afetou os jornalistas, o GIEI já havia recomendado a criação de uma entidade não estatal “para prestar apoio e assistência jurídica, administrativa e psicológica aos jornalistas cujos direitos correm o risco de serem violados”.

A recomendação surgiu após uma investigação de oito meses realizada pelo GIEI sobre atos de violência registrados, antes, durante e após as eleições gerais de outubro de 2019, que foram

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

anuladas por alegações de fraude e terminaram com a renúncia do presidente Evo Morales (2006-2019).

Entre outubro e novembro de 2019, a Unidade de Monitoramento da ANP registrou um total de 89 ataques contra jornalistas e 16 veículos de comunicação que cobriram os conflitos em capitais departamentais e cidades rurais.

Desde novembro de 2019, após as eleições e antes de o GIEI iniciar seus trabalhos, o Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos enviou uma missão técnica à Bolívia para coletar informações sobre violações de direitos humanos e chegou à mesma conclusão que seus homólogos da CIDH.

Um relatório desta missão divulgado em 2020 recomendou “promover um ambiente seguro e propício para defensores de direitos humanos, líderes sociais, jornalistas e outros atores sociais, incluindo a condenação sistemática e pública de todos os atos de intimidação contra eles e o estabelecimento de um sistema de proteção mecanismo dotado de recursos suficientes que garanta a segurança das pessoas que estão em risco”.

Este relatório deu início a um processo de consulta da Missão Técnica com jornalistas, órgãos de imprensa e sindicatos, para coletar opiniões sobre os riscos que os jornalistas enfrentam e os tipos de proteção que necessitam durante a cobertura de conflitos.

É um processo que ainda está em andamento, portanto, suas conclusões não foram divulgadas, e ainda não se sabe que forma esse mecanismo tomaria ou se seria modelado em experiências em outros países.

Participaram deste processo jornalistas que foram agredidos nos últimos anos, representantes de sindicatos de trabalhadores da mídia, dirigentes de associações de jornalistas, acadêmicos especializados em liberdade de expressão e dirigentes de organizações não governamentais dedicadas ao tema.

Para os jornalistas bolivianos, é um avanço frear a onda de ataques dos últimos anos, já que a maioria ficou impune.

Antes do sequestro

O sequestro de jornalistas em Guarayos não foi o único ataque em 2021. Durante o ano, a Unidade de Monitoramento da Associação Nacional de Imprensa registrou um total de 38 agressões verbais e físicas a repórteres e cinegrafistas, e nenhum caso foi investigado pelo Ministério Público, segundo dados da Associação Nacional de Imprensa.

Vários desses ataques estavam nas mãos das forças de segurança durante a cobertura.

Destes, outro caso preocupante é o violento ataque da tropa de choque e a posterior prisão de Carlos Quisbert, jornalista do jornal Página Siete, em meio a protestos realizados por plantadores de coca da região de Yungas.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Na terça-feira, 21 de setembro, Quisbert cobria os confrontos entre fazendeiros e policiais. Enquanto gravava imagens para suas reportagens, um policial o atropelou com sua motocicleta e o cronista reagiu protestando contra a agressão.

Cerca de oito policiais em equipamento antimotim imediatamente cercaram o jornalista solitário, pulverizando-o com gás lacrimogêneo e algemando-o enquanto estava amarrado a uma van da polícia, de acordo com Quisbert.

Após protestos de seus colegas, ele foi liberado por alguns minutos, e novamente detido e levado para uma delegacia onde permaneceu por várias horas.

As autoridades não responderam aos pedidos de informação sobre denúncias de violência policial contra jornalistas.

Quisbert foi consultado para esta reportagem sobre a impunidade dos ataques que sofreu.

“A polícia, os políticos, as autoridades e muitas vezes as pessoas que participam dos protestos de rua ficam impunes depois de agredir os jornalistas por falta de representação de dirigentes, donos de meios de comunicação e instituições sindicais que não buscam uma punição efetiva aos agressores”, disse à **LJR**.

A crise de 2019

As eleições gerais de outubro de 2019, questionadas pelos partidos da oposição ao então presidente e candidato do Movimento pelo Socialismo (MAS), Evo Morales, provocaram protestos nas principais capitais da Bolívia.



xxi. O cinegrafista do Red Uno da cidade de Cochabamba, Alejandro Camacho, aparece durante sua recuperação após ser atingido por um projétil de gás lacrimogêneo enquanto cobria confrontos entre partidários de partidos políticos, na segunda-feira, 21 de outubro de 2019 (Foto: ANP)

Uma greve cívica de 20 dias na cidade de Santa Cruz de la Sierra e manifestações nas cidades de Potosí, La Paz e Cochabamba levaram a uma crise política que levou à renúncia de Morales em 10 de novembro de 2019 e sua saída precipitada da Bolívia e refúgio no México.

Os tipos de ataques que ocorrem em torno de eleições e protestos constituem um cenário de risco muito frequente para os jornalistas bolivianos: a cobertura de conflitos políticos ou sociais quando envolvem forças de segurança ou grupos de manifestantes.

Entre outubro e novembro de 2019, jornalistas que cobriam manifestações ou

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

apurações de votos foram alvo de agressões verbais e estigmatização por serem representantes da mídia. Este período torna-se o período de maior hostilidade para o trabalho dos repórteres e da mídia.

Durante a contagem dos votos nas cidades de La Paz e Cochabamba, jornalistas e cinegrafistas foram agredidos por policiais e simpatizantes dos partidos na disputa eleitoral, segundo dados da Unidade de Monitoramento da ANP.

Dois dias depois das eleições, em 22 de outubro, o correspondente do jornal El Deber Humberto Ayllón foi ferido na cabeça pelo impacto de uma granada de gás lacrimogêneo lançada pela polícia. O jornalista cobria os confrontos entre manifestantes que chegaram às portas do Tribunal Eleitoral Departamental na cidade de Cochabamba.

Um dia antes, o cinegrafista da rede privada Red Uno em Cochabamba Alejandro Camacho sofreu ferimentos na cabeça e perdeu a consciência após ser atingido por um projétil de gás lacrimogêneo da polícia. Não está claro se o projétil foi direcionado a ele diretamente ou caiu por acidente.



xxii. O fotojornalista do jornal La Razón de La Paz, Miguel Carrasco, aparece com o rosto ensanguentado após receber uma pedrada durante o conflito pós-eleitoral de 20 de outubro de 2019, na Bolívia. (Foto: La Razón)

Na segunda-feira, 28 de outubro, o fotojornalista do jornal La Razón Miguel Carrasco foi atingido por uma pedra que causou um ferimento na cabeça. O enviado cobria o confronto entre manifestantes que bloquearam uma rua do bairro de Calacoto, em La Paz, e militantes do partido no poder.

As autoridades policiais não responderam a perguntas sobre esses ataques.

Os ataques também foram dirigidos a jornalistas da mídia estatal e afiliados ao partido no poder. O canal de televisão BoliviaTv e a Rádio Pátria

Nueva suspenderam as transmissões, na tarde de sábado, 9 de novembro, após manifestações de grupos de pessoas que solicitaram a interrupção das transmissões de ambos os meios.

O diretor da emissora de rádio da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses, José Aramayo, foi amarrado a uma árvore e ameaçado com uma explosão de dinamite por moradores da área de Miraflores, na cidade de La Paz.

Correspondentes da imprensa argentina que cobriram os conflitos em La Paz refugiaram-se em sua embaixada após serem assediados por manifestantes durante seu trabalho informativo.

Caso sem solução

O sequestro de outubro de 2021 foi relevante não apenas pela natureza do ataque, mas também porque foi de um tipo nunca visto antes na Bolívia. Se os ataques anteriores foram no contexto de protestos e em muitos casos da polícia, no caso de Guarayos o ataque foi durante a cobertura, quando os jornalistas estavam protegidos pela polícia.

No entanto, em todos os casos, o denominador comum é que os jornalistas se tornaram alvo de violência, seja por parte das forças de segurança, seja por grupos políticos ou sociais.

Enquanto isso, o caso de sequestro em Guarayos continua sem solução nos arquivos da polícia e do Ministério Público, assim como dezenas de casos de ataques a repórteres que permanecem impunes.



xxiii. Pensativo como se antecipasse um dia em que sua vida estaria em perigo, o fotógrafo de El Deber Jorge Gutiérrez aparece no avião que o transportava para Guarayos. (Foto: Jorge Gutiérrez)

Até o momento, apenas duas pessoas foram presas e enviadas para prisão preventiva por sua supuesta participação no ataque a correspondentes da imprensa. Durante o sequestro, o grupo violento se escondeu atrás de capuzes e usou armas de caça que, em alguns casos, disparavam projéteis que danificavam câmeras de televisão.

Nas últimas semanas e após denúncias de ações fraudulentas, o Ministério Público ativou as prisões de juízes comprometidos com a libertação de pessoas condenadas por feminicídio, em uma ação que visa recuperar a imagem de um sistema judiciário

deteriorado.

“Sinto uma grande decepção porque enquanto a justiça boliviana agiliza outros casos, o caso do sequestro parece estar como estava no início. E não me surpreenderia se em poucas semanas os dois identificados como estando no local com armas e que estavam presos saíssem livres nas ruas, como se nada tivesse acontecido”, o fotojornalista Jorge Gutiérrez, uma das vítimas do sequestro, disse à LJR.

"Espero estar errado, mas a sensação que tenho é que os culpados não serão punidos", diz ele.

O Ministério Público não informou nenhum progresso no caso.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“Quando falei com o juiz, disse a ele que aparentemente seria preciso que um de nós saísse da selva ferido ou morto para que esse processo avançasse. As imagens que consegui tirar das pessoas armadas e atirando são contundentes, mas nem mesmo com tais provas foi agido em conformidade”, lamentou Percy Suárez em entrevista à **LJR**.

A organização que representa os principais jornais bolivianos, a Associação Nacional de Imprensa (ANP), emitiu um comunicado em 6 de fevereiro e manifestou preocupação com "a falta de progresso nas investigações sobre o sequestro e tortura de jornalistas, e notou seu protesto contra as mudanças em promotores e investigadores”.

() Franz Chávez e Leny Alcoreza, são jornalistas bolivianos e dirigem a Unidade de Monitoramento da Associação Nacional de Imprensa (ANP). A ANP participa das conversações sobre o mecanismo de proteção.*

Um plano de proteção para jornalistas na Guatemala que não sai do papel

Por Luis Ángel Sas*

27 de abril de 2022

Em 8 de março de 2022, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet, apresentou um relatório sobre a Guatemala que alertava para um clima de agressão e hostilidade contra jornalistas.

O relatório dava conta de pelo menos 116 denúncias de restrições à liberdade de expressão documentadas pela Associação de Jornalistas da Guatemala (APG) de janeiro a outubro de 2021 e apontava a necessidade de fortalecer a proteção dos jornalistas.

Paradoxalmente, há exatamente uma década, no mesmo fórum, a Guatemala havia prometido criar um plano para proteger os trabalhadores da imprensa dos crescentes ataques.

Isso aconteceu em 2012 e até hoje o plano não se concretizou.



xxiv. Vista aérea da Cidade da Guatemala

O mecanismo de proteção foi proposto em decorrência de agressões a jornalistas nos anos anteriores a 2012. Entre 2002 e 2010, foram registradas 489 denúncias de jornalistas e quatro assassinatos de trabalhadores da imprensa.

Mas, ao mesmo tempo, a Guatemala tinha um histórico de violência contra jornalistas, um legado da guerra civil que durou de 1960 a 1996 e deixou mais de 200 mil mortos e 45 mil

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

desaparecidos. Jornalistas e comunicadores não escaparam dessa violência e, segundo dados da organização de direitos humanos Grupo de Apoio Mútuo (GAM), pelo menos 342 jornalistas foram mortos e 126 continuam desaparecidos.

Os ataques a jornalistas continuaram mesmo após os acordos de paz. Um dos casos mais notáveis foi o assassinato de Rolando Santiz, principal repórter do telejornal "Telecentro Trece", em 1º de abril de 2009. Santiz foi morto a tiros por dois homens que atiraram nele mais de 25 vezes no centro da Cidade da Guatemala. O cinegrafista Juan Antonio De León também ficou gravemente ferido no ataque.

Em 2011, outro assassinato confirmou a deterioração das condições de segurança dos jornalistas. Em 19 de maio, Yensi Roberto Ordoñez Galdamez foi assassinado no departamento de Escuintla, 148 quilômetros ao sul da capital guatemalteca. Ordoñez tinha um programa na televisão local e havia dito à sua família que havia recebido uma ameaça de morte. Ele saiu de casa em uma quarta-feira. No dia seguinte, ele foi encontrado dentro de seu veículo com facadas no pescoço e no peito.

A primeira reação das autoridades ao clima de ataques contra jornalistas deveu-se à questão do processamento dos crimes e em 2011 a procuradora-geral Claudia Paz y Paz ordenou a criação de uma unidade específica contra crimes contra jornalistas vinculada à Procuradoria de Direitos Humanos.

Porém, mais tarde ficou claro que o problema tinha que ser atacado a partir da prevenção, buscando evitar que os ataques ocorressem.

Compromisso do governo

Em outubro de 2012, o Governo da Guatemala se comprometeu a desenvolver um Programa de Proteção a Jornalistas para prevenir e evitar abusos contra a imprensa no país. Era o primeiro ano do governo do general aposentado Otto Pérez Molina.

Havia um clima favorável. Pérez Molina, que havia sido protagonista do golpe militar que desencadeou a guerra civil nos anos 1980 e depois liderou o partido da oposição, construiu uma imagem conciliadora e afável com a imprensa. Sua vice-presidente, Roxana Baldetti, também era próxima dos jornalistas, longe de sua imagem de 1993, quando trabalhou na Secretaria de Comunicação do governo de Jorge Serrano Elías e tentou censurar a mídia.

Em 2012, com dez meses de governo Pérez Molina, o país foi avaliado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e assumiu o compromisso de criar um programa de proteção aos jornalistas.

Um ano depois, em 28 de novembro de 2013, Pérez Molina e Baldetti assinaram o acordo para iniciar o processo de criação.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Quase uma década depois, os jornalistas guatemaltecos ainda não contam com um mecanismo de proteção. Os governos sucessores de Pérez Molina descumpriram a promessa. A causa é um clima crescente de desconfiança entre autoridades e jornalistas.

O começo

A desconfiança estava lá desde o início. Após a assinatura do acordo para estabelecer o mecanismo de proteção, a responsabilidade de desenhá-lo e colocá-lo em prática coube a Francisco Cuevas, secretário de Comunicação do governo Pérez Molina.

Cuevas teve que coordenar outras organizações que participariam do processo, como o Ministério do Interior, encarregado da Polícia; a Comissão Presidencial de Direitos Humanos, a Ouvidoria de Direitos Humanos e o Ministério Público (MP) com a procuradoria de crimes contra jornalistas, cuja criação foi ordenada em 2011.

Entre as primeiras decisões estava a criação de uma mesa de alto nível composta por um representante de cada instituição com o apoio do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU e da UNESCO. Uma mesa técnica também seria formada para avançar na análise da proposta.

As primeiras reuniões foram realizadas em janeiro de 2014. Algumas das pessoas que participaram das reuniões indicaram que sob o comando de Cuevas a criação do plano não avançou. Havia até quem acreditasse que ele não tinha interesse em seguir em frente.

Apesar de ser ele próprio jornalista, correspondente da emissora de televisão mexicana Televisa na América Central há mais de 15 anos, Cuevas não tinha a confiança de seus colegas. Em 2014, um relatório do Comitê para a Proteção dos Jornalistas indicou que os jornalistas guatemaltecos apontavam uma desconfiança específica com Cuevas, não com todo o aparato governamental guatemalteco.

No final de 2014, Cuevas foi destituído de seu cargo e nomeado cônsul da Guatemala em Los Angeles. Em seu lugar veio Karla Herrera, também jornalista responsável pela comunicação do Ministério do Interior.

Foi a partir dessa mudança que a elaboração do plano de proteção começou a avançar. No entanto, ao longo dos meses os erros que enterraram a iniciativa viriam à tona.

O avanço

Inicialmente, o esforço para avançar em um mecanismo de proteção foi intenso. Entre 2014 e 2015, foram realizadas quase 90 reuniões para discutir o modelo que mais se adequasse ao país. As autoridades confiaram nos programas de México e Colômbia para dar o pontapé inicial e moldá-lo.

Mas as reuniões para criar o plano de proteção aos jornalistas tiveram um setor ausente: os próprios jornalistas. Herrera, que esteve envolvida na iniciativa desde que integrava a equipe de

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

comunicação do Ministério do Interior, disse que as primeiras reuniões foram para criar o quadro conceitual e organizativo.

“Aqui se discutiu o marco legal para sua criação, os recursos financeiros, humanos e tecnológicos”, disse ela à **LatAm Journalism Review (LJR)**.

No entanto, ela admitiu que foi um erro não ter compartilhado com os jornalistas um plano que foi criado para protegê-los, porque faltava a contribuição dos trabalhadores da imprensa em questões cruciais.

“Nós cometemos esse erro. Não levamos mais [o projeto] para o terreno. Ele não se socializava com jornalistas que estavam na linha de frente. Aqueles que podem contar 'da rua'. Aqueles que saem todos os dias em busca de informações”, disse Herrera.

De acordo com Herrera, os jornalistas ficaram de fora de responder a perguntas-chave, como quem deveria ser considerado jornalista, quem estava sujeito à proteção ou em quais autoridades os trabalhadores da imprensa confiavam.

Para criar o plano de proteção aos jornalistas, o governo contratou Margarita Castillo, ex-diretora do Sistema Penitenciário (órgão responsável pelas prisões do país), que foi a consultora responsável pela elaboração do plano.

Castillo também admite que a iniciativa deveria envolver jornalistas, mas atribui esse erro à falta de orçamento. Ela disse que as reuniões foram feitas tentando convocar mais pessoas, mas que o orçamento para montar mesas de trabalho era limitado.

“Foi uma fraqueza, mas não havia recursos suficientes”, disse ela à LJR.

Mas, segundo Castillo, o problema também veio do outro lado, dos mesmos jornalistas que não quiseram participar. “Os jornalistas não confiavam no governo. Então preferiam não fazer parte disso”, disse ela.

Falta de organização

Um dos problemas que existe na Guatemala é que os jornalistas não estão organizados em uma instituição, explicou o jornalista Marvin Del Cid, que teve que deixar o país em 2021 depois de ter sido denunciado criminalmente, assediado nas redes e ser vítima de vigilância ao realizar reportagens sobre o presidente do país, Alejandro Giammattei.

“Descobrimos que estavam fazendo um plano de proteção, mas nunca fomos levados em conta. Não sabíamos muito sobre a iniciativa”, explicou à **LJR**.

O plano foi apresentado a várias organizações que afirmam representar jornalistas, embora suas filiações sejam muito diferentes.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

A Associação Guatemalteca de Jornalistas representa repórteres e editores, embora nem todos os meios de comunicação do país. A Câmara de Jornalismo da Guatemala é um grupo de empresários, advogados e publicitários, mas não dos jornalistas que trabalham para eles.

Propostas para o plano foram apresentadas a ambos os grupos, mas estas e outras organizações as rejeitaram, alegando que o governo buscaria regular os meios de comunicação.

Em uma reunião em março de 2022 após vários ataques contra a imprensa, o portal Plaza Pública perguntou a mais de 70 jornalistas na ativa se eles sabiam das propostas de um plano de proteção. Apenas um disse que sim.

Crise política

O andamento do plano foi afetado por fatores alheios aos jornalistas. Primeiramente, pela prisão em setembro de 2015 do ex-presidente Otto Pérez Molina e da vice-presidente Roxana Baldetti, acusados de atos de corrupção. Isso interrompeu temporariamente as mesas de trabalho.

Em seguida porque o sucessor de Pérez Molina na presidência, Jimmy Morales, nunca aprovou o acordo para dar continuidade ao plano. Após a posse de Morales como presidente, o produtor de televisão Alfredo Brito foi nomeado secretário de Comunicação e teve que continuar elaborando o plano.

Margarita Castillo, responsável por este processo, disse que o novo governo deveria ter feito um acordo para continuar com o plano. Em 2018, uma minuta foi enviada aos membros da comissão técnica, mas não foi aprovada pelo Presidente.

Desde então, o plano está suspenso. Brito foi consultado pela **LJR** para saber por que o plano não avançou. Solicitou que as perguntas fossem enviadas por escrito, mas não respondeu.

Desde aquele ano, o plano foi paralisado. Del Cid acredita que se o projeto tivesse sido compartilhado com os jornalistas, eles teriam pressionado para que avançasse, mas como o veem como um estranho, ninguém questionou por que ele está parado.

Duplo crime

Em 10 de março de 2015, enquanto um grupo de jornalistas conversava em um parque na cidade de Mazatenango, 160 quilômetros ao sul da capital guatemalteca, dois homens armados atiraram contra os comunicadores. Os jornalistas Danilo López do jornal nacional Prensa Libre e Federico Salazar da rádio Nuevo Mundo morreram no ato.

Este fato provocou a união dos jornalistas do país que saíram para protestar exigindo justiça para López e Salazar, além de proteção. Em 2016, a antiga Comissão Internacional Contra a Impunidade (CICIG) e o MP apresentaram avanços na investigação do crime contra os comunicadores. O então deputado recém-eleito Julio Juárez foi preso e acusado de pagar US\$ 3.200 aos assassinos. As autoridades dizem que Juárez trabalhou em conjunto com políticos locais e agentes da Polícia Nacional Civil (PNC).

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Em 18 de março de 2022, o julgamento contra Juárez pela morte dos dois jornalistas foi reativado. Pelo menos um agente da PNC que participou do crime tornou-se um colaborador efetivo e testemunhou como observava os jornalistas antes de serem mortos.

Embora isso tenha enchido de esperança os jornalistas, também demonstrou como é o próprio Estado que atenta contra eles e seu trabalho. De 2011 a 2020, 820 denúncias foram feitas por jornalistas, segundo relatório da Artigo 19. 57% foram por ameaças, 23% por coação e 11% por roubo. Entre esses dados há um que preocupa os comunicadores. Há 46 denúncias de abuso por parte das autoridades. A maioria cometida por agentes de segurança do Estado, que são responsáveis por fornecer segurança aos comunicadores.

O plano de proteção a jornalistas está parado. Nem o governo está preocupado com o progresso do plano e nem os jornalistas acreditam nele. Investigações jornalísticas mostraram como assessores do governo do presidente Alejandro Giammattei criaram contas nas redes sociais para desacreditar os jornalistas. O mesmo teria ocorrido com funcionários do Congresso guatemalteco que usaram seus funcionários para atacar jornalistas quando publicavam algo que os incomodava.

O único avanço real nos últimos anos foi a criação de uma promotoria de crimes contra jornalistas inaugurada em 10 de dezembro de 2019, mas esta é para a acusação de crimes. O plano de prevenção não tem nenhum avanço.

Del Cid não tem esperança de que um mecanismo de proteção aos jornalistas avance.

“Eles (o Governo) não têm interesse e nós não confiamos. Então não há futuro para algo andar, pelo menos neste governo”, disse.

(*) *Luis Ángel Sas é jornalista do portal [Plaza Pública](#) na Guatemala.*

Tramitação de lei para proteger jornalistas salvadorenhos continua parada no Congresso enquanto ataques aumentam

Por Jessica Ávalos*

11 de maio de 2022

Antonio chegou a documentar um posto de controle no bairro de Santa Lucía, a leste de San Salvador, na manhã de terça-feira, 29 de março de 2022. Os soldados estavam verificando os cidadãos naquela área. O fotojornalista desceu do veículo que o transportava e tirou várias fotos. Ele então cumprimentou um dos soldados, mas quando outro olhou para ele, Antonio acabou cercado. Sua câmera, único instrumento que ele tinha para se defender e documentar o que estava acontecendo, acabou nas mãos dos militares e suas imagens foram apagadas.

“Pediram-me a minha identificação e quando lhes disse que trabalhava no El Diario de Hoy, tudo piorou. Eu estava encurralado entre vários soldados e não conseguia me mexer. Eles me colocaram de joelhos. Eu tive que tirar meu colete e eles me mantiveram ajoelhado por cerca de 15 ou 20 minutos”, disse o fotojornalista à **LatAm Journalism Review (LJR)**. Seu nome verdadeiro não é publicado para sua segurança.



xxv. Microfones de diferentes meios salvadorenhos. (Foto: FACTUM/Gerson Nájera)

El Salvador fica atrás de outros países latino-americanos, como o México, que aprovaram leis especiais para proteger seus jornalistas. Um projeto denominado "Lei Especial para a Proteção Integral de Jornalistas", que esteve em estudo por quase três anos, foi arquivado em 19 de maio de 2021, duas semanas após o início da nova Legislatura e, desde então, não voltou à agenda.

A iniciativa foi apresentada em 23 de outubro de 2018 pela Associação de Jornalistas de El Salvador (APES) e pela Mesa de Proteção a Jornalistas e Trabalhadores da Mídia, formada por organizações de direitos humanos. A APES, a maior e mais antiga associação de jornalistas de El Salvador, decidiu promover uma lei depois que em 2017 começou a registrar um aumento de ataques contra trabalhadores dos meios de comunicação.

A iniciativa foi apresentada em 23 de outubro de 2018

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

"A proposta começou a ser trabalhada no fim daquele ano (2017) em função de um aumento considerável de ataques a jornalistas. Houve ameaças de gangues e houve um alto número de demissões", explicou à **LJR** Angélica Cárcamo, ex-presidente da APES, que liderou o lobby pela aprovação da lei, meses antes de o projeto ser arquivado.

Quando a iniciativa entrou na Assembleia, em 2018, o país ainda era governado pelo partido de esquerda FMLN e pelo presidente Salvador Sánchez Cerén. Um ano depois, com o fim do bipartidarismo histórico que havia prevalecido em El Salvador, Nayib Bukele chegou ao poder, mas os partidos da oposição ainda tinham o controle do Legislativo. Foi até maio de 2021 que o Nuevas Ideas, partido de Bukele, assumiu o controle do Legislativo porque conquistou a maioria dos deputados.

Já em 2018, a APES apresentou um diagnóstico sobre a situação das mulheres jornalistas que revelou disparidades salariais, assédio e outros problemas dentro dos meios de comunicação.



xxvi. Angélica Cárcamo, ex-presidente da APES, durante uma entrevista. (Foto cortesia FACTUM/Gerson Nájera)

“Todo esse contexto fez com que as discussões começassem na associação e com o apoio da Internews foi possível financiar a redação do documento. Não queríamos que partisse apenas das necessidades da diretoria. A base foram grupos focais com jornalistas do interior do país”, disse Cárcamo à **LJR**.

A APES possui uma central de monitoramento que registra ataques contra a imprensa. De acordo com um relatório recente, entre 1º de janeiro e 28 de abril de

2022, ocorreram 38 ataques, desde o hackeamento de contas de jornalistas até demissões injustificadas ou restrições à prática jornalística. Funcionários públicos e usuários de redes sociais são os principais agressores, segundo este relatório.

As agressões têm aumentado. Em 2020, a Associação de Jornalistas relatou 125 violações contra jornalistas. Em 2021, documentou quase o dobro dos registrados um ano antes: um total de 219 casos.

E não só isso. Por trás, ou a par destes ataques, está o discurso de ódio que o governo salvadorenho instalou contra a imprensa do país. Frases como: "Eles se fazem passar por 'jornalistas', mas todos os salvadorenhos sabem que são apenas canetas pagas", publicadas pelo próprio presidente de El Salvador, são as que cercam o exercício jornalístico.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

A hostilidade contra quem pratica o jornalismo aumentou nas últimas semanas, desde que passou a vigorar um regime de emergência devido a uma onda de violência sem precedentes desde a assinatura dos Acordos de Paz. A Assembleia Legislativa também aprovou recentemente algumas reformas de lei que condenam a até 15 anos de prisão quem informar sobre determinadas atividades de gangues.

Jornalistas e pesquisadores tiveram que deixar o país devido a ameaças recebidas em suas redes sociais. O presidente da Assembleia Legislativa, Ernesto Castro, disse na última sessão plenária: “Esses jornalistas ‘incômodos’, que têm medo, dizem eles... Não precisamos deles. Vão embora!”

O projeto que foi interrompido

O anteprojeto arquivado em 2021 continha 56 artigos. O objetivo da lei, segundo o rascunho, era garantir a prevenção, proteção e amparo de jornalistas contra qualquer tipo de violação, agressão ou ataque que coloque em risco suas vidas, integridade, segurança e direitos.

Incluía também um mecanismo de recebimento de denúncias e outro de articulação interinstitucional em uma mesa de proteção a jornalistas, que seria composta pela Procuradoria Geral da República e pela Procuradoria para a Defesa de Direitos Humanos. O Ministério Público teria que criar, por lei, um escritório especializado para investigar crimes cometidos contra trabalhadores da imprensa.

“Os elementos mais importantes foram o reconhecimento da necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção dos direitos humanos da categoria. E a criação de um novo marco institucional que garantisse o respeito e a proteção das atividades desenvolvidas por esse setor”, resume Roberto Burgos Viale, advogado consultor que participou do estudo da proposta, em entrevista à **LJR**.

O partido governante Nuevas Ideas varreu as eleições legislativas e assumiu o controle total do poder Legislativo em 2021. A Assembleia Legislativa foi totalmente renovada em 1º de maio daquele ano e, nos meses anteriores a essa data, quando os partidos tradicionais ARENA e FMLN estavam prestes a perder o poder e se tornar opositores, passaram a promover a aprovação da lei.

A APES e o Conselho de Proteção iniciaram uma cruzada pouco antes da mudança na aritmética legislativa para conseguir a aprovação da lei. No final de abril de 2021, apresentaram o documento revisado à Comissão de Legislação e Pontos Constitucionais, mas nunca conseguiram ter a correlação.

“Era uma lei ambiciosa, admito, porque procurava proteger quem não se formou ou quem estava estudando. Era como querer contemplar muitas coisas. A questão mais complicada para alguns partidos eram os direitos trabalhistas, porque isso afetava as empresas e porque havia medo de que esses artigos pudessem ser usados para afetar os meios de comunicação”, diz Cárcamo.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

O projeto foi enviado ao arquivo quando estava na reta final para aprovação. A Comissão de Legislação havia conseguido avançar 95% no estudo da proposta antes de ser enviada a votação, e só ficou pendente o estudo das seções sobre a aplicação de sanções para quem descumprisse a norma.

A aprovação de uma lei no parlamento salvadorenho requer 43 votos. O Nuevas Ideas, partido do presidente Nayib Bukele, conseguiu mais do que isso: alcançou 55 deputados e, desde 1º de maio de 2021, preside todas as comissões legislativas, inclusive Legislação e Pontos Constitucionais, que estava estudando o projeto de lei para a proteção de jornalistas.

“Antes dessa nova dinâmica política, a proposta havia se tornado um elemento de polarização entre os partidos da oposição e os representantes do partido no poder, que viam com desconfiança uma proposta defendida por seus oponentes. No final, quase seis meses de trabalho e lobby político da APES e seus aliados foram perdidos”, explica o advogado Burgos.

A deputada do Novas Ideas Marcela Pineda, que se tornou presidenta da comissão de Legislação em maio de 2021, disse que a proposta seria enviada ao arquivo, junto com mais de 200 expedientes, por não atender às condições de proteção exigidas pelo setor, segundo afirmaram meios nacionais. Ela, no entanto, é a autora inicial do projeto porque a APES a contratou como consultora quando ainda não era deputada, segundo Cárcamo.

"O mais irônico foi que a deputada Marcela Pineda foi colaboradora desse projeto junto com Óscar Campos. É irônico que alguém que estava nos grupos focais, que ajudou na redação, decida arquivar todas as propostas", diz Cárcamo.

LJR buscou uma entrevista com a deputada Pineda para discutir o assunto, mas após três semanas de espera ela não respondeu ao pedido.

Em abril de 2021, quando o projeto de lei ainda não havia sido protocolado e ela não havia tomado posse como deputada, ela falou nas redes sociais sobre parte de seu passado com a gênese da lei: "Há 3 anos, quando trabalhei na construção dessa lei, constatei que os meios de comunicação financistas da @ARENAOFICIAL violam os direitos dos jornalistas; assédio sexual, assédio trabalhista, salários de fome e outras atrocidades são cometidos e agora vêm de defensores."

Os ataques à proposta

René Portillo Cuadra, um dos deputados do partido ARENA que esteve na comissão na última legislatura, atribui o atraso ao fato de o anterior presidente da comissão, Mario Tenorio, do partido GANA, nunca ter colocado o projeto em votação para levar ao plenário um parecer favorável.

“Houve posições conflitantes: a FMLN queria que a lei incluísse a proteção dos defensores de direitos humanos e a ARENA queria que apenas os jornalistas fossem incluídos, o que atrasou bastante a aprovação. A outra posição era que a GANA queria que os blogueiros fossem incluídos”, disse o legislador à **LJR**.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Dina Argueta, deputada do FMLN, hoje partido da oposição, reconhece que “alguns não quiseram agendar a questão. Faltou vontade.”

Mas a interpretação da ex-presidente da APES é que na realidade nenhum partido estava interessado em proteger a categoria jornalística.



xxvii. Conferência de imprensa realizada pela APES, em 24 de novembro de 2021, para denunciar a espionagem de jornalistas com o Pegasus. (Foto: cortesia de FACTUM/Gerson Nájera)

"Foi o partido Nuevas Ideas que deu o golpe fatal, mas nenhum partido político teve um real interesse em proteger a profissão jornalística", diz Cárcamo.

Susana Peñate, atual administradora da Associação de Jornalistas, concorda com Cárcamo e aponta que a anterior legislatura não deu importância à questão: “Foi nos últimos meses que tentaram analisá-la, contudo, não tiveram tempo e isso ficou no meio do caminho. Eles tiveram tempo, mas não quiseram

iniciar a discussão a tempo", disse a diretora da associação à **LJR**.

A falta de mecanismos de proteção antecede a chegada de Novas Ideias. Em 2003, na época do governo ARENA, a APES tentou criar um fundo mútuo para jornalistas. Isso teria um capital semente aportado pelo Estado. A iniciativa foi aprovada pela Assembleia na época, mas o presidente de direita Francisco Flores a vetou. Segundo Cárcamo, por pressão de grupos de poder porque o partido de direita ARENA estava relacionado a grupos de poder, incluindo os donos da grande mídia.

Em 2019, durante um dos governos de esquerda da FMLN, foi criada uma mesa de diálogo entre a Associação de Jornalistas e o Ministério da Segurança para tratar de violações de direitos de jornalistas.

“Havia uma ligação com a imprensa, mas sempre justificavam os ataques dos elementos de segurança à imprensa. Era mais uma imagem do que um interesse real em querer proteger a categoria”, diz a ex-presidente da APES.

“Por que essa lei é importante e necessária? Por se tratar de uma profissão que está exposta a diversas vulnerabilidades, tanto para fins informativos quanto para vulnerabilidades trabalhistas.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Na situação atual, deve ser reforçado e ter mecanismos de proteção e não vemos isso acontecendo”, alerta Peñate, atual administradora da associação.

Portillo Cuadra, deputado da ARENA, apresentou um novo projeto de lei no dia 20 de abril.

"Não temos os votos para sua aprovação, mas não podemos abrir mão de defender a liberdade de informação", afirma. Este partido tem apenas 14 deputados na atual legislatura.

“Não é politicamente viável que este projeto ou outro similar seja retomado. A categoria dos jornalistas deve apostar na organização sindical dentro de seus próprios meios de comunicação, que em muitos casos são verdadeiras empresas comerciais, e ao mesmo tempo fazer uso dos mecanismos interamericanos de proteção dos direitos humanos”, considera o advogado Burgos.

Cárcamo, ex-presidente da APES, também não está otimista com a retomada da discussão de uma nova lei.

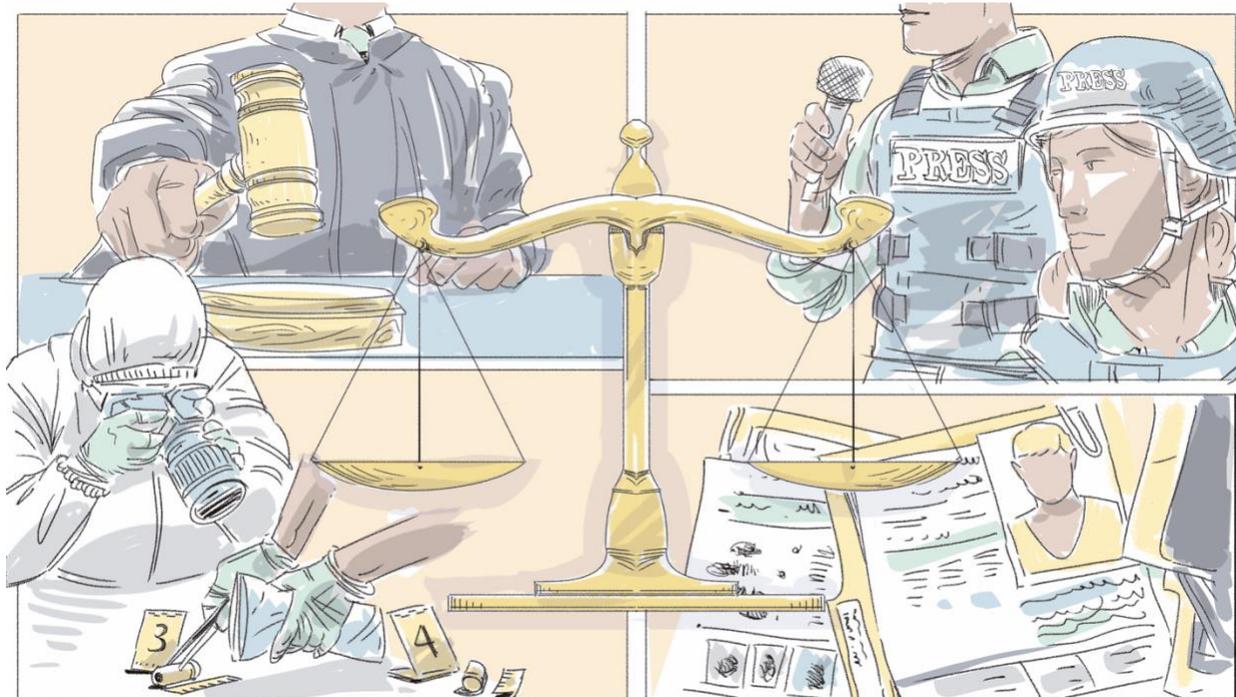
“Não vejo interesse deste governo em aprovar nenhuma legislação que conte com a participação de jornalistas porque suas ações o demonstram. O Executivo tem uma narrativa anti-imprensa. Ao contrário, há uma exaltação dos ataques. Longe de condenar, as agressões são celebradas”, destaca.

Não faltam exemplos do que Cárcamo menciona. O jornalista Jorge Beltrán Luna foi agredido fisicamente por um policial durante uma cobertura em julho de 2021. Após a denúncia do caso, Federico Ánliker, funcionário público de alto escalão, chamou o policial agressor de “herói da pátria”.

(*) *Jessica Ávalos é uma jornalista investigativa baseada em El Salvador. Ela cobre a corrupção, os direitos humanos e o acesso à Justiça. Ela trabalha para a [Revista Factum](#) e é autora do projeto colaborativo sobre migração "Bem-vindo à cidade de Intipucá".*



Parte 4: Julgamento de casos de violência contra jornalistas



Julgamento de crimes contra jornalistas na América Latina: a chave para acabar com a impunidade

Por Javier Garza Ramos*

21 de junho de 2022

Especialistas afirmam que os ataques contra jornalistas na América Latina aumentaram nos últimos anos graças à impunidade. A falta de processo e punição para aqueles que ameaçam, prejudicam ou matam jornalistas permitiu mais agressores, que imaginam que podem escapar impunes.

A UNESCO estimou que 78% dos assassinatos de jornalistas entre 2006 e 2019 na América Latina ficaram impunes. Ou seja, três em cada quatro casos não foram processados, às vezes nem resolvidos.

Mas, embora o assassinato seja a forma mais extrema de ataque a um jornalista, outros tipos de agressão também ficam impunes: assédio, ameaças, hackeamento. Quando as autoridades não agem contra os agressores, eles são favorecidos.

Examinamos as medidas tomadas pelos jornalistas para evitar ataques aos próprios jornalistas, bem como os esforços dos governos para protegê-los. Mas há um terceiro aspecto que é crucial para reduzir a frequência das agressões. Trata-se do julgamento dos casos.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Nas últimas duas décadas, vários países latino-americanos criaram escritórios especiais para processar crimes contra jornalistas ou liberdade de expressão em geral.

Algumas dessas instituições são anteriores à criação de mecanismos de proteção, que é outro eixo das estratégias estatais para prevenir ataques contra jornalistas. Em alguns países, as procuradorias especiais foram reformadas ou renomeadas devido a resultados iniciais insatisfatórios.

No entanto, a situação não é animadora. Ricardo Trotti, diretor da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), disse à **LatAm Journalism Review (LJR)** que, depois de duas décadas promovendo a criação de instituições dedicadas à proteção de jornalistas, "não atingimos as metas que havíamos estabelecido para nós mesmos, para uma verdadeira administração de justiça que combata a impunidade e reduza a violência".

A SIP é o maior grupo de organizações jornalísticas da América Latina e o primeiro a promover a criação de promotorias especiais. De acordo com seus registros, os seguintes países estabeleceram escritórios para processar ou investigar ataques contra jornalistas:

Colômbia: Em 2002, a Unidade Nacional de Direitos Humanos criou uma subunidade para investigar crimes contra jornalistas, mas não há promotor especial dentro da Procuradoria Geral da República.

Guatemala: Em 2001, foi criada uma Promotoria Especial para Jornalistas e Sindicatos para investigar, processar e prevenir ameaças e ataques. No entanto, em 2019, o governo dividiu o gabinete em dois, com um procurador para crimes contra jornalistas e outro para crimes contra sindicatos e trabalhadores do sistema de justiça.

Honduras: Em 2018, foi criada a Procuradoria Especial para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Sociais e Operadores de Justiça (Feproddhh), com o mandato de proteger quem trabalha para promover os direitos humanos e a liberdade de expressão.

México: Em 2006, foi criada a Promotoria Especial para a Atenção aos Crimes Cometidos contra Jornalistas (FEADP) dentro da Procuradoria Geral da República. Quatro anos depois, argumentando a falta de resultados, o escritório foi alterado para a Promotoria Especializada de Atendimento aos Crimes contra a Liberdade de Expressão (Feadle) com o poder de "federalizar" os casos, para que possa tirá-los dos promotores locais.

Peru: Em 2010, a Suprema Corte ordenou que o governo criasse um escritório especial para processar crimes contra jornalistas e ampliou a autoridade da Câmara Criminal Nacional e dos Tribunais Penais de Lima para atrair esses casos. Esses tribunais têm poderes para admitir casos de assassinato, agressão, sequestro e extorsão contra jornalistas.

É evidente que não existe um modelo unificado para a criação de uma promotoria para investigar e julgar crimes contra jornalistas. Alguns países têm promotores especiais, enquanto outros têm unidades de investigação. Essas instituições foram criadas por reformas legais ou, como no Peru,

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

pela Suprema Corte. Alguns promotores especiais também ouvem casos contra outros atores, como defensores de direitos humanos, enquanto outros se limitam a jornalistas.

Segundo Pedro Vaca, Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), essa é uma das razões pelas quais é difícil avaliar os resultados desses esforços.

“O fato de haver promotores especiais em países com violência contra jornalistas é um alerta importante da política criminal desses Estados. Mas há uma diferença significativa entre o anúncio da criação de uma promotoria, seu funcionamento e sua eficácia”, disse Vaca à **LJR**.

“Há pouca informação sobre a eficácia, especialmente porque há uma diferença significativa entre os modelos ou as estruturas que foram aplicadas: promotores especiais, unidades de investigação, unidades dentro de unidades. As comparações são difíceis”, acrescentou.

Outro fator é a falta de informação. Alguns desses escritórios não possuem sites ou informações de contato publicamente disponíveis. Em outros casos, os jornalistas nem sequer têm conhecimento da criação destes gabinetes ou de sua implementação. Ou eles sabem de sua existência, mas não confiam neles.

A Colômbia é um caso, diz Raissa Carrillo, coordenadora de proteção e defesa jurídica da Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP).

“Os poucos jornalistas que sabem que têm esses recursos disponíveis não querem ir até eles”, disse à **LJR**. “Há uma falta de confiança nos promotores que reflete a da Unidade Nacional de Proteção.”

Carrillo disse que a Colômbia tem uma taxa de impunidade de 76% nos homicídios de jornalistas, e apenas três das dezenas de ameaças relatadas resultaram em uma sentença contra os autores.

“Não há nenhum benefício em ir às autoridades”, afirmou.

Comentando a resolução da Suprema Corte do Peru que ordenou a criação de um escritório especial, Zuliana Lainez, da Associação Peruana de Jornalistas (ANP), disse à **LJR** que o caso tem mais de uma década, mas a ordem nunca foi aplicada. Em vez disso, os casos de crimes contra jornalistas seguem os canais regulares de juízes especializados em direitos humanos.

“Não vemos que uma função especial tenha sido implementada para atrair esses casos. Este é um anúncio de uma década atrás, mas não ouvimos falar de nenhuma medida específica”, disse Lainez.

A SIP verificou a criação desses escritórios, mas apenas na medida em que os governos relatam o cumprimento das promessas de criar instituições para a proteção de jornalistas. O acompanhamento da implementação é difícil, segundo Trotti, que disse que há vários motivos para estar desanimado com os resultados.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“A falta de consistência nas políticas públicas é uma delas. Os governos adotam políticas para evitar o problema, mas não são consideradas como políticas de Estado, então os próximos governos as deixam cair no esquecimento. Antes de cada governo temos que começar de novo.”

Outros fatores, segundo Trotti: “Muitos Estados são defensivos e resistentes em aceitar culpas ou irregularidades nos processos judiciais. Em muitos casos, os governos anteriores são responsabilizados, ou seja, não são reconhecidos como casos de Estado; além do fato de que muitos funcionários desconhecem suas funções e a jurisprudência interamericana existente sobre liberdade de expressão e violência contra jornalistas”.

E há a perene falta de recursos nos sistemas de proteção dos jornalistas. "Ainda estamos pedindo aos governos que forneçam os recursos necessários — profissionais e financeiros — para serem eficientes".

A **LJR** tentou entrar em contato com a Procuradoria Geral da Colômbia e o coordenador de promotores criminais no Peru para comentar, mas não recebeu uma resposta até o momento.

Em 2020, a UNESCO publicou as “Diretrizes para promotores em casos de crimes contra jornalistas”, com recomendações para investigar e levar casos ao tribunal.

A UNESCO deixa claro que os jornalistas não devem ter um status especial, “todos os cidadãos são iguais perante a lei”. Mas reconhece que é preciso “garantir o direito de exercer atividades relacionadas ao jornalismo em condições que permitam a efetivação dos direitos fundamentais”.

Um elemento crucial, de acordo com as diretrizes, é como determinar se uma vítima foi atacada especificamente por ser jornalista.

Por exemplo, na Colômbia, as investigações de ataques contra jornalistas não têm uma boa análise de contexto, “os casos acontecem, mas não estão associados à profissão jornalística”, diz Carrillo.

De acordo com Vaca, as metodologias para determinar se um crime foi motivado por trabalho jornalístico são importantes para avaliar os resultados de um Ministério Público ou unidade especial.

“O próximo passo na construção dessas entidades é determinar quais informações são necessárias para monitorar sua eficácia, como serão avaliadas e seus mecanismos de responsabilização”, disse Vaca. "Essas são coisas necessárias após a criação e operação de promotorias especiais."

Trotti disse que há duas razões para ter esperança: trabalhar no Sistema Interamericano permite que as vítimas continuem buscando justiça depois de serem ignoradas pelas autoridades de seus países. E organizações como a SIP e outras estão constantemente denunciando e apresentando casos dentro deste Sistema para manter o tema na agenda pública.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Se, como aponta a UNESCO, evitar a impunidade dos ataques contra jornalistas é um elemento central da liberdade de imprensa, o juízo desses crimes é um aspecto fundamental. A investigação imediata e o processo penal agem como um impedimento para potenciais infratores. Neste e-book, examinaremos os esforços em três países que começaram com esse objetivo e avaliaremos seu nível de sucesso.

(*) [Javier Garza](#) é um jornalista baseado no norte do México. Ele co-apresenta o *Expansión Daily*, um dos podcasts de notícias mais populares do México, e dirige a plataforma de notícias local *EnRe2Laguna* e o programa de notícias de rádio *Reporte100*. Nos últimos 15 anos, ele tem trabalhado em questões de proteção jornalística e liberdade de imprensa.

Procuradoria especial para proteção de jornalistas de Honduras não obteve condenações e não tem competência para investigar assassinatos

Por Leonardo Aguilar*

4 de julho de 2022

O comunicador social Ricardo Ávila relatou ao seu chefe que, sem nenhuma explicação, havia perdido o controle de sua conta do WhatsApp, algo que ele viu como uma possível intervenção em seu telefone.

Uma semana depois, em 26 de maio de 2022, ele foi baleado na cabeça a caminho do trabalho na cidade de Choluteca, no departamento do mesmo nome, no sul do país.

Com este ato violento, são 93 jornalistas e comunicadores assassinados em Honduras desde 2001.



xxviii. Jornalistas, cinegrafistas e meios de comunicação aguardam a chegada do presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador, na Casa do Governo em Tegucigalpa, Honduras, em 6 de maio. (Foto ContraCorriente / Jorge Cabrera)

Em nota divulgada em 24 de maio, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CONADEH) mostrou que a impunidade nas mortes de jornalistas ultrapassa 91%. Da mesma forma, detalhou

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

que a Unidade de Deslocamento Forçado Interno (UDFI) recebeu, entre 2016 e abril de 2022, cerca de 67 casos de jornalistas (20 mulheres e 47 homens), dos quais 51 estão em risco de deslocamento e pelo menos 16 já foram vítimas de deslocamento forçado interno, devido, em 81% dos casos, a ameaças, seguidas de tentativa de homicídio, extorsão, lesões e violência familiar.

“Destes mais de 90 assassinatos, o índice de investigação criminal é muito baixo, temos apenas quatro casos em que há condenação pelos crimes de homicídio ou assassinato; aproximadamente 22% disso está nas linhas de investigação, os outros casos estão completamente impunes e assumimos que continuarão assim porque entre 15 e 20 anos se passaram”, disse à **LatAm Journalism Review (LJR)** Osman Reyes, presidente do Colegiado de Jornalistas de Honduras (CPH, na sigla em espanhol).

O escritório que existe neste país da América Central para investigar a violência contra jornalistas e proteger esse setor vulnerável é a Procuradoria Especial para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Especiais e Operadores de Justiça (FEPRODDHH). Mas há apenas cinco promotores – todos concentrados em Tegucigalpa – sem investigadores designados e sem competência legal para investigar casos de homicídio ou assassinato.

Como funciona o mecanismo de proteção e a procuradoria especial para jornalistas e comunicadores sociais?

Honduras possui o Sistema de Proteção para Defensores de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Sociais e Operadores de Justiça, que entrou em vigor em 2015 e registrava 126 casos ativos em novembro de 2021.



xxix. Fachada do prédio onde funciona o Ministério Público (MP). Tegucigalpa, Honduras. (Foto: ContraCorriente / Fernando Destephen)

Este mecanismo de proteção é chamado a trabalhar em coordenação com o CONADEH e com o Ministério Público.

Tanto o CPH quanto a Ordem dos Advogados de Honduras (CAH) se retiraram em 2021 do mecanismo de proteção como forma de protesto, alegando passividade do espaço de proteção.

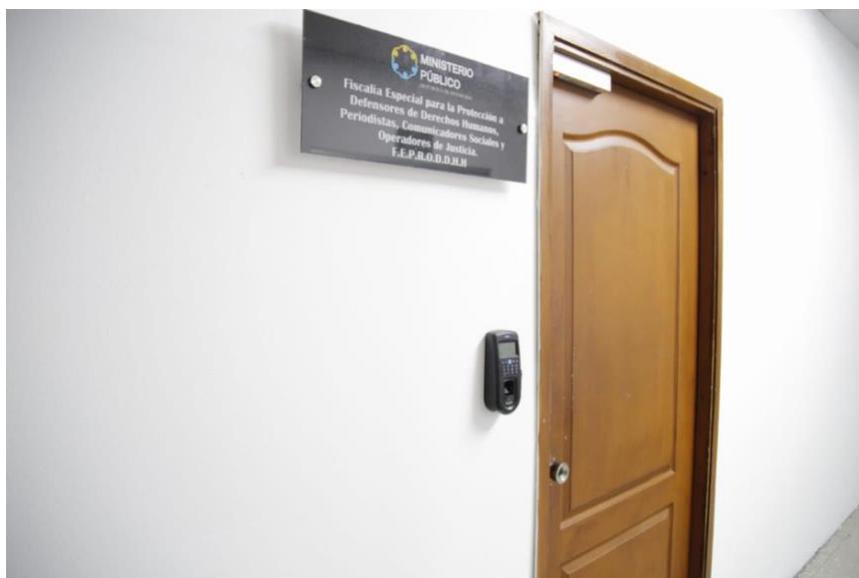
“Temos esse mecanismo de proteção para jornalistas, advogados, pessoas de

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

grupos vulneráveis, mas não está sendo uma resposta para essas situações tão complexas”, disse Reyes.

Mas Honduras também conta com a Procuradoria Especial (FEPRODDHH) desde 2018, embora sua presença não seja muito visível, segundo Reyes.

Apesar de Reyes ser o presidente do CPH, ele garante que há dois anos não sabe nada sobre a FEPRODDHH e que nem sabe quem é o chefe dessa procuradoria.



xxx. Fachada do escritório onde funciona a Procuradoria Especial para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Sociais e Operadores de Justiça (FEPRODDHH) dentro do prédio do Ministério Público em Tegucigalpa, Honduras. (Foto: ContraCorriente/Fernando Destephen)

“Entendo que na época em que foi criada essa procuradoria especial para tratar desses casos, estávamos em contato há dois anos com a promotora Keila Aguirre, que havia formado uma equipe e com eles alocamos alguns casos, mas ela entrou em contato comigo em uma manhã e me disse que já tinham feito rodízio na procuradoria, e até agora não sei quem ficou, não sei se essa procuradoria ainda existe, se continua funcionando, porque pelo menos na minha capacidade como presidente da Associação

de Jornalistas, nunca mais tive contato com aquela procuradoria”, disse Reyes.

Reyes acrescenta que se reuniram neste ano com o secretário de Segurança, Ramón Sabillón, mas que ele apresentou os mesmos dados e progressos dos governos anteriores.

“Tivemos reuniões com três ministros de segurança de três governos diferentes, a mesma apresentação feita pelo primeiro foi feita pelo segundo e o número de avanços é o mesmo do terceiro. A resposta clássica sempre é: estamos em investigação e os caminhos não levam a lugar nenhum”, diz Reyes.

Amada Ponce, diretora do Comitê para a Liberdade de Expressão (C-Libre), coalizão de jornalistas e grupos da sociedade civil, concorda com Osman Reyes e diz que a experiência do C-Libre com o FEPRODDHH é insatisfatória porque a maioria dos casos não recebe a atenção necessária.

“Até o ano passado, havia apenas dois promotores designados”, disse Ponce à **LJR**.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“A maioria dos casos que apresentamos a esses promotores não puderam ser resolvidos nos mais de três anos em que começamos a apresentar queixas, particularmente uma das experiências mais difíceis de lidar foi com os casos que foram apresentados de comunicadores e defensores de direitos humanos que estão nos territórios, onde a disponibilidade humana e investigativa é muito limitada”, revela Ponce.

Grupo vulnerável	Denúncias desde 2018	Denunciante	Predominância dos crimes denunciados	Departamentos
Jornalistas e comunicadores sociais	64 denúncias até 14 de maio de 2021	12 mulheres e 52 homens	Ameaças, revelação de segredos, danos e prejuízos, limitação e violação de direitos fundamentais, abuso de autoridade, violação dos deveres de funcionários públicos, tortura, violação da liberdade de expressão, roubo, discriminação, crimes contra a propriedade intelectual.	Francisco Morazán, Choluteca, El Paraíso, Colón, Yoro, Cortés, Atlántida, La Paz, Santa Bárbara, Comayagua, Valle, Copán, Intibucá.
Defensores de direitos humanos	136 denúncias até 16 de maio de 2022	51 mulheres e 85 homens	Prisão ilegal, ameaças e homicídio, sequestro, discurso de ódio, ameaças, coerção, invasão de residência, danos e prejuízos, abuso de autoridade, violação dos deveres de funcionários públicos, tortura, transgressão por funcionários públicos, discriminação, discriminação no emprego, assédio sexual.	Francisco Morazán, Copán, Yoro, Cortés, Colón, La Paz, Santa Bárbara, Choluteca, Valle, Atlántida.
Operadores de justiça	52 denúncias até 13 de maio de 2022	31 mulheres e 21 homens	Agressão, intimidação de testemunhas e outros, ameaças, coerção, abuso de autoridade e tortura, tratamento cruel, desumano e degradante, abuso de autoridade, violação de deveres de funcionários públicos.	Islas de la Bahía, El Paraíso, Francisco Morazán, Cortés, Choluteca, Ocotepeque, La Paz, Olancho.

Tabela elaborada em junho de 2022 por LJR com dados fornecidos pelo Ministério Público através do Instituto de Acesso à Informação Pública.

Ponce afirma que a FEPRODDHH nem sequer tem acesso ao cadastro eleitoral fotográfico do Cadastro Nacional de Pessoas (RNP) para identificar os agressores desses grupos vulneráveis que são denunciados.

“Essa procuradoria não tem acesso e achamos impressionante. Quando falamos da identificação de um agressor em relação a coisas que não representam um grande gasto. O acesso a um registro fotográfico significa apenas uma senha e entrar nesse registro. Outras procuradorias têm, mas essa não tem.”

Ponce sustenta que mais de 300 denúncias foram apresentadas ao Ministério Público, mas "nenhum dos casos até agora foi concluído com sentença final, não que saibamos".

“Isso nos dá a sensação de que essa procuradoria foi criada, digamos, com um nome bem colocado, muito bonito, mas não para levar à justiça os agressores e agressoras

dos setores vulneráveis”, explica Ponce.

Nenhum caso para julgamento oral e público

A LJR obteve o número de denúncias recebidas pela FEPRODDHH, no qual se observa que desde a sua criação, em 2018, foram formalizadas 252 denúncias perante este órgão fiscal.

O procurador Jerry Valladares, chefe da FEPRODDHH, disse à LJR que não há sentenças e que atualmente não há casos judicializados contra os agressores de jornalistas, comunicadores ou

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

defensores de direitos humanos em juizados ou tribunais penais. Valladares mencionou apenas que há um caso que pode ir a julgamento oral e público, mas que envolve um operador da justiça.

Para entender por que os casos da FEPRODDHH não avançam ou não são obtidas sentenças que gerem precedentes para proteger os jornalistas, Valladares explica que muitos dos casos são encaminhados a um juiz de paz, em que são resolvidos por meio da conciliação, enquanto outros casos conhecidos pela FEPRODDHH são encaminhados a outras procuradorias, como Crimes Contra a Vida ou Grupos Étnicos.

Denúncias apresentadas à FEPRODDHH por jornalistas e comunicadores sociais, defensores dos direitos humanos e operadores de justiça	
2018	61 denúncias
2019	97 denúncias
2020	39 denúncias
2021	33 denúncias
2022	12 denúncias
<i>*A FEPRODDHH não incluiu na discriminação por ano as denúncias que foram encaminhadas a outros órgãos.</i>	
Tabela elaborada em junho de 2022 por LJR com dados fornecidos pelo Ministério Público através do Instituto de Acesso à Informação Pública.	

Nas audiências dos tribunais de paz, as vítimas são expostas e confrontadas diretamente com os agressores, que em muitos casos podem ser policiais ou militares.

Segundo Amada Ponce, a maioria dos ataques contra jornalistas e comunicadores sociais são cometidos justamente por policiais e militares.

"Isso é comum em um país como Honduras, que é muito fraco na questão dos direitos humanos e do acesso à democracia", disse.

Desde o golpe de Estado de 2009, os protestos são constantes no país contra a deterioração do quadro

institucional e o deslocamento de populações vulneráveis de seus territórios. Os protestos persistem até hoje, apesar da entrada de um governo que antes representava boa parte da oposição política e social. Nesse ambiente de protestos contínuos, a repressão policial e militar tem sido constante, e jornalistas e defensores sociais estão entre os mais atingidos.

“A maioria dos casos que temos são de ameaças e lesões. No entanto, de acordo com o Código de Processo Penal, embora sejam de crimes de ação pública, conseqüentemente, exige-se uma instância particular, ou seja, que a vítima nos autorize ou dê o seu consentimento para iniciar a investigação e poder processar o caso de acordo com o artigo 26 do Código de Processo Penal”, explicou Valladares.

Sobre a forma como captam os casos, Valladares afirmou que "na maioria dos casos as denúncias entram por organizações ou pelo mecanismo de proteção".

O procurador-chefe da FEPRODDHH diz que os casos não encaminhados a um juiz de paz, na maioria das vezes, são extintos porque as vítimas "infelizmente" não confiam nos operadores de justiça.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Uma das maneiras pelas quais a FEPRODDHH entrega o caso a outra procuradoria, diz Valladares, se baseia no "nexo causal", ou seja, avalia se a agressão contra o jornalista ocorreu em razão do exercício de seu trabalho ou se ocorreu devido a um problema pessoal. Se eles não puderem confirmar que um jornalista foi atacado ou ameaçado por causa de seu trabalho, eles passam o caso para outra procuradoria.

Valladares não vê nenhum conflito em que a FEPRODDHH não tenha competência para tratar de casos de assassinatos de jornalistas, pois em sua opinião "a questão dos crimes contra a vida é um assunto bastante complexo, complicado, mesmo tendo informações centralizadas para poder elucidar estruturas criminosas, conduta criminosa, relação com armas de fogo, relação de pessoas, então ficou determinado que todos os crimes contra a vida deveriam ser investigados pela Procuradoria de Crimes Contra a Vida, e aí há mortes contra mulheres, políticos, jornalistas e grupos vulneráveis", sustentou.

“Atualmente temos apenas um escritório em Tegucigalpa e temos jurisdição e competência para ouvir casos em todo o país. Em relação à questão logística, temos o suporte necessário, os veículos para fazer as rondas, o suporte com a questão das ajudas de custo, não tivemos limitações na questão orçamentária, para cobrir emergências em San Pedro Sula, La Ceiba, Choluteca, mas acho que o calcanhar de Aquiles é que não temos investigadores”, explicou Valladares.

Ele acrescentou que a FEPRODDHH tem apenas cinco promotores, incluindo ele, e todos concentrados em Tegucigalpa, com poderes apenas para ouvir alguns crimes relacionados à "limitação de direitos fundamentais", ou seja, ameaças, lesões, entre outros.

Na ausência de investigadores, esses cinco promotores também devem atuar como investigadores.

“Esse vazio é preenchido com os mesmos procuradores, que se tornam investigadores, e quando precisamos fazer uma visita nos deslocamos”, explica Valladares, que diz que “por função de competências”, a ATIC (o braço investigativo do Ministério Público) só conhece os crimes de alto impacto, crimes de corrupção, crime organizado, homicídios, assassinatos, “por isso estamos limitados em poder trabalhar casos com a ATIC”, explica.

Valladares afirma que a FEPRODDHH não tem conhecimento técnico para poder identificar a origem dos ataques cibernéticos.

“A situação real no país é complexa porque lembremos que essas redes sociais, como Instagram, Twitter, Facebook e WhatsApp, operam livremente no país, mas não há representantes de todas elas no país, todos os seus representantes estão sediados nos Estados Unidos. Quando solicitamos informações dessas empresas, é impossível acessá-las e ainda mais com esse tipo de crime”, afirma o procurador-chefe da FEPRODDHH.

Osman Reyes, presidente do CPH, diz estar preocupado com a situação dos jornalistas em Honduras.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“Estamos em uma situação complexa como sindicato jornalístico. Ao caso de Ricardo Ávila, cinegrafista de um dos maiores canais do sul do país, devemos somar as ameaças sofridas pelo jornalista Manuel Santiago Serna, um dos veteranos do jornalismo na cidade de San Pedro Sula, que está recebendo assédio por telefone, telefonemas, mensagens, de números registrados na Colômbia. Enviaram até fotos particulares de sua própria família”.

Reyes afirma que ameaças semelhantes, com números registrados no exterior, foram recebidas pelo ex-presidente do CPH, Dagoberto Rodríguez: "longe de melhorar, longe de sair da situação crítica, vemos que ela tende a piorar nos últimos dias”.

Assassinato no sul de Honduras



xxxi. Foto em vida de Ricardo Ávila em uma das jornadas de trabalho. (Foto cortesia: MetroTV)

As autoridades policiais, em um primeiro momento, cogitaram que se tratou de um acidente de trânsito, depois consideraram a hipótese do roubo, e atualmente, após o surgimento de algumas provas, afirmam que se tratou de um homicídio.

Amada Ponce, diretora do Comitê de Livre Expressão (C-Libre), afirma que a MetroTV, canal para o qual Ávila trabalhou, é um dos poucos canais abertos à cobertura de movimentos sociais em Choluteca.

Nos últimos três anos, o C-Libre emitiu um total de 11 alertas sobre

ameaças e assédios que jornalistas, cinegrafistas e comunicadores da MetroTV em Choluteca receberam.

Ávila, uma semana antes de seu assassinato, informou aos donos da MetroTV que havia perdido o controle de sua conta do WhatsApp, o que foi tomado internamente como uma ameaça.

Alejandro Aguilar, gerente proprietário da MetroTV, disse à **LJR** que deu instruções aos funcionários para bloquear o número de Ávila.

“Não sabíamos quem estava usando o WhatsApp dele. Mas nunca imaginamos o que aconteceria uma semana depois. Não imaginávamos a tragédia”, explica.

Embora Aguilar afirme que não sabe os motivos pelos quais Ávila foi assassinado, ele disse estar interessado em obter medidas de proteção tanto para si quanto para os funcionários de seu canal.

Aguilar afirmou que no hospital Choluteca do Sul, a princípio não estava claro que Ávila havia sido baleado na cabeça, até que os resultados do raio-X chegassem.



xxxii. Exame radiográfico do crânio de Ricardo Ávila em 26 de maio de 2022. (Foto cortesia MetroTV)

“Quando o responsável pelo raio-X chega, ele olha para mim e me pergunta: 'Ricardo já foi baleado?'. E eu digo a ele que não. E ele me diz: 'vamos lá, olhe as imagens'. Você podia ver um buraco de bala em uma parte de sua cabeça e a bala dentro, em seu cérebro. Então o pessoal ficou preocupado.”

Segundo Aguilar, o médico conversou com o responsável pelo raio-X para se certificar de que não havia nenhum objeto na maca onde Ávila havia sido colocado que pudesse causar um resultado ruim.

Enquanto o médico e o radiologista tentavam entender o que estava acontecendo com Ávila, Aguilar aproveitou para fazer algumas ligações.

“Liguei para um homem... acordei-o e pedi ajuda: 'Disseram-me que o Ricardo sofreu um acidente, mas preciso que vá ver, porque dizem que a moto foi deixada ao lado da rua. Ajude-me, se possível apanhe-a e depois diga-me. Quando ele chegar, preciso que encontre o capacete e tire uma foto dele. Aí o homem me liga depois de um tempo e me diz: 'Acabei de chegar e a polícia está pegando a moto'. Eu falei para o homem: 'peça que eles te emprestem o capacete'. Ele me enviou as fotos do capacete e lá você pode ver o buraco da bala.”

“Liguei para um homem... acordei-o e pedi ajuda: 'Disseram-me que o Ricardo sofreu um acidente, mas preciso que vá ver, porque dizem que a moto foi deixada ao lado da rua. Ajude-me, se possível apanhe-a e depois diga-me, se possível apanhe-a e depois diga-me. Quando ele chegar, preciso que encontre o capacete e tire uma foto dele. Aí o homem me liga depois de um tempo e me diz: 'Acabei de chegar e a polícia está pegando a moto'. Eu falei para o homem: 'peça que eles te emprestem o capacete'. Ele me enviou as fotos do capacete e lá você pode ver o buraco da bala.”

Aguilar mostrou as imagens do capacete ao cirurgião, que, surpreso, disse que combinava com os raios-X. “Foi um tiro', disse-me o cirurgião”, lembrou.

Ávila foi posteriormente transferido para o Hospital Escuela de Tegucigalpa, capital de Honduras, onde morreu em 29 de maio.

A **LJR** contactou o porta-voz da Polícia Nacional no departamento de Choluteca, agente Gerson Escalante, que afirmou que ninguém foi capturado ainda, mas que já identificaram os “suspeitos” que provocaram a morte de Ricardo Ávila.

"As investigações sobre o comunicador social continuam, tudo indica que os suspeitos pertencem a um grupo criminoso da Marcovia", disse Escalante.

A versão fornecida por Escalante à **LJR** indica que a patrulha da Polícia Nacional recebeu uma chamada de emergência em que foi informada de um acidente rodoviário envolvendo uma moto, do tipo despiste, seguido de capotamento.



xxxiii. O capacete que Ricardo Ávila usava no dia em que foi baleado na manhã de 26 de maio, quando dirigia para o trabalho. (Foto cortesia MetroTv)

“Depois no hospital do Sul observou-se que a pessoa tinha um ferimento causado por arma de fogo sem orifício de saída, então a Polícia Nacional foi aonde o ferido havia sido encontrado para realizar um exame dos invólucros e investigações no local. Foram coletadas informações sobre quem eram os suspeitos e, em princípio, havia duas hipóteses”, revelou Escalante.

Escalante afirma que a primeira hipótese tratada foi o roubo.

“A intenção era uma tentativa de assalto, mas de acordo com as investigações, isso está sendo descartado.”

O porta-voz da polícia acrescenta: “foi um ataque direcionado. O objetivo era acabar com sua vida. Até o momento não tenho a informação sobre qual foi o motivo para que esses criminosos tenham tirado sua vida, esses dados são gerenciados pela DPI (Direção de Investigações da Polícia)”.

“Há duas equipes investigando esse homicídio do comunicador social. Há uma equipe de Choluteca e uma equipe de Tegucigalpa investigando”, explica Escalante, que acrescenta que nos últimos meses a violência aumentou em Choluteca.

O que diz a ministra dos Direitos Humanos sobre o assassinato de Ricardo Ávila?



xxxiv. A Ministra de Direitos Humanos, Natalie Roque. Tegucigalpa, Honduras. (Foto de arquivo ContraCorriente/Ferdinand Destephen)

Natalie Roque, secretária de Direitos Humanos, disse à **LJR** que os assassinatos de Ricardo Ávila e de uma procuradora em Nacaome, registrados entre 27 e 29 de maio, somados às ameaças que alguns jornalistas estão sofrendo, se devem a um rearranjo do crime organizado contra o novo governo.

“Não apenas esses assassinatos, mas também as ameaças falam de uma reação muito forte das estruturas do crime organizado que estão se reagrupando para manter o controle e passar a outros exercícios de violência”, diz Roque.

A promotora do Ministério Público Karen Almendarez foi assassinada em 27 de maio. Este fato também foi registrado naquela parte sul do país, especificamente no município de Nacaome, no departamento de Valle. Almendarez estava lotada na Procuradoria do Meio Ambiente.

A secretária de Direitos Humanos afirma que, enquanto as condições estruturais da violência continuarem existindo e forem focadas em defensores de direitos humanos, jornalistas e operadores de justiça, não haverá procuradoria capaz de acabar com a violência.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

“Deve-se reconhecer que, no caso da Secretaria de Direitos Humanos, ela tem o Mecanismo Nacional de Proteção, mas isso precisa de uma profunda reestruturação, pois não tem sido uma garantia da vida desse setor da população”, reconhece a ministra.

Roque vê com grande preocupação todas as ações do Ministério Público em várias procuradorias e diz que os níveis de impunidade são enormes.

"Enquanto continuarmos com esses problemas de impunidade e fragilidade nos processos de investigação, não teremos garantias de direitos", disse.

“Vimos as recentes ameaças, assassinatos, ataques, contra operadores de justiça, jornalistas, defensores de direitos humanos, e isso também nos diz que os esforços devem ser redobrados, triplicados e multiplicados, porque a atuação de alguns promotores também é muito limitada pela falta de recursos. Pode haver vontade, mas se não houver apoio fica difícil garantir direitos”, concluiu Roque.

Duas equipes investigam a morte de Ricardo Ávila

Amada Ponce lamenta que seja uma Procuradoria diferente, como Crimes Contra a Vida, que trate desse tipo de caso, e que não haja uma Procuradoria Especial capacitada para investigar mortes de jornalistas e comunicadores sociais, pois, na sua opinião, é evidente que no caso de Ricardo Ávila houve um viés desde o início da investigação.

“A polícia insistiu, desde as primeiras horas, que o assassinato de Ricardo Ávila foi um roubo ou violência comum na região, porém, sabemos que absolutamente nada foi roubado do colega jornalista. Em sua posse estavam a mochila, dinheiro, seus pertences, celular, as chaves da moto, e como é que o roubaram se todas as coisas estavam com ele?”, sustenta.

O meio de comunicação em que Ricardo Ávila trabalhou já havia feito 11 denúncias para as quais a C-Libre emitiu alertas, afirmando que se sentiam vulneráveis devido ao exercício de seu trabalho jornalístico. Durante o funeral de Ávila, na segunda-feira, 30 de maio, parte do sindicato jornalístico de Tegucigalpa e da zona sul exigiu justiça pela morte do comunicador.

“Pedimos às autoridades do Estado de Honduras que esclareçam este ataque criminoso que levou à morte do colega Ricardo Alcides Ávila, a fim de apresentar os responsáveis perante os tribunais de justiça”, disse o C-Libre em comunicado.

() Leonardo Aguilar é advogado e jornalista. Seus estudos foram realizados na Universidade Nacional Autónoma de Honduras no Vale de Sula (UNAH-VS). Trabalhou em rádio, imprensa escrita, jornalismo web e jornalismo investigativo. Colaborou com organizações de defesa do meio ambiente e em investigações sobre deslocamento forçado por motivos de violência ligados ao tráfico de drogas.*

Justiça para jornalistas na Guatemala: procuradoria arquiva mais denúncias do que leva a julgamento

Por Jody García*

12 de julho de 2022

Era setembro de 2014 quando a jornalista indígena Norma Sancir pegou sua mochila com sua equipe de trabalho e saiu para cobrir um despejo na comunidade de Camotán, Chiquimula, onde morava e trabalhava como repórter para diversos meios de comunicação locais.



xxxv. Norma Sancir (Foto cortesia)

Apesar de carregar apenas o telefone com o qual documentava os acontecimentos, agentes da Polícia Nacional Civil (PNC) a cercaram junto com outras mulheres, a espancaram e a acusaram de agressão e desordem pública, relatou Sancir. A jornalista passou cinco dias presa até que um tribunal ordenasse sua libertação porque não havia provas de que ela tivesse cometido algum crime.

Depois que ficou claro que estava apenas fazendo seu trabalho como jornalista, Sancir denunciou os policiais por abuso de autoridade; a PNC nunca se pronunciou sobre este ataque e várias reportagens apontam que os agentes continuam atacando jornalistas.

Oito anos se passaram e o sistema de justiça não deu a ela uma resposta. Um juiz encerrou o processo sem que o Ministério Público a notificasse da audiência e, embora tenha conseguido ativar o processo novamente, a impunidade afetou seu trabalho, disse Sancir em entrevista à **LJR**.

O caso de Sancir não é o único. De acordo com estatísticas oficiais, no Ministério Público são encerrados mais processos de agressões a jornalistas do que os que chegam aos tribunais. Nos últimos 18 anos, apenas 2% (28 casos) do total de processos admitidos (1.187 denúncias) obtiveram uma sentença condenatória.

Embora em 2020 na Guatemala tenha sido instalada uma procuradoria especial para investigar crimes cometidos contra membros da imprensa, a unidade tem poucos funcionários especializados e o orçamento anual sofreu cortes de até 68% nos últimos quatro anos, segundo relatórios entregues pelo Ministério Público à **LJR**.

Orçamento versus falta de resposta

Em 2014, quem apurou a denúncia de Sancir contra a polícia foi a Unidade de Crimes contra Jornalistas, Ativistas e Defensores de Direitos Humanos e Operadores de Justiça, órgão a cargo da Promotoria de Direitos Humanos.

O seu orçamento foi de 14,565 milhões de quetzais, cerca de US\$ 1,865 milhão, de acordo com um relatório entregue pelo Departamento de Orçamento do Ministério Público (MP) à **LJR** através de um pedido de acesso à informação pública.

Apesar dos recursos financeiros, Sancir nunca recebeu resposta ao seu caso. Chegou a saber que o processo foi arquivado em favor dos policiais em uma audiência que ocorreu sem que o MP a notificasse para comparecer, contou. Ela não teve a oportunidade de se pronunciar perante um juiz. A jornalista pediu apoio a uma organização indígena por considerar que seu direito de petição perante a Justiça havia sido violado, segundo informou à **LJR**.

Depois de "brigar", como ela descreve as dezenas de processos que realizou, a investigação foi retomada por um novo promotor e o juiz que favoreceu os policiais foi afastado do caso, disse Sancir. Ao perguntar sobre o caso no Ministério Público, a entidade disse à **LJR** que o processo ainda estava em andamento.

Embora em 2021 o processo tenha chegado ao ponto em que um juiz deve decidir se envia os agentes a julgamento, esta audiência foi suspensa em nove ocasiões.

Denúncias que não se tornam processos

A situação de Sancir não é apenas um caso isolado, considera Evelyn Blank, diretora do Centro Cívitas, organização não governamental que estuda ataques contra jornalistas.

“Nos últimos anos, foram recebidas reclamações sobre promotores encerrando casos sem que os jornalistas soubessem ou fossem consultados. O direito das vítimas de participar do processo judicial está sendo violado”, diz Blank em entrevista à **LJR**.

A reportagem “Guatemala: Estado contra a imprensa e a liberdade de expressão”, realizada por Cívitas, Artigo 35 e Artigo 19, indica que 70% das denúncias apresentadas por jornalistas entre 2002 e 2010 foram rejeitadas.

Atualmente, a rejeição tornou-se a resposta que o Ministério Público mais tem dado às denúncias de agressões a jornalistas. Nos últimos três anos, foram arquivadas quase o mesmo número de denúncias do que as que foram apresentadas no mesmo período.

Segundo estatísticas do MP, as rejeições se aceleraram em 2020 com a administração da procuradora-geral María Consuelo Porras, que comemora a abertura de agências fiscais em todos os municípios do país como a maior conquista, embora uma investigação da Plaza Pública tenha revelado que a prioridade não é investigar denúncias, mas encerrá-las em menos de 30 dias.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Em 2020, foram arquivadas 108 denúncias de jornalistas; em 2021 foram 153 e em 2022 foram 46, totalizando 307 rejeições. Nesse período, foram admitidos 312 novos casos.



xxxvi. Manifestação de jornalistas guatemaltecos realizada em 30 de novembro de 2021. (Cortesia de José David López)

A estratégia de Consuelo Porras para reduzir a demora judicial é arquivar os casos, segundo o Instituto de Estudos Comparados em Ciências Criminais da Guatemala (ICCPG), que realizou um estudo que revelou que 9 em cada 100 casos são resolvidos em favor da vítima, que há um aumento avassalador de arquivamentos e que não há informação sobre a estratégia criminosa por trás do arquivamento massivo de processos.

Porras, que em maio de 2022 foi reeleita como procuradora-geral, criou a Procuradoria da Liquidação. Assim como no caso de Sancir, há relatos de pessoas que, ao perguntarem sobre o andamento de sua reclamação, descobrem que ela foi arquivada ou rejeitada. De acordo com uma investigação da Plaza Pública, em 45% das denúncias que foram arquivadas em 2021 não houve notificação para os denunciante.

A **LJR** tentou entrar em contato com a procuradora-geral, mas não obteve resposta até o momento da publicação.

Segundo as estatísticas que o Ministério Público concedeu à **LJR**, 7 em cada 10 denúncias, por todo o tipo de crimes, têm esse destino.

“Fiquei muito chateada e indignada com isso”, disse Sancir, que mais tarde procurou ajuda de uma organização de direitos humanos para assumir seu caso.

Mais institucionalidade, menos recursos

O Acordo 69-2019, de 26 de novembro de 2019, assinado pela procuradora Consuelo Porras, criou a Procuradoria de Crimes contra Jornalistas para ser responsável por tomar conhecimento, investigar e processar penalmente os crimes cometidos contra jornalistas em âmbito nacional, quando os atos tenham sido cometidos com o objetivo de limitar seus direitos humanos no exercício de suas funções ou sejam um ato de intimidação, assédio ou retaliação por sua atividade.

Antes da criação desse departamento, era um pequeno escritório da Procuradoria de Direitos Humanos que investigava casos contra jornalistas, mas também contra ativistas e operadores de justiça.

O primeiro artigo do acordo de criação diz que, se os promotores determinarem que o motivo do crime não é consequência do trabalho jornalístico, as denúncias serão encaminhadas a outras procuradorias.

Segundo o acordo de criação, a procuradoria tem sede, agências fiscais e áreas de apoio administrativo. Também com o apoio de técnicos em investigações criminais quando a investigação assim o exigir.

Atualmente, 20 pessoas trabalham nesta unidade. Há um procurador-chefe de seção, três procuradores, nove procuradores-adjuntos, um assistente executivo, um escrivão, três oficiais e dois motoristas para seis viaturas, segundo informação prestada à **LJR**.

Em 2018, a unidade de crimes contra jornalistas, defensores de direitos humanos e operadores de justiça teve um orçamento de 23,3 milhões de quetzais.

Um ano após sua criação, a procuradoria teve uma redução significativa em seu orçamento: em 2019 recebeu 68% menos recursos, caindo para 7,2 milhões de quetzais, apesar de ter adquirido uma categoria superior na escala hierárquica do Ministério Público. Em 2020, 2021 e 2022 o escritório recebeu aumentos mínimos.

O orçamento atual desta unidade é 77% menor do que o previsto antes da posse da procuradora Porras e da implementação da estratégia de transformar a unidade em procuradoria.

Esses números são provenientes de um relatório do Ministério Público entregue à **LJR** por meio de um pedido de acesso à informação.

“Por um lado, a criação da procuradoria foi positiva e, por outro, a deterioração da capacidade de investigação foi negativa”, diz Blank.

“Como ela pode passar de uma unidade com mais recursos para uma procuradoria com menos recursos?”, questiona.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

"Sim, isso é muito ilógico, certo? Mas acontece que alguns dos promotores nos quais se investiu em treinamento na acusação desses crimes foram transferidos. Além disso, a pandemia afetou muito. Não havia pessoal, havia uma falta quase absoluta de recursos", descreve.

A falta de recursos e de resposta judicial aos ataques contra jornalistas causa impunidade e isso perpetua o ciclo de violência, enfatizou a pesquisadora.

No caso de Norma Sancir, essa impunidade fez com que ela migrasse dentro de seu próprio país e se distanciasse da comunidade que era a fonte primária de suas denúncias e investigações. Agora ela trabalha na Cidade da Guatemala.

"Com minha raiva e indignação pude continuar fazendo coisas no jornalismo, mas no final fica cansativo ter que cuidar de si mesmo. Depois houve outros dois incidentes devido ao trabalho que eu estava fazendo. Foi muito desgaste e por isso tomei a decisão de iniciar um processo de cicatrização", diz.

Sancir sofreu a agressão não só fisicamente e, embora dez anos tenham se passado, não poder fechar o capítulo por não haver sentença a deixou com sequelas emocionais.

"Até hoje não consigo dormir bem. Às vezes não quero mais chorar, mas é impossível tirá-lo da memória e, às vezes, quando tenho que procurar informações sobre mim, meu estômago revira. Eu me pergunto o que faço na cidade quando minha essência, minha paixão, era cobrir as comunidades, mas não posso mais correr esse risco", disse Sancir à **LJR**.

Eficácia

O crime mais denunciado pelos jornalistas é a ameaça, com 464 casos, seguido de coação, com 216, ferimentos leves, com 82, abuso de autoridade, com 45, roubo qualificado, com 40, homicídio, com 37, assassinato, com 36, furto qualificado, com 28, difamação, com 19, e extorsão, com 17, entre outros.

Uma percentagem mínima das denúncias apresentadas por jornalistas levou a uma condenação: nos últimos 8 anos, foram registradas 28 condenações, 1% do total, segundo o relatório do MP.

Somam-se a esse número 13 absolvições, incluindo a decisão a favor do ex-deputado Julio Juárez, acusado pelo Ministério Público de ter sido um dos mandantes do assassinato do jornalista Danilo López, incidente ocorrido em março de 2015, no qual o repórter Federico Salazar também foi baleado.

A gravidade desses assassinatos, ocorridos em plena luz do dia e em frente a uma sede do Ministério do Interior, fez com que o sindicato dos jornalistas se manifestasse e exigisse a criação de mecanismos de proteção.

A pedido do sindicato, a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), um escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) para lidar com casos de corrupção de alto impacto, participou da investigação desse crime. Nos últimos dois anos, seis ex-

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

procuradores e um juiz que investigavam redes criminosas no Estado se exilaram devido a denúncias, agressões e até ameaças de morte pelo trabalho que realizaram.

Os arquivos estão agora a cargo de Rafael Curruchiche, procurador nomeado por Porras, que foi interrogado por supostamente mudar o rumo dos casos, algo que ele chama de "redirecionar as investigações para a legalidade".

Para Evelyn Blank, o caso do assassinato dos dois jornalistas "caiu" no julgamento da mesma forma que outros arquivos investigados pela CICIG estão sendo desmantelados.

Embora os casos não sejam resolvidos, Blank diz que a Procuradoria de Crimes contra Jornalistas é eficaz em responder a pequenas solicitações feitas por jornalistas e cita um caso em particular.

Um jornalista comunitário foi agredido por um grupo de policiais e solicitou medidas de segurança perante um tribunal. As autoridades designaram os mesmos agentes encarregados de proteger a jornalista Sancir.

Blank entrou em contato com a procuradoria, que ajudou a resolver o problema. Porém, no caso de Sancir, foram necessários oito anos para processar os policiais acusados de agredi-la.

Apesar do tempo, a jornalista está esperançosa de que haverá um julgamento e uma condenação.

"Não por vingança, mas por justiça e dignidade e para que o mesmo não aconteça com outros jornalistas", conclui.

() Jody García é jornalista da Guatemala, integrante da equipe da Plaza Pública. Freelancer no país para o *The New York Times*. Bolsista do programa *Alfred Friendly Fellow*, da Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri. Interessada em justiça, política, direitos humanos e migração.*

No México, a Promotoria Especial de Atenção aos Crimes Cometidos contra a Liberdade de Expressão tem uma longa história, mas poucos resultados

Por Sara Mendiola*

1 de agosto de 2022

Em 23 de março de 2017, a jornalista Miroslava Breach Velducea foi assassinada quando saía de casa na cidade de Chihuahua, no norte do México.



xxxvii. O túmulo da jornalista Miroslava Breach na cidade de Chihuahua tem constantemente flores e uma bandeira contra a impunidade nos crimes contra jornalistas. (Foto: Cortesia da Rede de Jornalistas de Juárez)

Breach foi repórter do jornal *Diario Norte* em Ciudad Juárez e correspondente do jornal *La Jornada* na Cidade do México. Nos meses anteriores ao seu assassinato, ela havia publicado várias reportagens sobre ligações entre autoridades locais e grupos de narcotraficantes e foi uma das poucas jornalistas que documentaram o deslocamento de comunidades indígenas na Serra Tarahumara devido à penetração de grupos criminosos.

Seu corpo recebeu oito disparos de uma pistola calibre 38. Os antecedentes de seu trabalho, particularmente suas revelações sobre grupos criminosos que atuam no estado de Chihuahua, indicavam que seu trabalho jornalístico deve ser pelo menos uma hipótese no motivo do crime. As investigações iniciais realizadas pela Procuradoria do Estado de Chihuahua indicaram isso, já que as primeiras declarações das autoridades locais apontavam para o fato de que se tratava de um crime "narcopolítico".

Mas meses depois, o Ministério Público local mudou de tom e descartou a participação de atores políticos ou funcionários e a apontou apenas para

um grupo criminoso, segundo arquivos de casos obtidos pela Propuesta Cívica, organização dedicada à defesa legal de jornalistas, como parte de sua assessoria jurídica à família do jornalista.

Os investigadores locais entraram em contradição com suas versões, mas qualquer uma das duas versões apontava para o trabalho jornalístico. Mesmo assim, a instituição especializada que o Estado mexicano criou para processar os ataques contra jornalistas não considerou necessário levar o caso à Federação.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

A Procuradoria Especial de Atenção aos Crimes Cometidos contra a Liberdade de Expressão (Feadle) foi criada em 2010 em resposta ao aumento de ataques, principalmente assassinatos, contra jornalistas.

Por estar localizado na então Procuradoria Geral da República, o objetivo era blindar as investigações de crimes contra jornalistas das autoridades locais, muitas vezes cúmplices.

O Feadle foi criado precisamente para evitar que os promotores estaduais caíssem em contradições como as exibidas pelo promotor de Chihuahua no caso da Miroslava Breach. Também para evitar a opacidade que se seguiu, pois nos dez meses após o crime, o Ministério Público local negou à família do jornalista o acesso à investigação, argumentando que não foram vítimas indiretas.

Mas os contínuos pedidos ao Feadle para atrair o caso e assumir o controle da investigação foram ignorados apesar do contexto do crime.

A família de Breach Velducea teve que recorrer a um juiz federal para que ele ordenasse que o Ministério Público local reconhecesse os parentes como vítimas indiretas, pois isso permitiria o acesso à investigação e a participação no processo. Mesmo assim, a Promotoria de Chihuahua se recusou a cumprir a ordem judicial. Demorou um ano após o assassinato para Feadle decidir assumir todo o caso.



xxxviii. Jornalistas protestam na sede da Procuradoria Geral do estado de Chihuahua exigindo justiça pelo assassinato da repórter Miroslava Breach. (Foto: Cortesia da Rede de Jornalistas de Juárez)

Uma vez, a investigação nas mãos da Federação, a primeira sentença foi alcançada contra um dos autores, e confirmada a hipótese do motivo do crime, Breach havia sido assassinada para suas investigações. Isso foi evidenciado no julgamento contra Juan Carlos Moreno Ochoa, o primeiro preso pelo crime.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Moreno foi preso em dezembro de 2017, nove meses após o assassinato, e identificado como o autor intelectual do crime. Seu julgamento começou em março de 2018, e várias testemunhas especializadas em investigação criminal expuseram como a narcopolítica opera na Sierra de Chihuahua e o possível envolvimento de políticos do governo local no crime.

Além disso, o Juiz Federal Néstor Pedraza Sotelo afirmou em sua condenação que no julgamento ficou comprovado que Breach foi vítima de homicídio em decorrência de suas investigações jornalísticas.

Dois anos tinham que passar para a próxima prisão. Em 17 de dezembro de 2020, o Promotor Especial conseguiu a prisão de Hugo Amed Schultz, por sua provável participação como auxiliar no homicídio. Schultz era prefeito de Chinipas, município da Sierra Tarahumara, onde Breach havia investigado a presença de cartéis de drogas.

Em 15 de junho de 2021, o ex-prefeito admitiu os fatos da acusação e sua responsabilidade criminal e foi condenado a oito anos de prisão.

A história

O México foi um dos primeiros países a criar uma procuradoria especial para investigar crimes contra jornalistas. A primeira versão do Feadle foi a Procuradoria Especial de Atenção aos Crimes Cometidos contra Jornalistas (FEADP), criada em fevereiro de 2006.

Um dos problemas iniciais que esse novo Ministério Público teve foi que o acordo que o criou não estabelecia uma definição de jornalista ou uma metodologia para determinar o que era considerado um "exercício profissional" para estabelecê-lo como motivo de um ataque. Isso permitiu que o Ministério Público estabelecesse uma definição restrita e se declarasse incompetente para investigar a maioria dos crimes antes de estabelecer se realmente havia ligação com o trabalho jornalístico.

Outro problema era que a FEADP se limitava a crimes federais e crimes puníveis com prisão, deixando ameaças ou agressões fora de sua jurisdição.

O FEADP durou apenas quatro anos e em 2010 ficou claro que não havia funcionado. Nos quatro anos anteriores à criação deste Ministério Público, dez jornalistas foram assassinados. Nos quatro anos que se seguiram, foram 32.

Para 2010, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu Relatório Especial sobre Liberdade de Expressão no México 2010, falou sobre os resultados zero da Promotoria.

“Esta unidade não tem contribuído para diminuir a impunidade generalizada que existe em casos de violência contra jornalistas, pois, de acordo com a informação prestada no momento da visita, desde a sua criação em 2006 não tinha conseguido a sanção penal de um único responsável, e só expediram quatro casos”, diz o Relatório no item 199.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Nesse relatório, a Relatoria já reconhecia a transformação da FEADP em Feadle, que foi criada em agosto de 2010.

No entanto, o novo Ministério Público manteve as ambiguidades quanto à definição de “jornalista” ou “atividade jornalística” para justificar a sua intervenção. Isso causou um aumento nas declarações de incompetência, o recurso do Ministério Público para não intervir em um processo. E embora a lei dê às vítimas ou seus familiares o recurso para combater a declaração de incompetência perante um tribunal, a decisão de um juiz pode levar de seis meses a um ano, o que afeta as investigações, especialmente a coleta de provas.

Casos de sucesso e fracasso

O caso Miroslava Breach foi considerado uma conquista pelo Feadle, juntamente com as prisões e sentenças obtidas pelo assassinato do jornalista Javier Valdez Cárdenas em Sinaloa em 15 de maio de 2017, menos de dois meses após o assassinato de Breach.

Mas ambos os casos são excepcionais pela forma como Feadle atraiu a investigação após pressão de grupos de jornalistas, organizações civis e organizações internacionais que defendem a liberdade de expressão.

O caso de Javier Valdez foi inusitado porque no mesmo dia de seu assassinato, o então presidente Enrique Peña Nieto anunciou que Feadle ficaria com o caso. Peña Nieto reagiu assim à condenação pelo crime contra um dos jornalistas mexicanos mais premiados no exterior, reconhecido por sua cobertura do crime organizado.



xxxix. Um memorial em Culiacán, no México, lamenta a morte do jornalista Javier Valdez após seu assassinato em maio de 2017. (Foto: Cortesia do jornal Noroeste)

O caso de Javier Valdez foi o único que mereceu tal intervenção do presidente mexicano. Peña Nieto não o fez com os 31 assassinatos de jornalistas ocorridos antes de 15 de maio de 2017, nem com os 15 que se seguiram até 30 de novembro de 2018, quando deixou o governo.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Mesmo com a intervenção extraordinária do presidente, a investigação do caso Valdez demorou a produzir resultados. Dois anos após o crime, os Relatores para a Liberdade de Expressão da ONU e da CIDH questionaram a lentidão das investigações.

Há vários casos que mostram como o Feadle ignora ataques a jornalistas, incluindo assassinatos. Alguns exemplos são o assassinato de Armando Saldaña Morales e a tentativa de assassinato de Indalecio Benítez Mondragón.

Em novembro de 2013, Indalecio Benítez fundou a rádio comunitária Calentana Mexiquense, no município de Luvianos, estado do México. Trata-se da chamada zona “Tierra Caliente”, próxima aos limites do estado de Guerrero, região com forte presença de cartéis de drogas, que controlam desde o plantio de papoulas até a extorsão empresarial. Menos de um ano depois de fundar a rádio, em 1º de agosto de 2014, Benítez e sua família foram agredidos ao chegar em sua casa por vários homens armados, que atiraram no carro em que viajavam. Um dos filhos de 12 anos de Benítez foi morto a tiros.

Benítez apresentou queixa ao Feadle, que iniciou a investigação, mas mais de dois anos depois, o Ministério Público determinou que não havia provas que ligassem a tentativa de homicídio de que foi vítima com a sua atividade jornalística, pelo que se recusou a levar o caso e encaminhá-lo à então Procuradoria Geral do Estado do México.

Uma avaliação da Propuesta Cívica constatou que as ações do Feadle não visavam identificar os responsáveis, nem estabelecer vínculo com sua atividade jornalística. Em razão do exposto, em 2017 a Benítez e a Propuesta Cívica impetraram liminar para restabelecer a jurisdição da Feadle. Um juiz federal considerou que o Promotor Especial não tomou as medidas necessárias para estabelecer a ligação entre o crime e o trabalho jornalístico de Benítez e ordenou que ele retomasse o caso, que nunca foi resolvido.

Há outros casos em que o Feadle nem intervém.

Dois anos depois, na mesma área de Tierra Caliente, perto de onde a família de Benítez foi atacada, outro repórter foi morto. Nevith Cortés Jaramillo trabalhava em um portal de notícias que publicava reclamações de cidadãos. Em 24 de agosto de 2019, ele foi esfaqueado até a morte e o crime ainda está impune.

Na área de Tierra Blanca, nas fronteiras de Veracruz e Oaxaca, Armando Saldaña Morales trabalhou em rádio e jornais. Foi locutor das emissoras KeBuena e Radio Max e colaborador de jornais como El Mundo de Córdoba e La Crónica de Tierra Blanca.

Em 2 de maio de 2015, foi sequestrado quando saía de seu escritório no município de Acatlán, no estado de Oaxaca. Dois dias depois, seu corpo foi encontrado com quatro ferimentos de bala e sinais de tortura.

Entre as questões que Saldaña estava investigando no momento de sua morte estava a ordenha ilegal de linhas de combustível da empresa Petróleos Mexicanos, uma atividade controlada pelo crime organizado.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

A investigação original foi assumida pela Procuradoria Geral de Oaxaca pelo crime de homicídio. A Proposta Cívica pediu a Feadle que exerça seu poder de atração devido à provável ligação entre o homicídio e seu trabalho jornalístico, mas em 10 de setembro de 2015, sem ter analisado o caso ou realizado investigações sobre o trabalho de Saldaña, o então Promotor Especial Ricardo Nájera Herrera, declarou que não atrairia a investigação, segundo o acompanhamento do caso feito pela Proposta Cívica. Até o momento, o caso permanece impune, os supostos perpetradores continuam foragidos.

Faculdade de atração

A principal arma do Feadle para investigar crimes contra jornalistas que se enquadram na esfera das autoridades estatais é a chamada “faculdade de atração”. A Constituição mexicana estabelece que as autoridades federais podem ouvir crimes em nível local quando estiverem ligados a crimes federais ou sejam "crimes contra jornalistas, pessoas ou instalações que afetem o direito à informação".

O Código Nacional de Processo Penal apresenta uma série de cenários que merecem o poder de atração do Ministério Público Federal, mas mesmo assim se apresenta como facultativo e em caso de indeferimento, a única opção para a vítima é recorrer a um juiz federal, o que significa um processo longo e complexo.

Uma das razões pelas quais o Feadle recebeu o poder de atração foi o possível envolvimento de funcionários públicos estaduais ou municipais no ataque a um jornalista. Retirar a investigação da esfera estatal reduziu o risco de impunidade. Mas se esta arma não for usada, as autoridades locais são as responsáveis pelas investigações e na maioria dos casos há servidores envolvidos.

De acordo com o Relatório Estatístico Feadle 2010-2021, obtido pelo **LJR**, das 312 pessoas contra as quais o Feadle entrou com processo criminal, dois terços (204) são servidores públicos, sendo que destes a grande maioria (190) são de governos estaduais ou municipais, incluindo um governador e oito prefeitos. 141 deles são policiais.

Nos últimos anos, houve um aparente paradoxo com o Ministério Público: sofreu cortes orçamentários, que em 2022 foi de pouco mais de 14 milhões de pesos, cerca de US\$ 700.000, mas ao mesmo tempo deu os maiores resultados de sua história.

85% das condenações foram obtidas nos últimos quatro anos, mas esse número pode ser enganoso porque na realidade em toda a sua história de 2010 a 2021, o Feadle obteve apenas 28 condenações. Seis deles foram por homicídios, apenas uma pequena fração do total de assassinatos de jornalistas no México entre 2010 e 2021, que é de 96. Ou seja, apenas um em cada 16 homicídios de jornalistas terminou com a condenação do(s) autor(es).

O Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) registrou o assassinato de 11 jornalistas entre janeiro e junho de 2022. No entanto, apenas um desses casos, o de Heber López, assassinado em 12 de fevereiro em Oaxaca, foi atraído pelo Feadle. Nos demais casos, o Ministério Público sequer havia iniciado investigações para apurar se os crimes estavam relacionados ao trabalho jornalístico das vítimas.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

LJR enviou pedidos de entrevista ao promotor Ricardo Sánchez Pérez del Pozo para comentar o trabalho do Feadle, mas não houve resposta.

A violência contra a imprensa aumentou desde o ano 2000. A maioria dos jornalistas assassinados ou agredidos por seu exercício profissional apresenta dois padrões que exemplificam a situação no país, explica Víctor Martínez Villa, advogado que acompanhou casos perante o Feadle como coordenador da área jurídica de Proposta Cívica.

“A primeira é que, na época dos fatos, os jornalistas assassinados ou agredidos, em sua maioria, investigam temas relacionados ao narcotráfico, política, corrupção, violência e insegurança. A segunda, que os assassinatos e ataques a jornalistas estão em severa impunidade”, disse Martínez ao **LJR**.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos destacou que há "impunidade generalizada" em relação aos casos de violência contra jornalistas, mesmo em relação aos atos mais graves, como assassinatos e desaparecimentos.



xl. Um mural em Culiacán, no México, lembra o assassinato do jornalista Javier Valdez, cofundador do semanário local RioDoce. (Foto: Cortesia do jornal Noroeste)

Mas as tentativas de criar promotorias para combater a impunidade desses crimes não deram frutos. O primeiro teste (o FEADP criado em 2006) durou apenas quatro anos. Seu substituto, o Feadle, durou mais de uma década, mas com resultados mistos.

As sentenças obtidas no último período 2018-2021, são principalmente pelos crimes de homicídio, abuso de autoridade, ameaças, tortura, contra a administração da justiça e lesões, segundo o Relatório Feadle 2010-2021.

Proteção dos Jornalistas: Segurança e Justiça na América Latina e no Caribe

Mas o Ministério Público se esconde por trás da figura da "declaração de incompetência" para fugir às investigações, determinando que não tem poder de intervenção, segundo Martínez. Em 2014, houve um aumento acelerado no número de investigações preliminares, que coincidiu com o maior número de incompetências declaradas, de acordo com o relatório Feadle de 2018. Entre esses anos, das 803 investigações preliminares que estavam em curso na época, o Feadle declarou-se incompetente em 442, mais da metade.

O Feadle foi criado ao lado do Mecanismo de Proteção aos Jornalistas, em 2012, dois anos após a mudança do modelo do Ministério Público. Mas o Mecanismo também apresentou deficiências.

“Aqui está o problema da impunidade. Se o Feadle e os procuradores funcionassem bem, não haveria necessidade de um Mecanismo de Proteção”, diz Martínez Villa.

() Sara Mendiola é diretora da [Propuesta Cívica](#), organização dedicada à defesa legal de jornalistas com sede na Cidade do México.*

APÊNDICE: Recursos para se manter seguro

Abaixo você encontra guias e manuais que compilamos para ajudar a proteger os jornalistas, com especial atenção à cobertura de protestos e conflitos violentos.

Safety guide for journalists: A handbook for reporters in high-risk environments (2015)

UNESCO e RSF: Disponível em [Inglês](#), [Espanhol](#)

De particular interesse:

Capítulo 2: Planejamento e preparação

Capítulo 3: Mantendo-se seguro em campo

Capítulo 5: Melhores práticas

Segurança de jornalistas em cobertura de protestos: preservação da liberdade de imprensa em tempos turbulentos (2020)

UNESCO: Disponível em [Português](#), [Inglês](#), [Espanhol](#)

Manual de Segurança para Jornalistas

CPJ: Disponível em [Português](#), [Inglês](#), [Espanhol](#)

De particular interesse:

Capítulo 1: Preparação Básica

Capítulo 2: Avaliação e Resposta ao Risco

Capítulo 4: Conflito Armado

Capítulo 5: Crime Organizado e Corrupção

Capítulo 6: Assuntos Cíveis e Distúrbios

Manual de Segurança para a Cobertura de Protestos (2014)

ABRAJI: Disponível em [Português](#), [Inglês](#), [Espanhol](#)

How to Safely Cover Riots and Civil Unrest (2020)

Dart Center: Disponível em [Inglês](#)

Colombia: Toma las Riendas de tu Seguridad

ACOS: Disponível em [Espanhol](#)

Recomendaciones a la prensa para el cubrimiento de manifestaciones sociales (2021)

FLIP: Disponível em [Espanhol](#)

Dicas de segurança digital

Security in-a-box: Disponível em [Português](#), [Inglês](#), [Espanhol](#)

